



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1359

Sexta-feira - 01 de Novembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	3
Antônio Carlos	3
Biguaçu	7
Bom Jesus do Oeste	12
Braço do Trombudo	12
Caçador	13
Camboriú	14
Campo Alegre	20
Campos Novos	20
Canoinhas	21
Capinzal	21
Catanduvas	23
Chapadão do Lageado	24
Cocal do Sul	29
Concórdia	30
Cordilheira Alta	31
Coronel Martins	33
Curitibanos	35
Faxinal dos Guedes	37
Forquilha	38
Fraiburgo	38
Garopaba	47
Garuva	50
Gaspar	50
Governador Celso Ramos	53
Herval d'Oeste	54
Ibiam	57
Ilhota	58
Imbituba	59
Iomerê	62
Ipumirim	65
Irineópolis	65
Itaiópolis	65
Itapiranga	65
Itapoá	66
Joaçaba	67
Lages	72
Luzerna	73
Mafra	74
Meleiro	75
Monte Carlo	78
Navegantes	79
Nova Trento	84
Novo Horizonte	85
Palhoça	85
Papanduva	86
Passo de Torres	96
Passos Maia	96
Porto União	97

Rio do Sul	103
Salto Veloso	137
São Bento do Sul	137
São Domingos	143
São João do Sul	143
São José	147
São Lourenço do Oeste	155
São Pedro de Alcântara	156
Schroeder	157
Serra Alta	176
Sombrio	176
Timbó	177
Tunápolis	182
Videira	182
Vitor Meireles	184
Xavantina	184

Associações

AMMVI	185
-------------	-----

Consórcios

AGIR	186
ARIS	187
CISAM	187

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina



**Diário Oficial
dos Municípios**
de Santa Catarina

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 246/2013

PORTARIA Nº 246/2013 - DE 25 DE OUTUBRO DE 2013

"CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Ford/Fiesta Street, ano/mod. 2006/2006, Placa: MFG 4121, chassi: 9BFBRZFHA6B454404, recebido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária através do Termo de Uso Provisório INCRA/ nº 001/13 ficará a disposição da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Agricultura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de outubro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 114/2013

DECRETO N° 114/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.50.00.00.00.00.00 -Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 8.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 8.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Decreto N° 115/2013

DECRETO N° 115/2013

Abre Crédito Especial - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-4.4.50.00.00.00.00.00 -Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos 2.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 2.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Portaria N° 448/2013

PORTARIA N° 448/2013

Admiti ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercicio, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o chamamento Público nº 010/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, HELENO NEIS, para o cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de novembro de 2013, em substituição ao titular PAULO OLEGARIO SCHMITZ, de Licença para Tratamento de Saude.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de Novembro de 2013.

Portaria N° 449/2013

PORTARIA N° 449/2013

Concede Insalubridade a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidor ACT, HELENO NEIS, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de Novembro de 2013.

Resultado Processo Seletivo

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo N° 002/2013

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Aprovados, Classificados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo N° 002/2013.

ODONTÓLOGO

NOME	Nota Conhecimentos Gerais	Nota Conhecimentos Específicos	Nota Final
ADRIANA SPONHLOZ MOREIRA	10,00	10,00	10,00
MILENA KOSSATZ PIAZERA	4,0	10,00	8,00
VIRGINIA CARVALHO A. VALADARES	7,0	8,0	7,66
BARBARA E. POLETTO FERNANDES	7,0	8,0	7,66
GUILHERME CHIODELLI SALUM	6,0	8,0	7,33
LUCIANA DA SILVA	5,0	8,0	7,00
FILIPPE DOS SANTOS REIS	5,0	8,0	7,00
LUCAS DE FREITAS KUHLEKAMP	9,0	6,0	7,00
GUILHERME HENRIQUE RIBEIRO	6,0	7,0	6,66
JULIANA SOETH	5,0	7,0	6,66
ROBSON LUIS SOARES	8,0	6,0	6,66
MARIAH LUZ LISBOA	8,0	6,0	6,66
SILVANA BATALHA SILVA	5,0	7,0	6,33
CAROLINA MEURER	7,0	6,0	6,33
NATALIA KOERICH LAUREANO	7,0	6,0	6,33
SCHELLE ALDREI DE LIMA DA S. HOSS	9,0	5,0	6,33
MICHELI PAGLIARINI	3,0	8,0	6,00
CAROLINA HELENA CAMPOS	4,0	7,0	6,00
THAISE MEDEIROS MAFRA	6,0	6,0	6,00
THIAGO JOÃO WERLICH	6,0	6,0	6,00
JORGE MANOEL CAVICHIONI JUNIOR	6,0	6,0	6,00
LEONARDO B. DE BITTENCOURT	6,0	6,0	6,00
MANUELA DA LUZ FONTES BAHR	6,0	6,0	6,00
ISRAEL DE SOUZA LANDA JOSÉ	8,0	5,0	6,00
JOSEMAEL DE OLIVEIRA RIBAS FILHO	5,0	6,0	5,66
RAFAELA PAGLIOSA WINTER	5,0	6,0	5,66

ANA CAROLINA PERETTI	5,0	6,0	5,66
KAROLINE ZIMERMANN HOFFMANN	7,0	5,0	5,66
LUCIANA SALVATO	2,0	7,0	5,33
HAROLDO BAETA FILHO	4,0	6,0	5,33
MIRELLA SILVEIRA CAVALCANTI	4,0	6,0	5,33
CLAUDINE C. P. LIMA DE OLIVEIRA	4,0	6,0	5,33
ANDRIA MILANO SAN MARTINS	4,0	6,0	5,33
JULIANA LUZ DAS CHAGAS JUNCKES	4,0	6,0	5,33
BRUNA PASINI	4,0	6,0	5,33
SAMUEL MANOEL SOARES	4,0	6,0	5,33
MARLYSE MUNIZ DO PRADO	4,0	6,0	5,33
KLEYTON BECKER FERNANDES	6,0	5,0	5,33
GABRIELA DA ROSA ZIMERMANN	6,0	5,0	5,33
CAMILA DAL-BO CORADINI MIRANDA	3,0	6,0	5,00
HARIANE PAGANI	3,0	6,0	5,00
ANGELICA FERMO MANFREDINI	3,0	6,0	5,00
GABRIELA BITTENCOURT MACHADO	3,0	6,0	5,00
NEUSETTE DE FÁTIMA B. M. MAFRA	5,0	5,0	5,00
MARCIA CRISTINA DE CARVALHO	5,0	5,0	5,00
ALESSANDRA ARAUJO	5,0	5,0	5,00
MARCELO DOMICIANO DE BEM	5,0	5,0	5,00
MARIA FERNANDA DE O. VIANNA	5,0	5,0	5,00
ANDREIA VICENTINI SANDRINI	5,0	5,0	5,00
INESSA SOLEK TEIXEIRA	7,0	4,0	5,00
FERNANDA MARIA DOS SANTOS	7,0	4,0	5,00
ANDREIA MARIA C. VARGAS TANNURI	4,0	5,0	4,66
ROBERTO LUIZ RODRIGUES	6,0	4,0	4,66
BERNARDO PABST	6,0	4,0	4,66
FRANCYNE RAKEL PEREIRA	6,0	4,0	4,66
DAIANA CAVALLI	6,0	4,0	4,66
CARLOS ALBERTO MARCONDES	5,0	4,0	4,33
MICHAEL ZIMMERMANN	5,0	4,0	4,33
ROGER ALENCAR BOSA	5,0	4,0	4,33
GIARA HONORATA BUSARELLO	5,0	4,0	4,33
DANIELLE FLOR DA COSTA	5,0	4,0	4,33
VIVIAN LOPES ARAR	2,0	5,0	4,00
ANA CLAUDIA FREITAS	2,0	5,0	4,00
ELAINE CONRADI FENILI	4,0	4,0	4,00
JULIA DE CAMPOS KETZER	4,0	4,0	4,00
VITOR LOCKS	6,0	3,0	4,00
BRUNA KAROLINE DE OLIVEIRA	3,0	4,0	3,66
MARIANA MAIA P. BALLSTAEDT	3,0	4,0	3,66
FRANCIELI SECCHI	3,0	4,0	3,66
CRISTIANO GALINA BOLZAN	5,0	3,0	3,66
JEISON GABRIEL DA SILVA	5,0	3,0	3,66
DARIO FELIPE CAPISTRANO	5,0	3,0	3,66
RODRIGO LIKES LOCKS	2,0	4,0	3,33
CINTHIA SCHEIDT MEINICKE	4,0	3,0	3,33
ANDREA CARRO	4,0	3,0	3,33
GABRIELLA MACHADO VIEIRA	5,0	2,0	3,00
MARCIA CRISTINA CARRIEL GOMES	1,0	4,0	3,00
JANAINA MASSON	1,0	4,0	3,00

LAURA SACCHETTI	5,0	2,0	3,00
ELAYNE MIDORE KAWAGUCHI	2,0	3,0	2,66
BRUNA MIROSKI GONÇALVES	1,0	3,0	2,33
SAULO LUIZ VIEIRA DA COSTA	5,0	1,0	2,33
FERNANDA VIANNA GAELZER	Zero	3,0	2,00

Observação: Os recursos interpostos contra as questões do Cargo de Odontólogo foram indeferidos.

Antônio Carlos, 26 de março de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 202/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 202/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 24.244,00 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 205/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 205/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 51.846,75 (cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 211/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 211/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 61.130,99 (sessenta e um mil cento e trinta reais e noventa e nove centavos); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 214/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 214/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: TRIADE FARMACEUTICA LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 46.395,60 (quarenta e seis mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N° 166/2013

DECRETO N° 166/2013 DE: 01 DE OUTUBRO DE 2013.
REGULAMENTA AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N.º 3/2007, CONCERNENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS, PREVISTA NO ART. 112 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu:

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o pagamento da Taxa de Licença para Obras, prevista no art. 112, da Lei Complementar Municipal n.º 3/2007, in verbis:

Art. 112. A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença.

Art. 2º - O valor devido sobre as Taxas de Licença para Obras, excepcionalmente, a critério do Titular da Secretaria de Finanças, poderá ser autorizado o parcelamento, em até 24 (vinte e quatro) vezes, sendo a parcela mínima de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Art. 3º - A interrupção do pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas importará:

I - no vencimento imediato das demais;

II - inscrição do débito na dívida ativa municipal;

II - no ajuizamento dos débitos vencidos e vincendos, com os acréscimos legais;

IV - cancelamento do alvará de construção.

Art. 4º - A adesão ao parcelamento sujeita o optante:

I - a confissão irrevogável e irretratável do valor do débito;

II - a expressa renúncia de defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como dos já interpostos;

III - a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso no parcelamento;

IV - ao pagamento regular das parcelas do débito;

V - a renúncia de qualquer outra forma de parcelamento.

Art. 5º - A liberação da carta de habite-se, além das demais exigências legais, sujeita-se a comprovação do pagamento total do débito parcelado, referente a Taxa de Licença para Obras.

Art. 6º - O optante pelo parcelamento será excluído nas hipóteses de inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no art. 4º.

Parágrafo Único - A exclusão do contribuinte do parcelamento implicará na exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da prevista na Lei Complementar Municipal n.º 3/2007 ou Legislação Ordinária, aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 01 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Biguaçu

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 174/2013

DECRETO N° 174/2013 DE: 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.124.0002.2014 Manutenção da Secretaria da Fazenda 14.200,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 14.200,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 14.200,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2020 Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício - Ens. Fundamental 27.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 27.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 27.000,00

0701.12.361.0003.2023 Manutenção do Transporte Escolar 9.000,00

ANULA:

4.6.90.00/0.1.01.000000 Amortização de Dívidas 6.500,00

3.2.90.00/0.1.01.000000 Juros e Encargos da Dívida 2.500,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.01.000000 Outras Despesas Correntes 9.000,00

0701.12.365.0003.2028 Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício - Ens. Infantil 25.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 25.000,00

SUPLEMENTA:



3.1.91.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 25.000,00

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2101.10.301.0004.2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 3.220,00

ANULA:

4.4.90.00/0.2.29.000171 Investimentos 3.220,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.2.29.000171 Outras Despesas Correntes 3.220,00

2101.10.304.0004.2041 Ações de Vigilância Sanitária 1.500,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.02.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.500,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.02.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.500,00

2101.10.305.0004.2042 Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde - DST/HIV/AIDS 8.560,00

ANULA:

3.3.90.00/0.2.28.000045 Outras Despesas Correntes 8.560,00

SUPLEMENTA:

4.4.90.00/0.2.28.000045 Investimentos 8.560,00

2101.10.304.0004.2041 Manutenção da UPA 72.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.02.000000 Pessoal e Encargos Sociais 72.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.02.000000 Pessoal e Encargos Sociais 72.000,00

23. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2301.08.243.0006.2052 Manutenção dos Serviços de Abrigo Institucional - PSE 500,00

ANULA:

3.1.90.00/0.2.37.000061 Pessoal e Encargos Sociais 500,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.2.37.000061 Outras Despesas Correntes 500,00

25. FUNDO MUNICIPAL DA AGRIC., DESENV. RURAL E AQUICULTURA

2501.20.606.0007.2071 Manutenção do Fundo da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura 55.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 55.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 55.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 179/2013

DECRETO N° 179/2013 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso

de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

05. GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0205.04.131.0001.2006 Manutenção da Gerência de Comunicação 29.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 29.000,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 29.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEV. URBANO E TRANSPORTE

1001.15.452.0009.2088 Manutenção dos Serviços de Trânsito 5.000,00

ANULA:

4.4.90.00/0.1.18.000000 Investimentos 5.000,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.18.000000 Outras Despesas Correntes 5.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria N° 3031 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3031 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) VANESSA BASSO FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA BASSO FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/10/2013 a 03/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3032 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3032 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) HIGOR RAFAEL ALVES DINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HIGOR RAFAEL ALVES DINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/10/2013 a 15/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3033 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3033 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CAMILA LAZARO RIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILA LAZARO RIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/10/2013 a 17/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3034 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3034 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GUILHERMINO XAVIER DE JESUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUILHERMINO XAVIER DE JESUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/10/2013 a 17/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3035 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3035 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) SILVIA HIPOLITO DE AQUINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVIA HIPOLITO DE AQUINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2013 a 06/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3036 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3036 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) SUZANA XAVIER LEITE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUZANA XAVIER LEITE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2013 a 13/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3037 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3037 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) AMAURI LAURI DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA I (VEÍCULOS LEVES), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AMAURI LAURI DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA I (VEÍCULOS LEVES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2013 a 20/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3038 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3038 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) STEPHANIE COSTA TEODORO SALARO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) STEPHANIE COSTA TEODORO SALARO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/09/2013 a 28/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/09/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3039 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3039 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) DIEGO DANTON CARLOS DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIEGO DANTON CARLOS DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/09/2013 a 22/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/09/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3040 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3040 de 21 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) DAYANI CASANOVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAYANI CASANOVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/10/2013 a 17/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3041 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3041 de 21 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Dayana Rosa, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Dayana Rosa, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3042 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3042 de 21 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Rosmeri Terezinha Kollert, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Rosmeri Terezinha Kollert, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3043 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3043 de 21 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Angelita Otília Coelho, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Angelita Otília Coelho, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3047 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3047 de 21 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Cristiane Hernandez Crispim, ocupante do cargo temporário de Enfermeiro da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Cristiane Hernandez Crispim, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 29/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria N° 3048 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA nº 3048 de 21 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Paulo Sandro Nascimento, ocupante do cargo temporário de Encanador, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Paulo Sandro Nascimento, detentor do cargo de provimento temporário de Encanador, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de

Saúde, a partir de 17/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/10/2013.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo ao Contrato N° 10.077/2013- DI N° 42/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 10.077/2013- DL N° 42/2013/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK E DEMAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS, NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E VIG. EPIDEMIOLÓGICA E PROGAMAS DE SAUDE.

Contratado: FLORENTINA MARIA VARGAS ME

Valor: R\$ 3.030,00 (TRÊS MIL E TRINTA REAIS).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo de Dispensa de Licitação N° 107/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 107/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU (UNIDADE CENTRAL, PRONTO ATENDIMENTO, PRADO, JARDIM JANAÍNA, BOM VIVER, SAVEIRO, MARCOS ANTÔNIO, SOROCABA DE FORA, CACHOEIRAS, ESTIVA, FAZENDA, SANTA CATARINA, TIJUQUINHAS, TRÊS RIACHOS, VENDAVAL, CENTRO, FUNDOS, CIABS, CEO, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CAPS E SECRETARIA DA SAÚDE.

EMPRESA CONTRATADA: IMUNIZADORA RIBEIRO LTDA

VALOR: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Cita-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:

()

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA: Considerando que para os serviços de saúde prestados à coletividade é imprescindível que os ambientes estejam limpos e livres de animais transmissores de doenças, como é o caso de diversos insetos e ratos. Desta forma é necessário que se dedetize e desratize as dependências da Secretaria Municipal

de Saúde e todos os pontos de atendimento à população. Em razão do valor a ser firmado com a empresa contratada, entendo por bem que seja realizado procedimento de dispensa de licitação, visando a aquisição dos produtos para dedetização e desratização. Saliento ainda que a compra será efetuada em um único momento, não sendo fracionado o pedido. Por fim, destaco que o processo de licitação anteriormente realizado - Dispensa nº. 18/2013 - tenha possuía o objetivo de adquirir do mesmo objeto pretendido na presente, não se trata de fracionamento, eis que na época o pedido foi efetuado em sua íntegra, não existindo qualquer saldo remanescente para aquisição do produto. Aliado a tal situação, ressalta-se que o valor estava abaixo do estabelecido legalmente, qual seja: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). Assim, que ainda que somado o valor da Dispensa de Licitação n. 18/2013 e a presente, o montante representa numerário inferior ao teto imposto na legislação vigente, eis que o total das duas licitações representa R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) e o limite legal é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Biguaçu, 23 de outubro de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Municipal N° 4462/2013

DECRETO N°. 4462/13 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013
APROVA DESDOBRO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRO DO LOTE URBANO Nº. 162, DA QUADRA Nº. 22, com área de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, localizado na Rua Manoel Klauck, centro, neste município de Bom Jesus do Oeste/SC

ESDOBRO DOS LOTES

1-) Lote Urbano nº. 162-A, na Quadra nº. 22, com área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, com as seguintes confrontações

Ao Norte: com Parte da Chácara Rural nº. 35, de propriedade do Sr. Jair Cecon, na extensão de 12,00 metros;
Ao Sul: com a Rua Manoel Klauck, na extensão de 12,00 metros;
Ao Leste: com o Lote Urbano nº. 162-B, de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, na extensão de 50,00 metros;
Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 161, de propriedade do Sr. Marcos Andre Ollmann, na extensão de 50,00 metros.

2-) Lote Urbano nº. 162-B, na Quadra nº. 22, com área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Parte da Chácara Rural nº. 35, de propriedade do Sr. Jair Cecon, na extensão de 12,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Manoel Klauck, na extensão de 12,00 metros;
Ao Leste: com o Lote Urbano nº. 163, de propriedade do Sr. Nério Cecon, na extensão de 50,00 metros;
Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 162-A, de propriedade do Sr. Jackson Eston Laux, na extensão de 50,00 metros;

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
30 de Outubro de 2013.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 084/2013

DECRETO N° 084/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0763/2013, de 25 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Braço do Trombudo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

Orgão: 12 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Unidade: 01 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Funcional: 27.812.0270.1.035 - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES.

4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0083 - (200) Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 0763, de 25 de outubro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogado o Decreto nº012/2013 de 20.02.2013.

Braço do Trombudo, em 25 de outubro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Tomada de Preço 02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 68/2013
EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇO 2/2013

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 09:00 horas do dia 25.11.2013, estará selecionando a melhor proposta para CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR, MODELO FNDE. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Lei N° 3.050 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013

LEI N° 3.050, de 17 de outubro de 2013.

Suplementa e anula Dotações Orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as Dotações Orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco de Atenção Básica

3.3.50.00.0002 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 250.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da Dotação Orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco de Atenção Básica

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos

4.4.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.151 - Bloco de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.151 - Bloco de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

08.80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0008.2.062 - Bloco de Vigilância em Saúde

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 22-2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRÁTICA DE ESPORTES DESTINADOS AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/11/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/11/2013.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, n° 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Caçador, 30 de Outubro de 2013.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação CC 01/2013 Saúde

SECRETARIA MUN. DE SAÚDE DE CAÇADOR - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso De Licitação

Edital: Concorrência N° 01/2013 - FMS

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 02/12/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 02/12/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 01 de novembro de 2013.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS.
Secretaria Municipal de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

PR 67/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO RECICLADO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO (TAPA BURACO) DE VIAS MUNICIPAIS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Pregão 68/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A FORMAR ACADEMIAS AO AR LIVRE, A FIM DE PROMOVER A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA, RECREAÇÃO, CULTURA E LAZER, PROPORCIONANDO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA AOS MUNICÍPIOS DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 14 (Catorze) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no

site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Termo de Errata do PR 35/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 035/2013-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 035/2013 - FME, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS MONTADOS E BALANCEADOS, COM SEIS MESES DE GARANTIA PARA EQUIPAR A FROTA DE CARRO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a descrição do objeto, no Edital.

- onde lê-se: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS MONTADOS E BALANCEADOS, COM SEIS MESES DE GARANTIA PARA EQUIPAR A FROTA DE CARRO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

- leia-se: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, COM SEIS MESES DE GARANTIA PARA EQUIPAR A FROTA DE CARRO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 20/11/2013 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 31 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Termo de Errata do PR 66/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 066/2013-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 066/2013 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterada a descrição do item 3, 8,9, 10, 11,12,14,25,26,32,40, 41,42,43,46,47,57,75,76,97e98, do Anexo I.

- onde lê-se: ITEM 03 - COLA BRANCA : DESCRIÇÃO DO OBJETO: COLA BRANCA ESCOLAR, COMPOSIÇÃO: ACETANO DE POLIVINILA, ÁGUA E PRESERVANTE, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL TUBO CONTENDO 500 GRAMAS. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.

ITEM 08 - CLIPS GALVANIZADO 1/0: DESCRIÇÃO DO OBJETO: CLIPS GALVANIZADO Nº 1/0 EMBALAGEM EM CAIXA CONTENDO 500GR

ITEM 09 - CLIPS GALVANIZADO 2/0: DESCRIÇÃO DO OBJETO: CLIPS GALVANIZADO Nº 2/0 EMBALAGEM EM CAIXA CONTENDO 500GR.

ITEM 10 - CLIPS GALVANIZADO 4/0: DESCRIÇÃO DO OBJETO: CLIPS GALVANIZADO Nº 4/0 EMBALAGEM EM CAIXA CONTENDO 500GR.

ITEM 11 - CLIPS GALVANIZADO 6/0: DESCRIÇÃO DO OBJETO: CLIPS GALVANIZADO Nº 6/0 EMBALAGEM EM CAIXA CONTENDO 500GR

ITEM 12 - CLIPS GALVANIZADO 10/0: DESCRIÇÃO DO OBJETO: CLIPS GALVANIZADO Nº 8/0 EMBALAGEM EM CAIXA CONTENDO 500GR

ITEM 14 - GRAMPEADOR METAL, BASE DE 29 CM, ALCANCE 6,5 CM,CAP. 240 FLS

ITEM 25 - GRAMPO TRILHO METAL CX C/ 50CJ

ITEM 26 - LÁPIS, MODELO: HEXAGONAL, MATERIAL: CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, ENVERNIZADO (SEM MADEIRA), TAMANHO: MÍNIMO 170 MM, GRADUAÇÃO: "2B", OBS.: MINA EM GRAFITE PRETA, APONTADO, SEM BORRACHA. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. (CAIXA COM 72 UNIDADES)

ITEM 32 - UMIFICADORES DE DEDOS: DESCRIÇÃO DO OBJETO: UMIFICADORES DE DEDOS PASTA COM 12GR, NÃO TÓXICO. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 40 - CANETA MARCA TEXTO:DESCRIÇÃO DO OBJETO: CANETA MARCA TEXTO ROSA, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 41 - CANETA MARCA TEXTO:DESCRIÇÃO DO OBJETO: CANETA MARCA TEXTO AMARELA, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 42 - CANETA MARCADORA: DESCRIÇÃO DO OBJETO: CANETA MARCADORA PERMANENTE PARA INSCRIÇÃO EM CD/DVD, 1,00MM PONTA FINA, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 43 - CANETA RETRO PROJETOR:DESCRIÇÃO DO OBJETO: CANETA RETRO PROJETOR NA COR PRETA 1.0, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 46 - BOBINA DE PAPEL SEMI KRAFT 1,20X200MTX60G. COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60 G/M2.

ITEM 47 - BOBINA DE PAPEL BRANCO 1,20X200MTX60G. COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60 G/M2.

ITEM 57 - PASTA CATÁLOGO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: PASTA CATÁLOGO, OFÍCIO, CONTENDO 50 PLÁSTICOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 243 X 333 MM.

ITEM 75 - RECADO AUTO-ADESIVO REMOVIVEL PCT C/ 4 UNI 38X51MM - NEON

ITEM 76 - FITA CORRETIVA DE 8,0 METROS DE COMPRIMENTO E 4,2 MM DE LARGURA

ITEM 97 - BLOCO AMARELO 76X102MM COM 100 FOLHAS C/ 10 UNID.

ITEM 98 - BLOCO AMARELO 38X50 MM COM 100 FOLHAS C/ 10 UNID.

- leia-se: ITEM 3: COLA BRANCA ESCOLAR, COMPOSIÇÃO POLIACETATO DE VINILA. NÃO TOXICA. LAVAVEL. TUBO CONTENDO 500 GRAMAS. BICO APLICADOR. INDICADO PARA COLAGEM DE PAPEL, PAPELAO, CARTOLINA, ARTEFATOS DE MADEIRA (ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO ESTAR IMPRESSAS NO RÓTULO DO PRODUTO). COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.

ITEM 8: CLIPS NIQUELADO 3/0, TAMANHO 11MM LARGURA E 36MM ALTURA, ARAME COM 1,25MM DIAMETRO. CAIXA CONTENDO 500 GR. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO CONSTAR EM FICHA TECNICA APRESENTADA NA PROPOSTA.

ITEM 9: CLIPS NIQUELADO 2/0, TAMANHO 10MM LARGURA E 32MM ALTURA, ARAME COM 1,00MM DIAMETRO. CAIXA CONTENDO 500 GR. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO CONSTAR EM FICHA TECNICA APRESENTADA NA PROPOSTA.

ITEM 10: CLIPS NIQUELADO 4/0, TAMANHO 12MM LARGURA E 40MM ALTURA, ARAME COM 1,25MM DIAMETRO. CAIXA CONTENDO 500 GR. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO CONSTAR EM FICHA TECNICA APRESENTADA NA PROPOSTA.

ITEM 11: CLIPS NIQUELADO 6/0, TAMANHO 17MM LARGURA E 48MM ALTURA, ARAME COM 1,50MM DIAMETRO. CAIXA

CONTENDO 500 GR. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO CONSTAR EM FICHA TECNICA APRESENTADA NA PROPOSTA.

ITEM 12: CLIPS NIQUELADO 8/0, TAMANHO 20MM LARGURA E 55MM ALTURA, ARAME COM 1,70MM DIAMETRO. CAIXA CONTENDO 500 GR. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO CONSTAR EM FICHA TECNICA APRESENTADA NA PROPOSTA.

ITEM 14: GRAMPEADOR ESTRUTURA METALICA, TAMANHO 29,7 x 9 x 21,6CM. BRAÇO COM APOIO ANTIDERRAPANTE. AJUSTE DE PROFUNDIDADE. QUE UTILIZE GRAMPOS 23/8, 23/10, 23/13. CAPACIDADE PARA 240 FOLHAS. ESPAÇO DE 65 MM PARA AS FOLHAS.

ITEM 25: GRAMPO TRILHO FABRICADOS EM FOLHA-DE-FLANDRES (AÇO ESTANHADO). COMPRIMENTO ÚTIL DA LINGUETA (HASTE) 50 MM. CAPACIDADE PARA PRENDER ATÉ 300 FOLHAS DE PAPEL 75G/M². TAMANHOS: DISTÂNCIA DA FURAÇÃO 80 MM. COMPRIMENTO DA HASTE 50 MM. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERAO CONSTAR EM CATÁLOGO APRESENTADO NA PROPOSTA.

ITEM 26: LÁPIS, MODELO: HEXAGONAL, MATERIAL: CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, ENVERNIZADO (SEM MADEIRA), TAMANHO: MÍNIMO 170 MM, GRADUAÇÃO: "2B", OBS.:

MINA EM GRAFITE PRETA, APONTADO, SEM BORRACHA. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.

(CAIXA COM 72 UNIDADES). APRESENTAR FICHA TECNICA NA PROPOSTA.

ITEM 32: UMIDIFICADOR DE DEDOS - CARACTERÍSTICAS: - SEM CAIXA - PACOTE C/ 6 PEÇAS EM PLÁSTICO ENCOLHÍVEL (SHRINKADA)- IDEAL PARA MANUSEIO DE PAPÉIS E PAPEL MOEDA - RENDIMENTO DE ATÉ 85 MIL FOLHAS - CREME LIGEIRAMENTE PERFUMADO - MUITO MAIS HIGIÊNICO - POTE COM 12 GRAMAS - DIFICULTA A PROPAGAÇÃO DE FUNGOS E BACTÉRIAS - NÃO MANCHA, NÃO É TÓXICO E NÃO CONTÉM GLICERINA - PROTEGER CONTRA O CALOR - POSSUI LACRE. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA.

ITEM 40: CANETA MARCA TEXTO ROSA. TAMPA ANTIFIXANTE. CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 41: CANETA MARCA TEXTO AMARELA. TAMPA ANTIFIXANTE. CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES. COM SELO DO INMETRO.

ITEM 42: CANETA MARCADORA PERMANENTE PARA INSCRIÇÃO EM CD/DVD, PONTA FINA 0,5MM. BIQUEIRA DE METAL. CORPO NA COR DA TINTA, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES.

ITEM 43: CANETA RETRO PROJETOR NA COR PRETA PONTA 1.0MM DE POLIACETAL COM PROTETOR DE METAL, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES.

ITEM 46: BOBINA DE PAPEL KRAFT, 1,20X200MTX60G. COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60 G/M2. COM CERTIFICAÇÃO FSC.

ITEM 47: BOBINA DE PAPEL KRAFT BRANCO, 1,20X200MTX60G. COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60 G/M2. COM CERTIFICAÇÃO FSC.

ITEM 57: PASTA CATÁLOGO PERCALUX JEANS SOFT, OFÍCIO, CONTENDO 50 PLÁSTICOS.

ITEM 75: RECADO AUTO-ADESIVO REMOVIVEL NEON 50X50MM COM 250 FLS.

ITEM 76: FITA CORRETIVA DE 10M DE COMPRIMENTO E 4MM DE LARGURA. COM TAMPA PROTETORA.

ITEM 97: BLOCO AUTO-ADESIVO COR LARANJA 76X102MM COM 100 FOLHAS C/10 UNIDADES

ITEM 98: BLOCO AUTO-ADESIVO CORES AMARELO/VERDE 50X50MM COM 250 FOLHAS C/10 UNIDADES

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 19/11/2013 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 30 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Cotização do Termo de Errata do Ecm 008/2012

RUA - PINDAIBA, PINHEIRO E PALMEIRA

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJ

LOT E	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRI ETÁRIO	RUAS	TE ST AD A DO LO TE (m)	ÁR EA RU A EM m²	FATOR DE CONTR IBUIÇÃ O	A CO NS TR UIR FA TO R	DRENAGEM			
								ES CA VA ÇÃ O DR EN AG EM M³	REA TER RO DRE NAG EM M³	BS TC Ø3 0 UNI DA DE	BS TC Ø4 0 UNI DA DE
						1		1.2 65, 00	1.012 ,00	240	522
1	01.03.029.00 43.001	Airton Franca	Pindaib a	17, 00	68, 00	0,0130 3	1,0 0	16, 48	13,19	3,1 3	6,8 0
2	01.03.029.08 79.001	Maria Soares Krzisch	Pindaib a	13, 20	52, 80	0,0101 2	1,0 0	12, 80	10,24	2,4 3	5,2 8
3	01.03.029.08 66.001	Nossa Casa ADM. E INC. LTDA	Pindaib a	20, 00	80, 00	0,0153 3	1,0 0	19, 39	15,51	3,6 8	8,0 0
4	01.03.029.08 46.001	Nossa Casa ADM. E INC. LTDA	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
5	01.03.029.08 34.001	Daniele Cassia Zuchi	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
6	01.03.029.08 22.001	Daniele Cassia Zuchi	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
7	01.03.029.08 10.001	Sucata de Papel Dalmolin	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
8	01.03.029.07 98.001	Helena Teixeira Leal	Pindaib a	24, 00	96, 00	0,0184 0	1,0 0	23, 27	18,62	4,4 2	9,6 0
9	01.03.029.07 74.001	Celira Lunardelli Sambaqu y da Silva	Pindaib a	12, 20	48, 80	0,0093 5	1,0 0	11, 83	9,46	2,2 4	4,8 8
10	01.03.029.07 62.001	Dialina de Souza	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
11	01.03.029.07 50.001	Wanderle i Luiz Eduardo	Pindaib a	12, 20	48, 80	0,0093 5	1,0 0	11, 83	9,46	2,2 4	4,8 8
12	01.03.029.07 40.001	Silesio Eduardo	Pindaib a	10, 00	40, 00	0,0076 6	1,0 0	9,7 0	7,76	1,8 4	4,0 0
13	01.03.029.07 30.001	Adolfo Rocha	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
14	01.03.029.07 18.001	Pedro Ramos	Pindaib a	20, 00	80, 00	0,0153 3	1,0 0	19, 39	15,51	3,6 8	8,0 0

		Forbik									
15	01.03.029.06 98.001	Maria Conceiçã o Passos	Pindaib a	12, 10	48, 40	0,0092 7	1,0 0	11, 73	9,39	2,2 3	4,8 4
16	01.03.029.06 86.001	Fermino Peixe	Pindaib a	12, 50	50, 00	0,0095 8	1,0 0	12, 12	9,70	2,3 0	5,0 0
17	01.03.029.06 74.001	Maria de Fatima Froehlich	Pindaib a	11, 75	47, 00	0,0090 1	1,0 0	11, 39	9,11	2,1 6	4,7 0
18	01.03.029.06 63.001	Waldeci da Silva Venancio	Pindaib a	11, 75	47, 00	0,0090 1	1,0 0	11, 39	9,11	2,1 6	4,7 0
19	01.03.029.06 52.001	Marlene Ferreira	Pindaib a	11, 75	47, 00	0,0090 1	1,0 0	11, 39	9,11	2,1 6	4,7 0
20	01.03.029.06 41.001	Vicente Fermino Felix	Pindaib a	12, 20	48, 80	0,0093 5	1,0 0	11, 83	9,46	2,2 4	4,8 8
21	01.03.029.06 29.001	Ervino Michel	Pindaib a	12, 20	48, 80	0,0093 5	1,0 0	11, 83	9,46	2,2 4	4,8 8
22	01.03.029.06 17.001	Sebastião Freitas	Pindaib a	12, 30	49, 20	0,0094 3	1,0 0	11, 93	9,54	2,2 6	4,9 2
23	01.03.029.06 05.001	Josias Evaristo da Silva	Pindaib a	12, 90	51, 60	0,0098 9	1,0 0	12, 51	10,01	2,3 7	5,1 6
24	01.03.029.05 83.001	Ligia Bacichett Corsino e outros	Pindaib a	13, 10	52, 40	0,0100 4	1,0 0	12, 70	10,16	2,4 1	5,2 4
25	01.03.029.05 80.001	Ligia R Corsino F outros	Pindaib a	13, 10	52, 40	0,0100 4	1,0 0	12, 70	10,16	2,4 1	5,2 4
26	01.03.029.05 67.001	Valdecir Novinski	Pindaib a	43, 50	174 ,00	0,0333 4	1,0 0	42, 18	33,74	8,0 0	17, 40
27	01.03.029.05 54.001	Rosangel a Maria P da Fonseca	Pindaib a	14, 20	56, 80	0,0108 8	1,0 0	13, 77	11,01	2,6 1	5,6 8
28	01.03.029.05 40.001	Joel dos Santos	Pindaib a	31, 10	114 ,40	0,0238 4	1,0 0	30, 16	24,12	5,7 2	12, 44
29	01.03.029.05 09.001	Elisabete Monteiro	Pindaib a	22, 00	66, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
30	01.03.125.01 85.001	Carlito Momm	Pindaib a	32, 10	114 ,00	0,0246 0	1,0 0	31, 12	24,90	5,9 1	12, 84
31	01.03.124.02 31.001	Associaç ão Pequeno Construto r	Pindaib a	38, 00	152 ,00	0,0291 3	1,0 0	36, 85	29,48	6,9 9	15, 20
32	01.03.030.05 22.001	Paulo Roberto dos Santos	Pindaib a	152 ,60	610 ,40	0,1169 7	1,0 0	147 ,96	118,3 7	28, 07	61, 06

33	01.03.030.03 31.001	Domingo s Merico Junior	Pindaib a	47, 58	190 ,32	0,0364 7	1,0 0	46, 13	36,91	8,7 5	19, 04
34	01.03.030.02 81.001	Irany da Costa Pedro	Pindaib a	22, 00	88, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
35	01.03.030.02 59.001	Silvana da Cunha	Pindaib a	22, 00	88, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
36	01.03.030.02 37.001	Decio Bez Batti Lopes	Pindaib a	123 ,00	492 ,00	0,0942 8	1,0 0	119 ,26	95,41	22, 63	49, 21
37	01.03.030.01 76.001	Raquel Bernarde s Dias	Pindaib a	22, 00	88, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
38	01.03.030.01 54.001	Ivone da Costa Silva	Pindaib a	22, 00	88, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
39	01.03.030.01 32.001	Jair Manoel da Costa	Pindaib a	22, 00	88, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
40	01.03.030.01 10.001	Jorge Manoel da Costa	Pindaib a	22, 00	88, 00	0,0168 6	1,0 0	21, 33	17,07	4,0 5	8,8 0
41	01.03.030.00 88.001	Domingo s Merico Junior	Pindaib a	26, 00	104 ,00	0,0199 3	1,0 0	25, 21	20,17	4,7 8	10, 40
42	01.03.030.00 62.001	Domingo s Merico Junior	Pindaib a	35, 71	142 ,84	0,0273 7	1,0 0	34, 62	27,70	6,5 7	14, 29
43	01.03.121.01 11.001	Paulo Caseca	Pindaib a	58, 40	233 ,60	0,0447 6	1,0 0	56, 63	45,30	10, 74	23, 37
44	01.03.121.01 97.001	Solange Schuster Sturmer	Pindaib a	27, 40	109 ,60	0,0210 0	1,0 0	26, 57	21,25	5,0 4	10, 96
45	01.03.121.01 23.001	Sigmar Juse	Pindaib a	12, 00	48, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
46	01.03.121.01 54.001	Ad.e Emp. Imob. Fonseca Ltda	Pindaib a	31, 00	124 ,00	0,0237 6	1,0 0	30, 06	24,05	5,7 0	12, 40
47	01.03.125.01 40.001	Pedro Correia	Pinheir o	12, 00	36, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
48	01.03.125.01 54.001	Lauro Bertotti	Pinheir o	14, 00	42, 00	0,0107 3	1,0 0	13, 57	10,86	2,5 8	5,6 0
49	01.03.125.00 40.001	Iracema F. Pinheiro e Lucimar F. Pinheiro	Palmeir a	12, 00	36, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
50	01.03.125.00 28.001	Manoel Emidio Dutra	Palmeir a	14, 00	42, 00	0,0107 3	1,0 0	13, 57	10,86	2,5 8	5,6 0

51	01.03.125.00 14.001	Antonio Alves dos Santos	Pindaib a	32, 10	112 ,35	0,0246 0	1,0 0	31, 12	24,90	5,9 1	12, 84
52	01.03.124.00 40.001	Walmir Vieira Ramos	Pinheir o	12, 00	36, 00	0,0092 0	1,0 0	11, 64	9,31	2,2 1	4,8 0
53	01.03.124.00 28.001	Nivaldo Lopes de Lima	Pinheir o	14, 00	42, 00	0,0107 3	1,0 0	13, 57	10,86	2,5 8	5,6 0
54	01.03.124.00 14.001	Joacyr P. Ramos e Viviane Cristina Ramos	Pindaib a	31, 70	119 ,83	0,0243 0	1,0 0	30, 74	24,59	5,8 3	12, 68
		ÁREA COMUM ESQUIN AS	TODAS		128 ,00						
	TOTAL			130 4,6 4	5.1 99, 13	1,00		1.2 65, 00	1012, 00	240 ,00	522 ,00
	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO (R\$)						8,7 6	13,49	31, 50	45, 62
	VALOR SUBTOTAL	VALOR SUB- TOTAL (R\$)						11. 081 ,40	13.65 1,88	7.5 60, 00	23. 813 ,64
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)									



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria N° 10.358 de 30 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.358 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE: Art.1º) A Servidora Pública Municipal MARIANA LAUER OLSEN, Matrícula Funcional nº 000684, Registro no Sistema sob nº 955124, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 7.209 de 01 de agosto de 2012, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 30 de outubro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Classificação Processo Seletivo Simplificado Edital 014/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 014/2013

MÉDICO I

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS
1º	Paulo Ricardo da Costa Lopes

MÉDICO II

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS
1º	Roberto Kocenko de Oliveira

Campo Alegre/SC, 30 de outubro de 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 014/2013.

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - PP 58/2013 - Registro de Preço Para Aquisição de Bandeiras do Município de Campos Novos, do Estado de Santa Catarina e da

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO N° 166/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13 de novembro de 2013 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA USO EM ESCOLAS, PAÇO MUNICIPAL E TREVOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13:30 às 18:30, diariamente.

Campos Novos, 30 de outubro de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PP 57/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 165/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 57/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13 de novembro de 2013 às 16h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 01 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Anulação do Edital de Tomada de Preços N° 28/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 142/2013

TOMADA DE PREÇO N.º 28/2013

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a ANULAÇÃO da Tomada de Preço n.º 28/2013, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) BANHEIROS COM REDE DE ESGOTO, COM ÁREA DE 3,92 M² CADA, DESTINADOS ÀS RESIDÊNCIAS DE PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Motivo: licitação anulada para alteração do objeto. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira (47) 3621 7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial N° PMC 73/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 149/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 73/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2013, às 11h05mim, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LUMINÁRIA DECORATIVA URBANA E BRAÇO PARA LUMINÁRIA DECORATIVA URBANA, DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 11h00mim do dia 18/11/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 130/2013

DECRETO N° 130, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 172.700,00 (cento e setenta e dois mil e setecentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 172.700,00 (cento e setenta e dois mil e setecentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.04.122.0165.2145	MANUTENÇÃO DOS SERV ADM DO SISTEMA DE ÁGUA	FTE	DR		0,00
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	00		R\$	200,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	00		R\$	49.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	00		R\$	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Jurídica	00		R\$	10.000,00
1301.17.512.0165.2148	MANUT. E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ABAS- TECIMENTO DE ÁGUA	FTE	DR		0,00

3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	00		R\$	75.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	00		R\$	9.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outros Despesas Variáveis – Pessoal Civil	00		R\$	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Jurídica	00		R\$	20.000,00
1301.28.122.0165.2163	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	00	00	R\$	7.000,00
	Total				172.700,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação apurado no mês de setembro de 2013, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 172.700,00 (cento e setenta e dois mil e setecentos reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação	00	00	R\$	172.000,00
Total	00	00	R\$	172.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 131/2013

DECRETO Nº 131, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre Luto Oficial no Município de Capinzal.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o passamento das Senhoras Dalva Rocha Favorito e Odilla Lydes Empinotti Santos;

CONSIDERANDO que a Senhora Dalva Favorito, esposa do Dr. Arnaldo Favorito "in memoriam", médico que prestou seus serviços em Capinzal, deixou seu nome ligado às causas da saúde deste Município, presta as homenagens póstumas à tão ilustre cidadã que nesta data nos deixa;

CONSIDERANDO que a Senhora Odilla Lydes Empinotti Santos, esposa do Ex-Prefeito de Capinzal Senhor Silvio Santos "in memoriam", durante o período de 1949 a 1954 e 1959 a 1964, pessoa estimada pelos munícipes, deixou seu nome ligado às causas públicas deste Município, presta as homenagens póstumas à tão ilustre cidadã que nesta data nos deixa;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por três (03) dias no Município de Capinzal tendo em vista o passamento das Senhoras Dalva Rocha Favorito e Odilla Lydes Empinotti Santos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 31 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Termo Aditivo 002/2013

TERMO ADITIVO 02-13/89-13

Processo Licitatório N° 0031/2013

Pregão Eletrônico N° 0010/2013

CONTRATO N° 0089/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 3.847,50 (três mil oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

VALOR R\$: 3.847,50

VIGÊNCIA: 30/10/2013 ate 31/12/2013

Catanduvras**PREFEITURA****Decreto N° 1.944, de 29 de Outubro de 2013**

DECRETO N° 1.944, de 29 de outubro de 2013.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMÁRIO, INSTITUI COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VIII e XXIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento para ressarcimento de danos sofridos em acidente de trânsito em via pública de jurisdição do Município de Catanduvras/SC, oficializado junto ao Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO o Boletim de Ocorrência nº 02408-2013-003536 e comprovantes de despesas apresentados;

CONSIDERANDO a responsabilidade civil do Município, nos moldes do art. 37, § 6º, da Constituição;

CONSIDERANDO que dentre os diversos princípios que norteiam a administração pública, além do da economia, resta oportuna a instauração de processo administrativo para a apuração da responsabilidade do Município, bem como os efetivos danos sofridos para com isso proceder-se à eventual reparação pecuniária,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Sumário para fins de apuração dos fatos, levantamento dos danos e ressarcimento das despesas decorrentes de acidente de trânsito relatado no BO nº 02408-2013-003536.

Art. 2º Fica nomeada comissão de apuração formada pelos seguintes membros sob a presidência do primeiro:

I - Juliane Perotoni - Presidente;

II - Michel Cristoffer Favero - Secretário;

III - Mikeli Gavazzoni - Membro.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher o depoimento do Sr. Laurentino Ramos de Jesus - Secretário Municipal de Infraestrutura; do condutor da motocicleta, Sr. Ricardo Luvison; e da proprietária, Sra. Daiana Franciele Mayer, e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de quinze (15) dias, a partir da publicação deste Decreto, para a conclusão dos trabalhos emitindo relatório circunstanciado e sucinto dos fatos, bem como parecer final.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvras(SC), 29 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Decreto N° 1.945, de 30 de Outubro de 2013

DECRETO N° 1.945, de 30 de outubro de 2013.

"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DO COMITÊ LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VIII, do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o COMITÊ LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR, no município de Catanduvras(SC), de acordo com o inciso XXVIII, art. 2º do Decreto Federal nº 6.094 de 24 de abril de 2007.

§ 1º Ao representante titular da Secretaria Municipal de Educação caberá a coordenação do Comitê.

§ 2º Os membros do Comitê serão nomeados pelo chefe do Poder Público Municipal, não instituindo cargo público, nem recebimento de proventos, ou qualquer outra remuneração, sendo considerado serviço relevante ao Município.

§ 3º Despesas previamente autorizadas, poderão ser realizadas para a execução das atribuições do Comitê e posteriormente ressarcidas.

Art. 2º O Comitê do Plano de Ações Articuladas - PAR, terá as seguintes atribuições:

I - Elaborar e acompanhar o Plano de Ações Articuladas - PAR constituído com a parceira do Município com o Governo Federal para execução das ações entre 2013 e 2014;

II - Mobilizar a sociedade;

III - Acompanhar as metas de evolução do IDEB;

IV - Demais atribuições constantes no Decreto nº 6.094, de 24-04-2007 e normativas do MEC e FNDE.

Art. 3º O Coordenador do Comitê terá as seguintes atribuições:

I - Mobilizar os demais membros do Comitê;

II - Organizar as atividades do Comitê;

III - Manter o fluxo de informações entre o Comitê e a equipe local;

IV - Demais atividades necessárias ao funcionamento do Comitê ou previstas em Leis ou normativas do FNDE e MEC.

Art. 4º O Comitê será constituído por representantes do sistema educacional público, sendo:

I - Alda Marmentini Nora - Coordenadora Pedagógica;
II - Elisa Mara Carl - Conselheira Tutelar;
III - Luiz Henrique Mendes da Silva - Vice Presidente do FUNDEB;
IV - Leda Maria de Almeida - Diretora;
V - Silvia Talini - Professora;
VI - Valeira Ribeiro - Professora;
VII - Simone Andrea Carl - Coordenadora;
VIII - Neiva Antonioli - Técnica administrativa;
IX - Cristiane Aparecida Mattes - representante das APP's;
X - Elenir Fátima Chinato - Conselheira Municipal de Educação; e
XI - Clovis Jose de Lucca - Dirigente de Educação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 30 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata da Portaria 312/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1355 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 31.10.2013, Portaria nº. 312/2013,

Onde se lê:

- CONSIDERANDO, a necessidade de parecer jurídico para os processos de licitação 80/2013, 81/2013, 82/2013, 83/2013 e 84/2013;

Leia-se:

- CONSIDERANDO, a necessidade de análise jurídica dos Processos Licitatórios, Portarias e demais Atos Administrativos;

Em decorrência do exposto republica-se o texto integral da referida Portaria.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
31 DE OUTUBRO DE 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Portaria N° 312/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 312/2013

- CONSIDERANDO, a necessidade de análise jurídica dos Processos Licitatórios, Portarias e demais Atos Administrativos;
O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar n° 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Assessora Jurídica CHARLIANE MICHELS, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 31 de outubro de 2013, 01 (um) dias das férias referentes ao período aquisitivo 2012/2013, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

30 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Portaria N° 318/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 318/2013

- CONSIDERANDO, que o Município em oportunidade pretérita já remunerou os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento da Servidora, cumprindo, desta forma, com o determinado na Legislação Federal;

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico, datado de 29/10/2013, que dispõe que a Servidora encontra-se impossibilitada de exercer suas atividades por tempo indeterminado;

- CONSIDERANDO, que apesar do Município ter realizado o Requerimento de Auxílio-Doença, nesta data, anotado sob o n. 153536153, o Exame Médico-Pericial foi agendado somente para 13/11/2013;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC n° 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora pública LENIR PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o n°. 2267/01, a contar de 31/10/2013 a 13/11/2013, a ser remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC,

31 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Edital do Processo Licitatório N° 83/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 83/2013 - PM

INEXIGIBILIDADE N° 3/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Banda Real do Paraná S/S Ltda - ME

Vigência: até 31/12/2013. Execução: dia 29/11/2013.

Processo Licitatório n° 83/2013 - PM

Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Objeto: Contratação de Show Musical com a Banda Real do Paraná S/S Ltda ME, à animação da Festa em Comemoração ao XVIII Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Chapadão do Lageado - SC, a ser realizada no dia 29 de novembro de 2013, das 21h00m às 01h00m, no Salão Comunitário da Localidade de Rio Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 04 de novembro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Extrato do Edital Processo Seletivo Simplificado N.º 005/2013/SMECE - Após Análise dos Recursos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2013/SMECE – Após Análise dos Recursos

ORLANDO PAUL, Prefeito Municipal em Exercício de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal n° 085/99 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal n° 040/2009 e Decreto n° 075/2009, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, de que trata a Portaria n° 305/2013, torna pública a realização de Processo Seletivo Público Simplificado para as funções constantes do anexo I.

INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas a partir de 04 de novembro, até as 12:00 horas do dia 13 de novembro de 2013, efetuada via internet, no endereço eletrônico www.iobv.com.br.

O Edital completo está fixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal e no site: www.chapadaodolageado.sc.gov.br.

Informações: Fone: (047) 3537-0072.

Chapadão do Lageado, 30 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I**FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA, VAGAS, ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO, VENCIMENTO, TIPO DE PROVA****ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO**

FUNÇÕES	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE VAGAS	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO	VALOR DO VENCIMENTO INICIAL(R\$)	TIPO DE PROVA
Agente de Serviços Gerais	40h	CR	Ensino fundamental	671,51	Escrita Objetiva
Operador de Equipamentos	40h	CR	Ensino Fundamental e carteira de habilitação categoria "D"	854,64	Escrita Objetiva e prática
Operário	40h	CR	Alfabetizado	671,51	Escrita Objetiva

PROFESSOR - HABILITADOS e NÃO HABILITADOS (professores/educação)

FUNÇÕES	N. VAGAS	ÁREA DE ATUAÇÃO	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL	TIPO DE PROVA
Professor de EDUCAÇÃO INFANTIL (habilitado)	CR	Ensino Infantil (creche e pré-escola)	10, 20, 30 ou 40 horas semanais	- Ensino superior completo de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil; - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos

Professor de EDUCAÇÃO INFANTIL (não-habilitado)	CR	Ensino Infantil (creche e pré-escola)	10, 20, 30 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª Fase do Ensino superior Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil; - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil ou Pré-escolar; - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor SÉRIES INICIAIS (habilitado)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano	20 ou 40 horas semanais	- Ensino superior completo de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais; - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil ou Pré-escolar - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor SÉRIES INICIAIS (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano	20 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª Fase do Ensino superior de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries/anos Iniciais; - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de ARTES (habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Artes.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de ARTES (não-habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Artes. - Cursando 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de CIÊNCIAS (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Ciências	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de CIÊNCIAS (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Ciências; - Cursando 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	5, 10, 15, 20, 25,30, 35 ou 40 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Educação Física.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos

Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (não-habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	5, 10, 15, 20, 25,30, 35 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Educação Física. - Cursando 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de ENSINO RELIGIOSO (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	10, 20, 25,30, 35 ou 40 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Educação Religiosa.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de ENSINO RELIGIOSO (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	10, 20, 25,30, 35 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Educação Física. - Cursando 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de GEOGRAFIA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Geografia.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de GEOGRAFIA (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Geografia; - Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de HISTÓRIA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em História.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de HISTÓRIA (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em História; - Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de LÍNGUA INGLESA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano	10, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Letras/ Inglês	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos

Professor de LÍNGUA INGLESA (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano	10, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas semanais	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Letras/Inglês; - Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de LINGUA PORTUGUESA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Letras.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de LINGUA PORTUGUESA (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Letras; - Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de MATE-MÁTICA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Matemática.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor de MATE-MÁTICA (não-habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, ou 20 horas semanais	-Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Matemática; - Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura em Pedagogia. - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor INFORMÁTICA (programa especial) (habilitado)	CR		10, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas semanais	- Licenciatura em Informática	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
Professor INFORMÁTICA (programa especial) (não-habilitado)	CR		10, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase Licenciatura em Informática, com no mínimo 200 horas de curso em informática; - Cursando a partir da 1ª fase Licenciatura em Pedagogia Com, no mínimo, 200 horas de curso em informática; - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério com no mínimo 200 horas de curso em informática; - Ensino Médio com, no mínimo, 200 horas de curso em informática.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
SEGUNDO PROFESSOR (programa especial de LIBRAS) (habilitado)	CR	Pré-escolar ao 9º ano	20 ou 40 horas semanais	Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com, no mínimo, 200 de curso em LIBRAS.	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos

SEGUNDO PRO- FESSOR (programa especial de LIBRAS) (não- habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	20 ou 40 horas semanais	- Cursando a partir da 1ª fase de Licenciatura em Pedagogia com, no mínimo 200 de curso em LIBRAS - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério com, no mínimo, 200 de curso em LIBRAS - Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio com, no míni- mo, 200 de curso em LIBRAS	Conforme quadro IV	Escrita Objetiva e títulos
--	----	---------------------------	----------------------------	--	-----------------------	-------------------------------

VALOR DO VENCIMENTO INICIAL PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR

FORMAÇÃO	SALÁRIO MENSAL EM R\$/ REGIME DE OPÇÃO							
	05 HORAS	10 HORAS	15 HORAS	20 HORAS	25 HORAS	30 HORAS	35 HORAS	40 HORAS
NIVEL I	196,08	392,17	588,26	784,35	980,43	1.176,56	1.372,61	1.568,70
NIVEL II	197,75	395,50	593,25	791,01	988,76	1.186,51	1.384,26	1.582,02

Cocal do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar N°. 45

LEI COMPLEMENTAR N° 45, de 30 de outubro de 2013.

ALTERA O ARTIGO 12, DA LEI COMPLEMENTAR N°. 25, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica alterado o art. 12, da Lei Complementar n°. 25, de 23 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Na hipótese de o escritório de serviços contábeis não estar autorizado pela legislação municipal a efetuar o recolhimento do ISS em valor fixo diretamente ao Município, o imposto deverá ser recolhido pelo Simples Nacional, em conformidade com a Lei Complementar Federal n°. 123, de 14 de dezembro de 2006.”

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei Complementar n°. 25, de 23 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

Lei N°. 1.173

LEI N°. 1.173, de 24 de outubro de 2013.

DESAFETA ÁREA DE TERRA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente.

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bem de uso especial para dominial a área de terra de 3.024m²(três mil e vinte e quatro metros quadrados) situada na zona urbana da cidade de Cocal do Sul, na Rua Santa Isabel, esquina com a Avenida Valentin Fachin e a Avenida José Slovinski, área desmembrada do parcelamento denominado Loteamento Cristo Rei, de propriedade da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul,

com as confrontações constantes na matrícula n°. 28.271(oriunda da matrícula n°. 9.039), do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

Art. 2º A desafetação de que trata o art. 1º desta Lei se faz necessária, em razão de sua doação à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CRISTO REI, através da Lei n°. 803, de 27 de junho de 2007, destinada a construção da sede própria da associação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

Decreto SAF/N°. 512/13

DECRETO SAF/N°. 512/13, de 30 de outubro de 2013.

DEFINE PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 45 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Diante do art. 22 da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000, fica definido para quadrimestral, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Município de Cocal do Sul/SC.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, passando seus efeitos a vigorarem deste 1º de janeiro de 2013.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal JarvisGaidzinski, 30 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

Extrato de Contrato N°. 213/13

EXTRATO DO CONTRATO N° 213/13 DA PMCS. Processo de Licitação n. 77/2013. Carta Convite n°. 14/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: SINASC INDUSTRIAL LTDA. ASSINATURA: 30/10/2013. VIGÊNCIA: até 31/12/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.99(126). OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de tintas e materiais para demarcação viária, nas ruas do município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 18.720,00(dezoito mil setecentos e vinte reais).

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Fmec N° 28/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 28/2013, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Constitui e designa comissão especial

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e nas Resoluções nºs 1/2012, de 8 de fevereiro de 2012, 2/2013 de 17 de setembro de 2013 e 4/2013 de 18 de outubro de 2013, da Comissão Coordenadora de Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de inventariar, avaliar e controlar os bens de almoxarifado da FMEC.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados:

I - presidente: MARISETE PAZ DE OLIVEIRA

II - membros:

a) DIOMAR JOSÉ PERIN

b) EDILENE CONTE CHITOLINA

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicada na Fundação Municipal de Esportes - FMEC, em 30 de outubro de 2013.

NEUSA T. SCHMIDT GUGEL

Encarregada de Seção

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 128/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2013- PMC

Objeto: Aquisição de materiais elétricos para utilização pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras na realização do Sonho de Natal 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 13/11/2013
Abertura: dia 14/11/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2013.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 129/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 129/2013- PMC

Objeto: Aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica para Praça do Bairro Guilherme Reich, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Recebimento das propostas: até as 10h00min. do dia 18/11/2013

Abertura: dia 18/11/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2013.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Extrato do Contrato N° 4/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 4/2013

Contrato n° 4/2013, de 23 de outubro de 2013

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON

Contratada: Data A Consultoria S/S Ltda - EPP.

Objeto do Contrato: contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria atuarial, com vistas, especialmente, à avaliação atuarial anual do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos do Município de Concórdia, em estrita observância às determinações contidas na legislação que trata da matéria, em especial nas Portarias n°s. 402 e 403, de 10 de dezembro de 2008, e 21, de 16 de janeiro de 2013, do Ministério da Previdência Social - MPS.

Vigência: 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Data da assinatura: 23 de outubro de 2013

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Lei 1069/2013 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional**

LEI N° 1069/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 21

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 145.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 23

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das dotações orçamentárias mencionadas abaixo e o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) do provável excesso de arrecadação nas fontes ordinário do orçamento vigente.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação: 339000 - 02

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 72.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. De Adm., Faz. E Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 05

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 23.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional no valor de R\$ 17.425,00 (dezesete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 337100 - 09

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 700,00

Projeto/Atividade: 12.364.2506.2.016 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 335000 - 17

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 16.725,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 317100 - 07

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 700,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 329000 - 75

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 16.725,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Decreto N. 674/2013

DECRETO N° 674/2013, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1069/2013,
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 21

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 145.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 23

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das dotações orçamentárias mencionadas abaixo e o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) do provável excesso de arrecadação nas fontes ordinário do orçamento vigente.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação: 339000 - 02

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 72.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. De Adm., Faz. E Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 05

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 23.000,00

Art. 3º Fica aberto no corrente exercício crédito Adicional no valor de R\$ 17.425,00 (dezessete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 337100 - 09

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 700,00

Projeto/Atividade: 12.364.2506.2.016 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 335000 - 17

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 16.725,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 317100 - 07

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 700,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 329000 - 75

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 16.725,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal N° 610, de 29 de Outubro de 2013

LEI MUNICIPAL N° 610, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), no orçamento de 2013 da Câmara Municipal de Vereadores a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
01.031.0000.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	3	01.0000	40.800,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais) de anulação de dotação orçamentária das seguintes programações de despesas:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
01.031.0000.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5	01.0000	40.000,00

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
01.031.0000.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Aplicações Diretas	2	01.0000	800,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 29 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Lei Municipal N° 609 de 29 de Outubro de 2013.

LEI MUNICIPAL N° 609 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - O Plano Plurianual do Município de Coronel Martins para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos anexos que integram esta LEI.

Art. 2º - Os Anexos que compõem o Plano Plurianual estão estruturados em Função, Subfunção, Programas, Objetivos, Justificativas, Diretrizes, Ações, Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Subfunção - a subfunção representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Justificativas - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

VI - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

IX - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;



X - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XI - Fonte de Recursos - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa.

Art. 3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específico.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um) - Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 10 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado indicada nas fontes 01.22 - 01.23 - 01.24 poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Art. 11 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 12 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC,
em 29 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Decreto N° 199/2013 de 29 de Outubro de 2013

DECRETO N° 199/2013 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

FIXA HORÁRIO DE ATENIMENTO E FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM TURNO ÚNICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial a Lei Orgânica do Município, e

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando a queda brusca da receita de todos os municípios brasileiros em que Coronel Martins não é diferente, situação que tem provocado o desequilíbrio financeiro-orçamentário entre receitas e despesas;

Considerando a proximidade do encerramento do exercício financeiro de 2013 que requer o efetivo enquadramento das despesas à previsão de receita, objetivando cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Considerando que o atendimento em turno único promove a redução de despesas de custeio e de manutenção em função da otimização e racionalização dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 04 de novembro de 2013, as repartições públicas municipais passarão a funcionar e promover o atendimento ao público em turno único, das 07:00 (sete) às 13:00 (treze) horas.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo o atendimento junto às Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Cras as quais manterão o horário normal em dois turnos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 29 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria N°. 186 de 25 de Outubro de 2013.

PORTARIA N°. 186 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

REQUISITA O RETORNO DE SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITAR:

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Rodrigo Paulo Barboza, ocupante do Cargo de Motorista, no dia 26 e 27 de outubro de 2013, em virtude da falta de servidores na Secretaria de Saúde.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 25 de outubro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria N°. 187 de 30 Outubro de 2013.

PORTARIA N°. 187 DE 30 OUTUBRO DE 2013.
REQUISITA O RETORNO DA SERVIDORA QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITAR:

Art. 1º O retorno da Servidora, Senhorita Mikeli Anita Zafari ocupante do Cargo de Médico Veterinária, pelo período de 01(um) dia, no dia 30 de outubro de 2013 em virtude da falta de profissional Junto ao Frigorífico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de outubro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria N°. 188, de 30 de Outubro de 2013.

PORTARIA N°. 188, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Roseli Garbin, ocupante do Cargo de Servente Geral, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 30 de outubro a 28 de dezembro de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de outubro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 272/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 272/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS DA RETROESCAVADEIRA RK-406-B DA FROTA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 13/11/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 13/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curiti05banos.sc.gov.br.

Curitibanos, 29 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da CPL

Edital de Pregão Presencial N° 273/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 273/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de materiais para conserto da Ponte localizada na Estrada da Fazenda Da Cadeia. Conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 14/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 14/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 29 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Presidente da CPL

Editais de Pregão Presencial N° 274/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 274/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E TECIDOS, DESTINADOS A CONFECÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 14/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 14/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 30 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Presidente da CPL

Editais de Pregão Presencial N° 59/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de Mobiliários para Centros de Educação Infantil, conforme anexo I deste edital. (Programa Brasil Carinhos).

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 14/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 25 de Outubro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação N° 50/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 50/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre Fundo Municipal de Educação e a empresa Auto Mecanica Geral Ltda, com o valor total de R\$ 118,00 (Cento e dezoito reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVISÃO DO SPIN PLACA MLJ 0114.,NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI N. 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 08 de Outubro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 08 de Outubro de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 08 de Outubro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Presidente do Fundo

Republicação Edital de Leilão N° 253/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE LEILÃO N° 253/2013

O MUNICÍPIO DE Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei Número 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, e Leis Municipais números: 4.743/2012, 4.946/2013, 5.043/2013, 5.123/2013, tornam público que a partir

das 09:00 horas do dia 21.11.2013, no Auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móvel e imóvel abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital:

LOTE 01: SUCATA DE VEÍCULO VW/KOMBI, ANO/MODELO: 2002/2003, RENAVAL: 796582335, PLACA MFZ 4030, COR BRANCA, LEI Nº 4.946/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 02: SUCATA DE VEÍCULO VW/KOMBI. ANO/MODELO: 1996/1996, RENAVAL 651059283, PLACA LXM6834. COR BRANCA. LEI Nº 4.946/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 03: SUCATA DE VEÍCULO VW/GOL 1000, ANO 1992, MODELO 1993, PLACAS BMK 1319. RENAVAL: 606675124. COR BRANCA. GASOLINA. CHASSI 9BWZZ30ZNT151834. 50CV. LEI Nº 4.743/2012. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 800,00.

LOTE 04: VW/GOL 1.0. ANO/MODELO 2009/2009. RENAVAL 142950734. PLACA MGX 6934. COR BRANCA. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00.

LOTE 05: MOTONIVELADORA WHB 140-S. ANO 1984. LEI Nº 4.946/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00.

LOTE 06: PRENSA DE PAVER E ACESSÓRIOS. LEI Nº 5.043/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 700,00.

LOTE 07: TORNO MECÂNICO NARDINI. MODELO DT 650. BARRAMENTO 2200X650 MM. 220 VOLTS. 30 AMPERES. FREQUENCIA: 60 HERTZ. LEI Nº 5.043/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 7.000,00.

LOTE 08: ESPARGIDOR DE ASFALTO REBOCADO. 2.500 LITROS. LEI Nº 5.043/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 09: SUCATA DE FERRO, QUANTIDADE APROXIMADA: 300 KG. LEI Nº 5.043/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO, LANCE INICIAL R\$ 70,00.

LOTE 10: SUCATA DE TELHAS DE ZINCO, QUANTIDADE APROXIMADA: 150 KG. LEI Nº 5.043/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO, LANCE INICIAL R\$ 250,00.

LOTE 11: VEÍCULO VW; GOL ANO 2005/2005, RENAVAL 858848821, PLACA MCQ6035, COR BRANCA, LEI Nº 5.123/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO, LANCE INICIAL R\$ 6.500,00.

LOTE 12: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC150, ANO 2003, LEI Nº 5.123/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO, LANCE INICIAL R\$ 125.000,00.

LOTE 13: RETROESCAVADEIRA CASE 580-L, ANO 2000, LEI Nº 5.123/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO, LANCE INICIAL R\$ 50.000,00.

LOTE 14: CARREGADEIRA MICHIGAN 55-A, ANO 1975, SÉRIE 4219A127BEC, TRAÇADA 4X4, LEI Nº 4.946/2013. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO, LANCE INICIAL R\$ 40.000,00.

Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura, na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, Centro, Curitiba ou através do site WWW.CURITIBANOS.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3245 7200.

Curitiba, 30 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Contrato. Contrato Nº. 0142 /2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0142 /2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME. Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais elétricos para a decoração natalina do município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0075/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato Nº. 0143/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0143/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Eletro Oeste Comércio De Materiais Elétricos Ltda Epp. Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais elétricos para a decoração natalina do município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 114.994,00 (cento e catorze mil novecentos e noventa e quatro reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0075/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato Nº. 0144/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0144/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Kumpel E Kumpel Ltda. Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais elétricos para a decoração natalina do município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 5.726,80 (cinco mil setecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0075/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Contrato. Contrato Nº. 0145 /2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0145 /2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: CRI Coleta Reciclagem e Industrialização de lixo Ltda Epp. Objeto: Contratação de empresa para transporte e destinação final de resíduos sólidos produzidos no município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais). Amparo

Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0079/2013, na Modalidade Carta Convite nº 0025/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de outubro de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 53/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 53/2013
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO -Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 184/PMF/2011 para mais 60 (sessenta) dias, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 02/09/2013 passará para 01/11/2013 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 30/01/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA 29 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 149/PMF/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 149/PMF/2013

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 149/PMF/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIOS (980,40 M²), ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO Nº. PAC 204528/2013, FORMADO PELO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às dez horas do dia trinta e um do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 149/PMF/2013. Abertos os trabalhos pela Comissão Permanente de Licitação e o Engenheiro Sr. Ademar João Back, os mesmos procederam à avaliação da documentação das empresas participantes deste processo e os questionamentos citados na Ata nº. 01. Desta forma, a comissão permanente de licitação informou que a empresa

CONSTRUTORA NUNES LTDA., foi inabilitada para a próxima fase deste processo, sendo que a mesma deixou de cumprir o item 3.1.9 letra B do edital. A comissão em questão informou ainda que as empresas ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., LAJECRIL PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA., ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. EPP., CREMA CONSTRUÇÕES LTDA., CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA EPP., e NATALINA MARIA STRAPAZZON ME. apresentaram suas documentações em conformidade com o disposto do edital, portanto foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 - propostas de preço. A comissão ainda ratificou que as empresas habilitadas CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA EPP., NATALINA MARIA STRAPAZZON ME., ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. EPP., LAJECRIL PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. e CREMA CONSTRUÇÕES LTDA., apresentaram a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 31 de outubro de 2013.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI

Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE

Membro da Comissão

ADEMAR JOÃO BACK

Gerente de Obras

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0321/2013

DECRETO Nº 0321, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0036, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0036 de 18 de setembro, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0036 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Rio Mansinho/ Fischer**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	16	MARILENE MOREIRA	7	0	0	0	1	NÃO	23/10/1970



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0036 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **5** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santo Antonio**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	26	ESTÉFANI GOETEN	10	0	0	3	0	NÃO	15/8/1994
2	28	TAMARA LAURISE BERTELLI	0	0	0	0	2	NÃO	6/9/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0036 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **4** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde Setor I**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA	12	3	2	0	0	NÃO	15/4/1967



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0036 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Miguel**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	24	MARIA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	18	2	4	5	4	NÃO	14/2/1978
2	14	ANGELICA PATRICIA VIZOLLI	15	1	2	5	1	NÃO	24/11/1991
3	21	ELENICE ANGELICA ZANELLA	14	3	2	2	2	NÃO	4/5/1984
4	11	CHIRLE SOUZA DOS ANJOS	12	2	2	1	1	NÃO	24/11/1980
5	10	FRANCIELE LEITE DE ALMEIDA	12	0	2	3	1	NÃO	22/7/1989
6	19	ANA PAULA SBARDELLA	11	1	2	1	0	NÃO	29/6/1981
7	5	IVONETE DO NASCIMENTO RIBEIRO	11	0	0	4	2	NÃO	3/7/1976
8	32	CLEONICE TINELLI	11	0	0	4	2	NÃO	14/5/1981
9	20	ELISABETE TAVARES	8	0	0	1	2	NÃO	14/11/1989
10	13	ROSANGELA APARECIDA FUSSINGER PIROLI	8	0	0	1	1	NÃO	1/1/1974
11	1	SUZANE NOIA FERREIRA	8	0	0	1	0	NÃO	8/11/1985
12	6	WANEISSA GONÇALVES DE OLIVEIRA	8	0	0	1	0	NÃO	28/6/1991
13	9	ADRIANA APARECIDA GONÇALVES	7	0	0	0	2	NÃO	28/6/1984
14	27	FABIANE DE SORDI	7	0	0	0	2	NÃO	10/3/1990
15	18	CARINE APARECIDA VERONESE	7	0	0	0	1	NÃO	4/6/1983
16	17	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS ANTUNES	7	0	0	0	1	NÃO	7/4/1991
17	29	JÉSSICA PALOMA RODRIGUES	7	0	0	0	1	NÃO	16/8/1992
18	4	TEREZINHA APARECIDA FUNINI	7	0	0	0	0	NÃO	9/7/1968
19	15	ELIETE PRESTES PIRES	7	0	0	0	0	NÃO	15/3/1993
20	31	ELIZANDREA NOIA	5	0	0	5	3	NÃO	4/8/1982
21	25	LELIANE SANTOS GONÇALVES	3	0	2	1	2	NÃO	1/12/1982
22	30	GLEISEN KELEN OZORIO DE OLIVEIRA	2	0	2	0	1	NÃO	14/10/1982

quinta-feira, 31 de outubro de 2013

Página 1 de 2

23	22	ROSANI TOMÁS	0	0	0	0	4	NÃO	10/6/1990
24	3	CLEONICE FRANCIONE	0	0	0	0	2	NÃO	30/9/1980
25	12	EMANUELLY APARECIDA CONRADI	0	0	0	0	2	NÃO	11/10/1993
26	33	FRANCIELE APARECIDA FERREIRA	0	0	0	0	1	NÃO	2/10/1990
27	35	DEISE FERREIRA	0	0	0	0	0	NÃO	16/2/1994



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0036 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **7** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Cristóvão**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	8	NATALIA MARIA HILLESHEIM	10	0	0	3	0	NÃO	23/12/1994
2	7	CRISTIANE FELIX RIBEIRO	7	0	0	0	1	NÃO	13/1/1988
3	34	MARLENE APARECIDA LORENZINI BORDIGNON	0	0	0	0	0	NÃO	13/7/1968

Decreto N° 0322/2013

DECRETO N° 0322, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0037, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0037 de 10 de outubro de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0323/2013

DECRETO N° 0323, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (139) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (137) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 31 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2253/2013

PORTARIA N.º 2.253, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.
Retifica e Ratifica Portaria n.º 2.236/2013

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2.236, de 23 de outubro de 2013, que contratou em caráter temporário IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.931.559-05, alterando a data da contratação para 04 de novembro de 2013.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 2.236, de 23 de outubro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2254/2013

PORTARIA N° 2.254, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme Ofício n° 099/2013 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor VALDIR AQUINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 251.019.359-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 01 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2255/2013

PORTARIA N° 2.255, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor JOAQUIM TADEU BORGES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 538.445.489-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 04 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2256/2013

PORTARIA N.º 2.256, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0016, de 22 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, VERA LUCIA DE OLIVEIRA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 497.668.569-15, na função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2013 até 21 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato 0040 Prof. Janeiro

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0040 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, na função pública de PROFESSOR na área de Educação Infantil do quadro especial. O preenchimento de vagas será exclusivamente para o mês de janeiro de 2014, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 04 a 14 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 às 19:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado e domingo), no Prédio da Escola Municipal Padre Biaggio Simonetti, localizada na Rua Professora Maria Salete de Oliveira, n. 57, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato 0041 Serviços Gerais Janeiro

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0041 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, na função pública de Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição (feminino), para preenchimento exclusivamente para o mês de janeiro de 2014, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 04 a 14 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 às 19:00 horas, no Prédio da Escola Municipal Padre Biaggio Simonetti, localizada na Rua Professora Maria Salete de Oliveira, n. 57, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato 0042 Professor 2014

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, nas funções públicas de PROFESSOR nas seguintes áreas de atuação e disciplina Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: Educação Infantil, Anos Iniciais, História, Geografia, Artes, Ciências e Programas de Saúde, Educação Física, Língua Inglesa, Filosofia ou Teologia, Língua Portuguesa, Matemática, Atendimento Educacional Especializado - AEE, Intérprete de Libras do quadro geral e quadros especiais de inscrições; Departamento de Cultura: para as áreas de Artes -Trabalhos Manuais, Artes -Teatro, Artes - Musicalização e Educação Física - Dança para o quadro geral. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 04 a 22 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 às 19:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado e domingo), no Prédio da Escola Municipal Padre Biaggio Simonetti, localizada na Rua Professora Maria Salete de Oliveira, n. 57, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato 0043 Serv. Gerais e Instr. Trab. Para 2014

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0043 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, na função pública de Agente de Serviços Gerais (feminino e masculino), Auxiliar de Alimentação e Nutrição, Instrutor de Trabalhos Manuais e Instrutor de Trabalhos Culturais para preenchimento no ano de 2014, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 04 a 22 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 às 19:00 horas, no Prédio da Escola Municipal Padre Biaggio Simonetti, localizada na Rua Professora Maria Salete de Oliveira, n. 57, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato 0044 Equipe Multidisciplinar

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0044 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do município, na função pública de Psicólogo, Fonoaudiólogo e Coordenador Pedagógico, para preenchimento de vaga para o ano de 2014, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 04 a 22 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 às 19:00 horas, no Prédio da Escola Municipal Padre Biaggio Simonetti, localizada na Rua Professora Maria Salete de Oliveira, n. 57, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba**PREFEITURA****Lei N.º 1.760/2013**

LEI N.º 1.760 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 803.250,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 803.250,00 (oitocentos e três mil e duzentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	34.000,00
0412262.002 - Func. e Manut. Do Gabinete do Prefeito	34.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	27.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUC. E CULTURA	71.500,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil	71.500,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	71.500,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	241.750,00
26782352.052 - Func. E Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura	241.750,00
3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	241.750,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	456.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde	456.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	456.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 803.250,00 (oitocentos e três mil e duzentos e cinquenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	220.000,00
0206161.086 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede Fórum	220.000,00
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	220.000,00
03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	34.000,00
0412262.003 - Func. e Manut. Do Gabinete do Vice-Prefeito	7.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
27812512.031 - Func. e Manut. Do Setor de Esporte	27.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	27.000,00
06.01 - SECRETARIA DE AGRIC. E PESCA	125.750,00
20606481.010 - Aquisição de Equip. Agrícolas e Pesqueiros	21.750,00
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	21.750,00
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	104.000,00

4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	104.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	163.500,00
12361281.014 - Constr., Ampl., Reforma de Esc. Ens. Fundamental	41.500,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	41.500,00
12365281.018 - Constr., Ampliação de Escolas para a Ed. Infantil	50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo	30.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
13392282.033 - Apoio a Cultura	42.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	260.000,00
15451311.035 - Construção, Reforma e Ampliação do Cemitério Municipal	260.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	260.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

Decreto N.º 151/2013

DECRETO N.º 151, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 803.250,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.760 de 30/10/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 803.250,00 (oitocentos e três mil e duzentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	34.000,00
0412262.002 - Func. e Manut. Do Gabinete do Prefeito	34.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	27.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUC. E CULTURA	71.500,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil	71.500,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	71.500,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	241.750,00
26782352.052 - Func. E Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura	241.750,00

3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	241.750,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	456.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde	456.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	456.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 803.250,00 (oitocentos e três mil e duzentos e cinquenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	220.000,00
0206161.086 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede Fórum	220.000,00
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	220.000,00
03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	34.000,00
0412262.003 - Func. e Manut. Do Gabinete do Vice-Prefeito	7.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
27812512.031 - Func. e Manut. Do Setor de Esporte	27.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	27.000,00
06.01 - SECRETARIA DE AGRIC. E PESCA	125.750,00
20606481.010 - Aquisição de Equip. Agrícolas e Pesqueiros	21.750,00
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	21.750,00
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	104.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	104.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	163.500,00
12361281.014 - Constr., Ampl., Reforma de Esc. Ens. Fundamental	41.500,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	41.500,00
12365281.018 - Constr., Ampliação de Escolas para a Ed. Infantil	50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo	30.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
13392282.033 - Apoio a Cultura	42.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	260.000,00
15451311.035 - Construção, Reforma e Ampliação do Cemitério Municipal	260.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	260.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução N° 17/2013****RESOLUÇÃO N° 17/2013**

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor José Sena Silveira”.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º - É concedida a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor José Sena Silveira, em razão de ser natural de Garopaba, ser fundador do Supermercado Silveira em 1975, ter sido Presidente do Campinense Esporte Clube (1983-1994), por sua brilhante Administração em nosso Município como Vereador (2001 - 2004) pelo Partido Progressista e por ter sido Coordenador da Capela Nossa Senhora da Glória, no Bairro Campo Duna.

Art. 2º - A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 30 de outubro de 2013.

ROGÉRIO LINHARES
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de outubro de 2013.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Resolução N° 18/2013**RESOLUÇÃO N° 18/2013**

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor LUIZ CARLOS LUIZ (in memorian)”.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor LUIZ CARLOS LUIZ (in memorian), em razão de sua brilhante Administração em nosso Município, período entre 2009 a 2012.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 30 de outubro de 2013.

ROGÉRIO LINHARES
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de outubro de 2013.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Resolução N° 19/2013**RESOLUÇÃO N° 19/2013**

“CONCEDE LICENÇA AO SENHOR VEREADOR JUCÉLIO DE SOUZA CLEMENTINO”.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador Jucélio de Souza Clementino, para tratar de interesse particular por prazo determinado de 30 dias, de acordo com o Art. 89, inciso III, do Regimento Interno, deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 30 de outubro de 2013.
ROGÉRIO LINHARES
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de outubro de 2013.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Resolução N° 20/2013**RESOLUÇÃO N° 20/2013**

“CONCEDE LICENÇA AO SENHOR VEREADOR EDSON LUIZ DA SILVA”.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Senhor Vereador Edson Luiz da Silva, para tratar de interesse particular por prazo determinado de 30 dias, de acordo com o Art. 89, inciso III, do Regimento Interno, deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições sem contrário.

Garopaba, em 30 de outubro de 2013.
ROGÉRIO LINHARES
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de outubro de 2013.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação FMS N° 009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº009/2013 - Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de refrigeradores, fogão, bebedouro, purificador de água, máquinas de lavar roupa, escadas em alumínio, microondas e televisor LCD, para atender as necessidades das Unidades de Saúde da Família.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 14/11/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 31 de outubro de 2013.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG N° 48/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 055 - Processo PMG nº 048/2013
Modalidade: Dispensa de Licitação
Contratado: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA
Contratante: Município de Garuva/Prefeitura Municipal de Garuva

Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para execução dos serviços de Manutenção do Sistema de Iluminação Pública Urbana e Rural, do Município de Garuva, incluindo o fornecimento de materiais.

Valor estimado: R\$ 146.487,38 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Dotação:

10.03.2065.339039 - 11700 - Manutenção do Setor de Obras e Serviços Públicos

10.03.2065.339030 - 11700 - Manutenção do Setor de Obras e

Serviços Públicos
Data de Assinatura: 17/10/2013
Vigência:

Amparo Legal: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto N° 5.661, de 24 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 5.661, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.
ALTERA DECRETO N° 5.350, DE 30 DE JANEIRO DE 2013, QUE NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo segundo, do artigo primeiro, do Decreto nº 5.350, de 30 de janeiro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Fica nomeado como membro suplente o servidor JEFFERSON AMARAL, cuja atuação ocorrerá apenas em eventual impedimento, suspeição, faltas ou afastamentos de um dos titulares”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 24 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.209, de 24 de Outubro de 2013.

PORTARIA N° 3.209, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À TOMADA DE CONTAS ESPECIAL N° 01/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, e com base no ofício nº 10523/2013, remetido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até o dia 05 de dezembro de 2013 o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão para Tomada de Contas Especial nº 01/2013 instaurada por meio da Portaria nº 2.958/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria RH 94/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 94/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) FABIO CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Agrimensor, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 01/09/2008 a 09/09/2013, devendo folgar a partir de 01/11/2013 a 29/01/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 95/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 95/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 09/07/2013, devendo folgar a partir de 04/11/2013 a 01/02/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Aviso do Pregão Presencial N° 192/2013

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 192/2013

OBJETO: Registro de preços de materiais gráficos. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 9h do dia 13/11/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 13/11/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br Gaspar (SC), 29/10/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

Extrato do Aditivo de Rescisão Amigável do Contrato N° SAF-94/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
DO CONTRATO N° SAF-94/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/10/2013. VENCTO.: 31/12/2013. Dispensa nº.: 107/2010. OBJETO: locação de imóvel situado na Avenida Deputado Francisco Mastella nº 410, Centro, Gaspar/SC, o qual dá em locação destinada às instalações da sede do 3º Pelotão de Bombeiros Militar de Gaspar. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: NORIVAL JOSÉ CORDEIRO (003.718.079-72). VALOR TOTAL: R\$ 11.126,18 (onze mil, cento e vinte e seis reais e dezoito centavos).

Gaspar/SC, 18 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo N° 2 do Contrato N° FMS-5/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO N° 2 DO CONTRATO N° FMS-5/2013

Vigência: 21/10/2013. Venc.to.: 21/02/2014. Tomada de preços nº.: 8/2012. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: ampliação e reforma da UBS Barracão. Contratado: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA ME. (03.087.273/0001-03). - Sem acréscimo de Valor.

Gaspar/SC, 18 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo N° Segundo do Contrato N° SAF-9/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO N° SEGUNDO DO CONTRATO N° SAF-9/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/10/2013. VENCTO.: 31/12/2013. Concorrência nº.: 58/2011. OBJETO: contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA (06.977.356/0001-66). VALOR TOTAL: R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos reais).

Gaspar/SC, 15 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-85/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-85/2013

Início da vigência: 08/10/2013 Vencimento: 08/04/2014. Tomada de preços nº.: 173/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: recuperação da instalação elétrica da E.E.B. Norma Mônica Sabel. Contratado: CEPENGE ENGENHARIA LTDA. (03.064.330/0001-39). Valor total: R\$ 39.441,93 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos).

Gaspar/SC, 8 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-90/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-90/2013

Início da vigência: 15/10/2013 Vencimento: 15/12/2014. Tomada de preços nº.: 187/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: contratação de serviços técnicos de consultoria para a elaboração/atualização do Código Tributário Municipal. Contratado: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA. (05.039.594/0001-68). Valor total: R\$ 72.041,63 (setenta e dois mil, quarenta e um reais e sessenta e três centavos).

Gaspar/SC, 15 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-91/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-91/2013

Início da vigência: 15/10/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 176/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: aquisição de livros técnicos e de literatura. Contratado: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA (79.065.181/0001-94). Valor total: R\$ 9.380,38 (nove mil, trezentos e oitenta reais e trinta e oito centavos).

Gaspar/SC, 15 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-92/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-92/2013

Início da vigência: 15/10/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 176/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: aquisição de livros técnicos e de literatura. Contratado: LIVRARIAS MOHR (07.261.562/0001-38). Valor total: R\$ 5.172,76 (cinco mil, cento e setenta e dois reais e setenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 15 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-93/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-93/2013

Início da vigência: 22/10/2013 Vencimento: 22/10/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de notebooks, por Adesão à Ata de Registro de Preço nº 32/2013/FNDE, de Preço do Pregão Eletrônico nº 85/2013 - Processo Administrativo nº 23034.024504/2012-75. Contratado: POSITIVO INFORMÁTICA S/A (81.243.735/0001-48). Valor total: R\$ 37.485,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Gaspar/SC, 22 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-94/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-94/2013

Início da vigência: 25/10/2013 Vencimento: 25/04/2014. Dispensa

nº.: 217/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Paraíba, 365, apto. 3, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: RJJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. (08.112.745/0001-54). Valor total: R\$ 3.600,00 (três mil, seiscentos reais).

Gaspar/SC, 25 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-95/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-95/2013

Início da vigência: 25/10/2013 Vencimento: 25/04/2014. Dispensa nº.: 218/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Paraíba, 365, apto. 01, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: RJJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. (08.112.745/0001-54). Valor total: R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 25 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-96/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-96/2013

Início da vigência: 26/10/2013 Vencimento: 26/04/2014. Dispensa nº.: 223/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Figueira, na Rua Ezequiel Anacleto Cardoso, 110 (fundos), para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: ERNESTO DOS SANTOS (415.411.549-91). Valor total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Gaspar/SC, 25 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 18/2013 se reunirá em Sessão Pública no dia 04/11/2013, às 14h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa Gráfica e Editora Metas Ltda. ME, CNPJ nº 04.598.394/0001-82, requerente nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, Edital de Credenciamento nº 001/2013, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal). Ficam intimados os interessados

em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa Gráfica e Editora Metas Ltda. ME.

Gaspar/SC, 30 de outubro de 2013.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Resultado de Licitação CV N° 15/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Autos do Processo n.º 008/2013
Convite n.º 015/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA 61 COMPUTADORES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Comissão Permanente de Licitação designada por meio do Decreto 84/2013, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 - e suas alterações posteriores analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluiu pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, após julgamento da proposta e documentos de habilitação apresentados pela licitante classificada, a Comissão decidiu pela adjudicação do presente processo licitatório para a empresa:

NEW HOUSE INFORMÁTICA LTDA - ME

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva homologação.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Setembro de 2013.
MARIANA DE SOUZA FERNANDES
Presidente/CPL

LUCIMERI MARIA DA SILVA
Membro/CPL

ALINE CECHETTO BECK
Membro/CPL

Resultado de Licitação CV N° 28/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Autos do Processo n.º 006/2013
Convite n.º 012/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E/OU MÁQUINAS REPROGRÁFICAS, IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, COM A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA) E O FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARTES OU COMPONENTES PARA SUPRIR AS UNIDADES DE SAÚDE E A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Comissão Permanente de Licitação designada por meio do Decreto 84/2013, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 - e suas alterações posteriores - analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluiu pela sua regularidade,

observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, após julgamento da proposta e documentos de habilitação apresentados pela licitante classificada, a Comissão decidiu pela adjudicação do presente processo licitatório para a empresa:

AMÉRICA NET INFORMÁTICA - FÁBIO CÉSAR MARTINS

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva homologação.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Setembro de 2013.
MARIANA DE SOUZA FERNANDES
Presidente/CPL

LUCIMERI MARIA DA SILVA
Membro/CPL

ALINE CECHETTO BECK
Membro/CPL

Resultado de Licitação CV N° 12/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Autos do Processo n.º 006/2013
Convite n.º 012/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E/OU MÁQUINAS REPROGRÁFICAS, IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, COM A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA) E O FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARTES OU COMPONENTES PARA SUPRIR AS UNIDADES DE SAÚDE E A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Comissão Permanente de Licitação designada por meio do Decreto 84/2013, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 - e suas alterações posteriores - analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluiu pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, após julgamento da proposta e documentos de habilitação apresentados pela licitante classificada, a Comissão decidiu pela adjudicação do presente processo licitatório para a empresa:

AMÉRICA NET INFORMÁTICA - FÁBIO CÉSAR MARTINS

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva homologação.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Setembro de 2013.
MARIANA DE SOUZA FERNANDES
Presidente/CPL

LUCIMERI MARIA DA SILVA
Membro/CPL

ALINE CECHETTO BECK
Membro/CPL

Resultado de Licitação PR N° 22/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Autos do Processo n.º 064/2013
Pregão Presencial n.º 022/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS, PORTAS PARA DIVISÓRIAS E VIDROS PARA ESTRUTURAÇÃO DAS DIVISÓRIAS, PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada por meio do Decreto 85/2013, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluiu pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, após julgamento da proposta e documentos de habilitação apresentados, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio decidiram pela adjudicação do presente processo licitatório para a empresa: NOBRE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva homologação.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Outubro de 2013.
MARIANA DE SOUZA FERNANDES
Pregoeira

LUCIMERI MARIA DA SILVA
Assistente Administrativa

CAROLINE DE SOUZA FERNANDES
Chefe de Contratos

Extrato de Contrato N° 60/2013

Extrato de Contrato N° 060/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO N° 060/2013
CONVITE N° 028/2013

EMPRESA CONTRATADA: Prime Graphics Comércio e Serviços Ltda - ME.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e materiais gráficos para uso da Secretaria de Saúde do Município De Governador Celso Ramos/SC.
Valor do contrato: R\$ 44.075,35.

Governador Celso Ramos, 27 de Setembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 67/2013

Extrato de Contrato N° 067/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO N° 067/2013
CONVITE N° 012/2013

EMPRESA CONTRATADA: Fábio César Martins - América Net Informática.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços locação de impressoras e/ou máquinas reprográficas, impressão em preto e branco, com a prestação de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) e o fornecimento de peças, partes ou componentes para suprir as unidades de saúde e a Secretaria de Saúde do Município de Governador Celso Ramos.
Valor do contrato: R\$ 62.292,00.

Governador Celso Ramos, 17 de Setembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 68/2013

Extrato de Contrato N° 068/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO N° 068/2013
CONVITE N° 015/2013

EMPRESA CONTRATADA: New House Informática Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de reposição para 61 computadores da Secretaria da Saúde do Município de Governador Celso Ramos.
Valor do contrato: R\$ 27.444,00.

Governador Celso Ramos, 17 de Setembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Ata de Registro de Preços N° 50/2013

Ata de Registro de Preços nº 50/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
Ata de Registro de Preços nº 50/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: NOBRE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de divisórias, portas para divisórias e vidros para estruturação das divisórias, para Secretaria de Educação do Município de Governador Celso Ramos.
PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 30 de Outubro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria N° 756/2013

PORTARIA N° 756/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora JANAINA DAVID (Matr. 1042), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 28 de outubro de 2013 a 26 de Novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Outubro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 757/2013

PORTARIA N° 757/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora LOURDES FERREIRA BRANDAO (Matr. 3552), a partir de 30 de outubro de 2013, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Educação, Cultura e Esportes, Nível - Agente Político, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar N° 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 758/2013

PORTARIA N° 758/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora ANA PIOVESAN (Matr. 3410), a partir de 30 de outubro de 2013, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Letra "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC N°. 286/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar N° 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 759/2013

PORTARIA N° 759/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora VERNICA RIVA (Matr. 43), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "O", Anexo V da LC N°. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 30 de outubro de 2013 a 10 de novembro de

2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 760/2013

PORTARIA N° 760/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 2558), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "D", Anexo XI da LC N° 286/2011, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 31 de Outubro de 2013, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC N° 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 761/2013

PORTARIA N° 761/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora LOURDES FERREIRA BRANDAO (Matr. 3721), a partir de 31 de outubro de 2013, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto N° 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível - 6, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar N°. 286/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 762/2013

PORTARIA Nº 762/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora ANA PIOVESAN (Matr. 3722), a partir de 31 de outubro de 2013, aprovada e classificada em 2º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível - 6, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar Nº. 286/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 763/2013

PORTARIA Nº 763/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora ARLETE TREVISOL GUINDANI (Matr. 3723), a partir de 31 de outubro de 2013, aprovada e classificada em 4º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível - 6, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar Nº. 286/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 764/2013

PORTARIA Nº 764/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora ROSA MARIA SIQUEIRA DE CARVALHO (Matr. 3433), a partir de 31

de outubro de 2013, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 765/2013

PORTARIA Nº 765/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3428), a partir de 31 de outubro de 2013, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 766/2013

PORTARIA Nº 766/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), a partir de 01 de novembro de 2013, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o Anexo XII da Lei Complementar Nº. 286/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 767/2013
PORTARIA N° 767/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ROSA MARIA SIQUEIRA DE CARVALHO (Matr. 3725), a partir de 01 de novembro de 2013, aprovada e classificada em 17º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto N° 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC N° 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar N° 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 768/2013
PORTARIA N° 768/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhorita JANAINA FERREIRA DOS SANTOS (Matr. 3726), a partir de 01 de novembro de 2013, aprovada e classificada em 18º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto N° 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC N° 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar N° 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 769/2013
PORTARIA N° 769/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), a partir de 01 de novembro de 2013, aprovada e classificada em 20º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto N° 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC N° 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar N° 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Decreto N° 2550/2013**

DECRETO N° 2550, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.
"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de conformidade o art. 3º, parágrafo 3º da Lei 0048, de 04 de agosto de 1997, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros, titular e suplente, para integrarem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

Representante do poder Executivo:

Titular - Célio Ramos

Suplente - Irlei Luiz Lampert

Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular - Romeu Pirolli

Suplente - Neivo José Pocera

Comunidade de São Pascoal:

Titular - Valdemar Rayser Costa

Suplente - Elcir Barth da Costa

Comunidade de São Sebastião

Titular - Eroni Turella

Suplente - Clovis Souza

Comunidade Santo Alécio

Titular - Oziri Magnagnagno

Suplente - Ivam Felicetti

Comunidade Linha Nova

Titular - Francisco Danielewz

Suplente - Ari Calai

Comunidade Linha Trevisol

Titular - Alceu Dalcortivo

Suplente - Nadir Bresiani

Comunidade Linha Gaúcha
Titular - Ademar Lorenzetti
Suplente - Carlos Pocera
Comunidade Linha União:
Titular - Rodrigo Peretti
Suplente - Adilso Borsoi

Comunidade Linha Central
Titular - Sandro Possera
Suplente - Afonso Dalmolim

Comunidade Linha Rui Barbosa
Titular - Izidoro Caon
Suplente - Valderi Ceroni

Comunidade Linha Cerro Azul
Titular - Dorival Correa Ramos
Suplente - Pedrinho Dambrós

Comunidade Linha Gramadinho
Titular - Waldemiro Thomé
Suplente - Antônio Batista

Art. 2º Os membros do Conselho de Desenvolvimento Rural, terão mandato de dois anos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se o Decreto Nº 2215 de 01 de Agosto de 2011.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE OUTUBRO DE 2013.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Ata Nº 89/2013 - CMAS ATA Nº 89/2013

Aos 18 dias do mês de outubro de dois mil e treze, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social na sala de reuniões da Unidade de Saúde para deliberar sobre a instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, conforme Ata de nº75/2010 onde ficou de ser regularizada a situação. O Conselho efetivava sua Instancia de Controle Social, porém é necessário uma resolução e Decreto sobre o Controle. Sendo Assim, a Assistente Social explicou como funciona o Controle Social, é a participação da população na gestão pública, possibilitando aos cidadãos meios e canais de fiscalização e controle das instituições e organizações governamentais, de modo a verificar o bom andamento das decisões tomadas em seu nome. Visa direcionar as políticas para o atendimento das necessidades prioritárias da população, melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Sua concepção está diretamente relacionada com o Estado de Direito, democracia, participação popular, partilhamento de decisões. Ou seja, trata-se de um Estado que esteja a serviço do interesse público e que cidadãos possam exercer e reclamar seus direitos. Conforme a Resolução CNAS nº 237/2006 define "o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política". Consiste no acompanhamento do ciclo de elaboração, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social, incluindo a fiscalização, controle e avaliação da

qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios executados pela rede socioassistencial tanto pública quanto privada. Esse controle da gestão pública tem suas bases nos princípios e direitos constitucionais os quais estabelecem mecanismos de participação popular e garante que qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades na aplicação dos recursos públicos em diversos locais, tais como Ministério Público, Tribunais de Contas, Conselhos de Assistência Social, Ouvidorias, dentre outros. O funcionamento dos Conselhos de Assistência Social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 [art. 204] enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Como forma de efetivar essa participação, a LOAS, com a nova redação dada pela Lei nº 12.435/2011, estabelece em seu artigo 16 que, as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil são os conselhos municipais, estaduais, do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. É importante ressaltar que a conquista da participação popular como direito não se trata apenas da participação nos Conselhos. Esse é um espaço privilegiado, mas não o único espaço de participação. Sendo assim, o Conselho aprova que seja efetuada de forma formal o Controle Social do Programa Bolsa Família. Nada mais havendo a tratar, se encerra a presente ata que será assinada por todos.

Ibiã, 18/10/2013

Ilhota

PREFEITURA

Lei Nº 1750/2013

LEI Nº1750, de 20 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER Á CRIAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, PREFEITO MUNICIPAL DE ILHOTA, SC, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

FAÇO SABER A TODOS OS MUNICÍPIES QUE SUBMETO A APRECIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES O PRESENTE PROJETO DE LEI EM, CONFORME AUTORIZAÇÃO PREVISTA NO INCISO I, ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL 1722/2012 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 19.164,03 (Dezenove mil, cento e sessenta e quatro reais e três centavos), por conta da redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Departamento de Administração

Atividade: 2.005 -Manutenção e Fun da Secr de Administração

Elemento:(13)3.1.71.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 567,03

Elemento:(19)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 18.597,00

Art.2º - O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente.

Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto: 1.012 - Reforma de Ginásio e Quadras de Esporte
Elemento:3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 19.164,03

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ilhota, 30 de Outubro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP N° 649/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 649, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Médica Psiquiatra - CAPS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Médica Psiquiatra - CAPS, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Vivian Comelli Alberton	006.267.389-03	17/10/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 650/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 650, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Instrutora de Manicure e Pedicure - PETI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Instrutora de Manicure e Pedicure - PETI, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Priscila Sousa Araújo	054.007.519-11	10/10/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 651/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 651, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Médica Veterinária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Médica Veterinária, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Ana Lídia Laureano Hermes	055.359.029-42	28/10/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 652/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 652, de 30 de outubro de 2013.
Dispõe sobre a exoneração de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar HELENA NUNES NATÁLIO MARTINS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 090.774.799-02, do cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP N° 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 653/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 653, de 30 de outubro de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Médica - PSF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Médica - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Izabella Dessoti Vieira da Silva	018.783.189-00	01/10/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a

desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 654/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 654, de 30 de outubro de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Psicóloga - CAPS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Psicóloga - CAPS, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Vanessa Arlete Fell Petry	005.071.830-45	04/10/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 655/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 655, de 30 de outubro de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Terezinha Martins	Servente Merendeira	455.091.319-34	17/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 17 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 656/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 656, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Márcia de Souza Menezes	Servente Merendeira	004.518.289-25	21/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 21 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 657/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 657, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Auxiliar de Enfermagem - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor; e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 22 de março de 2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente, considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Márcia Keller Duarte Ferreira	Auxiliar de Enfermagem - ESF	058.185.649-08	01/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de novembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

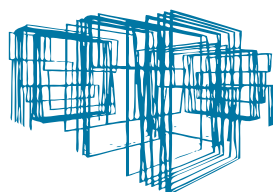
ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato Termo do Convênio N° 022/2013, Associação Amigos Cavaleiros de Imbituba

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 022/2013. PARTICIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a Associação Amigos cavaleiros de Imbituba FUNDAMENTO: Lei Municipal nº4.402, de 06 de Agosto de 2013 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade.. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 04.123.0004.2004.3.3.50.00.00.00.0 0.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 09/10/2013 a 31/12/2013. SIGNATÁRIOS: Sr. Jai-son Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e João Martins Monteiro, Presidente da Associação Amigos Cavaleiros de Imbituba.



Programa de
Gestão de Obras



Iomerê

PREFEITURA

Lei 752/2013

LEI Nº. 752, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPP DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 1º Fica instituído o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP do Município de Iomerê, em sua Administração Pública direta e indireta, na forma desta Lei e da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, no que couber.

Art. 2º O PPP é destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado que, na condição de colaboradores, atuem na implementação das políticas voltadas ao desenvolvimento do Município e ao bem estar coletivo.

Art. 3º O PPP observará as seguintes diretrizes:

- I - eficiência no cumprimento das finalidades do Programa, com estímulo à competitividade na prestação de serviços;
- II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;
- III - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Município;
- IV - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;
- V - transparência dos procedimentos e das decisões;
- VI - repartição objetiva de riscos entre as partes;
- VII - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

Art. 4º O PPP será desenvolvido por meio de adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

Parágrafo Único - A execução dos projetos de parcerias público-privadas deverá ser acompanhada permanentemente para avaliação de sua eficiência, por meio de critérios objetivos previamente definidos.

CAPÍTULO II DO CONSELHO GESTOR

Art. 5º Fica criado o Conselho Gestor do PPP, composto de três membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, com as atribuições relacionadas na sequência.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho Gestor:

- I - aprovar projetos de parceria público-privadas;
- II - recomendar ao Prefeito a inclusão no PPP de projeto aprovado na forma do inciso I deste artigo;
- III - fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;
- IV - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privadas;

Art. 6º São condições para a inclusão de projetos no PPP:

- I - efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;
- II - estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;
- III - a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;
- IV - a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado, quando for o caso;
- V - a necessidade, a importância e o valor do serviço ou da obra em relação ao objeto a ser executado.

Parágrafo Único - A aprovação do projeto fica condicionada ainda ao seguinte:

- I - elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
- II - demonstração da origem dos recursos para seu custeio;
- III - comprovação de compatibilidade com a lei orçamentária anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.

CAPÍTULO III DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 7º Parcerias público-privadas são mecanismos de colaboração entre o Município e agentes do setor privado, remunerados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados, podendo ter por objeto:

- I - a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública;
 - II - a prestação de serviço público;
 - III - a exploração de bem público;
 - IV - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Município, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas disponíveis para o Município.
- § 1º Não serão objeto de parcerias público-privadas a mera terceirização de mão-de-obra e as prestações singelas ou isoladas.
- § 2º Os contratos de parceria público-privada deverão prever que, no caso de seu objeto reportar-se a setores regulados, as regras de desempenho das atividades e serviços deverão ficar submetidas àquelas determinadas pela agência reguladora correspondente.

Art. 8º Poderão figurar como contratantes nas parcerias público-privadas os entes municipais a quem a lei, o regulamento ou o estatuto confirmam a titularidade dos bens ou serviços objeto da contratação, incluindo autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Município, empresas públicas e sociedades de economia mista, que existam ou que venham a existir.

Art. 9º As parcerias público-privadas determinam para os agentes do setor privado:

- I - a assunção de obrigações de resultado definidas pelo Poder Público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previstos no instrumento;
- II - a submissão a controle municipal permanente dos resultados;
- III - o dever de submeter-se à fiscalização do Poder Público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;

CAPÍTULO IV DOS CONTRATOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 10. Os contratos de parceria público-privada reger-se-ão pelo disposto nesta lei, na lei federal correspondente, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos e deverão estabelecer:

I - as metas e os resultados a serem atingidos, cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;

II - a remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria, o prazo necessário à amortização dos investimentos;

III - cláusulas que, dependendo da modalidade escolhida, previjam:

a) a obrigação do contratado de obter recursos financeiros necessários à execução do objeto e de sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de exclusão de sua responsabilidade;

b) possibilidade de término do contrato não só pelo tempo decorrido ou pelo prazo estabelecido, mas também pelo montante financeiro retornado ao contratado em função do investimento realizado;

IV - identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização.

Art. 11. A remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada das seguintes alternativas:

I - tarifas cobradas dos usuários;

II - pagamento com recursos orçamentários;

III - cessão de créditos não-tributários do Município;

IV - cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais;

V - transferência de bens móveis e imóveis;

VI - outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

VII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados;

VIII - outros meios admitidos em LEI.

Art. 12. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do contratante, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 13. Os instrumentos de parceria público-privada poderão prever mecanismos amigáveis de solução das divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único - Na hipótese de arbitramento, os árbitros deverão ser escolhidos dentre os vinculados a instituições especializadas na matéria e de reconhecida idoneidade.

CAPÍTULO V DAS GARANTIAS

Art. 14. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

I - vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

II - instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III - contratação de seguro-garantia;

IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras;

V - garantias prestadas por fundo garantidor criado para essa finalidade;

VI - outros mecanismos admitidos em lei.

Parágrafo Único - Além das garantias referidas no caput deste artigo, o contrato de parceria poderá prever a emissão dos empenhos

relativos às obrigações da Administração Pública diretamente em favor da instituição financiadora do projeto e a legitimidade desta para receber pagamentos efetuados por intermédio do fundo garantidor.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 30 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei 753/2013

LEI Nº. 753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES POÇO ARTESIANO ENRE LINHAS DE BOM SUCESSO - AMPAELBS - e dá outras providências

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES POÇO ARTESIANO ENTRE LINHAS BOM SUCESSO - AMPAELBS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na localidade de Bom Sucesso, s/n, interior, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 18.674.455/0001-58.

Art. 2º Fica assegurada a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES POÇO ARTESIANO ENTRE LINHAS BOM SUCESSO - AMPAELBS, todos os direitos e vantagens da legislação vigente, enquanto cumprir as suas finalidades estatutárias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 30 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei 754/2013

LEI Nº. 754, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas para aquisição de brindes de Natal para os servidores públicos municipais.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a

seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas para aquisição de brindes alusivos às festividades natalinas, no ano de 2013, e proceder à distribuição a todos os servidores públicos do Município de Iomerê.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, no valor de até R\$ 6.000,00(seis mil reais), correrão à conta do orçamento de 2013.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 30 de outubro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1467/2013

DECRETO Nº. 1467 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 83.065,00 (oitenta e três mil e sessenta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2007 Contribuição ao PASEP
33900000 Aplicações Diretas
144.00 Fundo Especial do Petróleo
R\$ 160,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2017 Merenda Escolar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 905,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2021 Aplicação do FUNDEB
31900000 Aplicações Diretas
118.00 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof. do Magistério - Educação Básica)
R\$ 82.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 25 de outubro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1468/2013

DECRETO Nº. 1468 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 67.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 25 de outubro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2247/2013

PORTARIA Nº 2247 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor VALÉRIA GRIFANTE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06/09/2012 a 05/09/2013 a contar de 01/11/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 30 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N°.2012/2013 de 29 de Outubro de 2013.

REVOGA DECRETO Nº. 2000/2013 QUE DECRETA TURNO ÚNICO NOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Decreto 2000/2013 que decreta turno único no Departamento Municipal de Estradas e Rodagem (DMER) e Departamento Municipal de Urbanismo (DMU) no período de 02 de Setembro de 2013 a 30 de Dezembro de 2013 das 07h00min as 13h00min, voltando para o horário normal.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente Decreto produzirá efeitos a partir de 29/10/2013.

Ipumirim, 29 de Outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Resolução 07-2013

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social (2014 a 2017) do município de Irineópolis.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, de Irineópolis na forma da Lei 1600/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, em reunião ordinária no dia 24 de outubro de 2013, registrada na Ata nº 10/2013, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Assistência Social do município de Irineópolis/SC, sendo o período de vigência de 2014 até 2017.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 24 de outubro de 2013.

ROSANA M. P. PEREIRA

Presidente CMAS

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 50/2013 - Pregão Presencial nº 36/2013 - Objeto: registro de preços para aquisição de 400m³ de bica corrida para manutenção de diversas ruas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 14 de novembro de 2013, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 14 de novembro de 2013, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 31 de outubro de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 49/2013 - Dispensa de Licitação nº 6/2013. Objeto: perfuração de 02 (dois) poços tubulares profundos, nas Escolas Rurais Baía do Itajaí e Nova Esperança. Contratada: Água Azul Poços Artesianos Ltda. VALOR TOTAL: R\$ 24.021,46. PRAZO: 30 (trinta) dias. Fundamentação Legal: artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Itaiópolis, 31/10/2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Leilão

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EDITAL DE LEILÃO

ELETRÔNICO Nº 160/2013

O Município de Itapiranga - SC., em consonância com o que dispõe a Lei Federal 8.666/93 consolidada, torna público para o conhecimento dos interessados, que estará alienando, através do Edital de Leilão Eletrônico nº 160/2013, às 10:00 horas do dia 22 de novembro de 2013, veículos, máquinas e outros bens inservíveis desta municipalidade. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714, pelo email: compras@itapiranga.sc.gov.br, ou através do portal Superbid.

Itapiranga - SC., 31 de outubro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do Distrato N° 129/2013/RH
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
 EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO N° 129/2013/RH
 PARTES: Município de Itapiranga e ESTER SCHOENWALD DA SILVA.

OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário nº 117/2013/RH de 02/09/2013, como Professor de Artes, dando-se recíproca e geral quitação, a partir de 30/10/2013.

Itapiranga - SC.30 de outubro de 2013.
 INÁCIO OSWALD
 Prefeito Municipal em Exercício.

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial N° 056/2013, Processo Licitatório N° 109/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 109/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 30/10/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, FABIO ANTONIO DA PAIXAO nomeados pelo DECRETO N° 1896/2013, juntamente com o apoio da servidora MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS da Secretaria de Saúde, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 056/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24HORAS E CENTRO DE REABILITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Protocolaram envelopes as empresas:

Empresas Participantes
 COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP
 COMERCIALIZZA COM. VAREJ. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP
 EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INF. E SERV. LTDA ME
 JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME
 JOSÉ CARLOS VEDAN ME
 JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP
 KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
 L & E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP
 LUIZ MINIOLLI NETTO EPP
 MARCELO JACOB
 MÁXIMA PAPELARIA EIRELI
 PAPELARIA COPIATIC LTDA EPP
 SOLO COMERCIAL LTDA EPP
 SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA
 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME
 JOÃO ROBERTO RIBAS ME

Representantes
 ALAN FILIPE DA SILVA
 NEILON PAULO GILI
 GENUIR KUREK
 JOSÉ MANUEL DUARTE
 JOSE EDILSON DOS PASSOS
 EDUARDO KULKA
 JULIANO DOS SANTOS
 ARCÉLIO ANTONIO DALABONA
 RICARDO LUIZ ALVES
 MICHEL DA SILVA FRANÇA
 MARCELO JACOB
 LUIZ AMARILDO MUELLER
 JAMES EVERTON FRANKE
 WENCESLAU VILHA JUNIOR
 ANTONIO ROBERTO HONESKO
 Não apresentou 3° envelope (Item n° 5.6.1)
 Não apresentou 3° envelope (Item n° 5.6.1)

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificadas apenas as empresa(s) 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME e JOÃO ROBERTO RIBAS ME que não se fizeram representadas na sessão e não enviaram o terceiro envelope conforme exigido no item 5.6.1 do edital e portanto foram consideradas DESCLASSIFICADAS para o certame. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Nesta fase foi verificado que a empresa KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME apresentou proposta em nome de empresa diversa (ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA) enquanto a empresa PAPELARIA COPIATIC LTDA EPP enviou o arquivo digital em formato desconhecido, descumprindo assim o item 6.3 do edital, sendo assim, foram consideradas DESCLASSIFICADAS. Nesta fase ainda, foi verificado que os envelopes de proposta das empresas 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME e JOÃO ROBERTO RIBAS ME foram abertos equivocadamente e deste modo foram juntados no processo. Finalizando esta etapa os licitantes presentes sugeriram que, dado o horário avançado, a sessão pública para os lances verbais fosse transferida para outro dia. Demonstrando-se uma opção razoável, a sessão pública será transferida para o dia 06/11/2013 Às 09:00h. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 30/11/2013.
 FERNANDA CRISTINA ROSA
 Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
 ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL FABIO ANTONIO DA PAIXAO

Presentes na Sessão
 MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS

Representantes Presentes
 COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP COMERCIALIZZA COM. VAREJ. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP
 JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME

JOSÉ CARLOS VEDAN ME
 JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP

KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
 EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INF. E SERV. LTDA ME

LUIZ MINIOLLI NETTO EPP
 L & E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP

MÁXIMA PAPELARIA EIRELI
MARCELO JACOB

SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA
SOLO COMERCIAL LTDA EPP

Termo de Prorrogação do Edital Pregão 55-2013
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -
DATA: 04 de OUTUBRO de 2012 - Horário de entrega de envelopes
até: 09:00 e
abertura de Sessão Pública às 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão nº 55/2012 - Processo nº
107/2012 - OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de
peças e serviços de mão de obra para recuperação do sistema de
transmissão da motoniveladora Cartepillar - 140G, conforme espe-
cificações do Anexo V do edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria
realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de
licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE
RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para
o dia 13/11/2013 e horário de entrega de envelopes até 11:00 e
abertura de sessão pública às 11:30.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edi-
tal.

Itapoá, 31 de outubro de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Aditivo Contrato 108/2013 PMJ TA 01
CONTRATO Nº 108/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro,
378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante
denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito
Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA,
com sede administrativa na Rua MANOEL QUINTILHAN MORG-
ADE, 39, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº
07.624.275/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste
ato representada pelo Sr. ANDRÉ LEMOS VIEIRA, portador da Car-
teira de Identidade nº 11/R-3.808.914 e CPF nº 026.240.709/40,
residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGADE,
39, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO
ADITIVO ao contrato nº 108/2013/PMJ, firmado em 26/08/2013,
proveniente do Processo de Licitação nº 60/2013 - PMJ - Edital
CC nº 2/2013 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATA-
DA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos
necessários para as obras de complementação do prédio do Novo
Terminal Rodoviário, localizado às margens da BR 282, Km 388,
Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, onde se ADITA
a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA
QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E

DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os
quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base
para o contrato original, em virtude dos acréscimos e supressões
que se fizeram necessários, devidamente revisados pela fiscaliza-
ção da obra, passam a vigorar de acordo com a Planilha de Ajuste
de Serviços em anexo.

Diante das adequações, os serviços de que trata o objeto do con-
trato deverão ser executados de acordo os Memoriais Descritivos,
Projetos e demais informações constantes no Anexo I (CD) do
Edital CC nº 2/2013/PMJ, incluindo-se os serviços detalhados no
Projeto de Adequação e na planilha complementar, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO
REAJUSTE E DA REVISÃO

Em virtude das adequações descritas na cláusula primeira des-
te Termo, o valor global do contrato original fica acrescido em
R\$ 13.591,23 (treze mil quinhentos e noventa e um reais e vinte
e três centavos), correspondentes a 9,92% do valor inicialmente
contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65
da Lei 8.666/93, sendo R\$ 9.106,12 referentes ao material e meio
mecânico e, R\$ 4.485,11 referentes à mão de obra.

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões
oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer ou-
tro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, junta-
mente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para
todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 30 de outubro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

Extrato Alteração PP 62/2013/PMJ - PL 108/2013/
PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE ALTERAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2013/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada
no Edital de Pregão Presencial Nº 62/2013/PMJ, cujo objeto é a
"contratação de serviços especializados para a realização de Teste
Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, em
conformidade com o descrito no Anexo I do presente Edital, para
atuarem junto à Secretaria Municipal de Educação":

- 1) O horário e data de abertura ficam alterados das 14h do dia
01/11/2013, para as 14 horas do dia 11/11/2013;
- 2) O horário e data para o credenciamento e entrega dos

envelopes, ficam alterados de até as 14h do dia 01/11/2013, para até as 14h do dia 11/11/2013.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefone 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 30 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato de Homologação PL 112/2013/PMJ - PP 65/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 112/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 65/2013/PMJ.

Objeto: A contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de impressos gráficos, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento, Assessoria de Comunicação e Assessoria de Eventos do Município de Joaçaba, SC.

EMPRESAS VENCEDORAS:

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA.

VALOR R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais).

GRÁFICA BRINDES JOAÇABA LTDA.

VALOR R\$ 4.156,00 (quatro mil cento e cinquenta e seis reais).

VALOR TOTAL: R\$ 5.836,00 (cinco mil oitocentos e trinta e seis).

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 41/2013 PP 34/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 41/2013/FMS - PP 34/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

- Empresas Vencedoras:

EXTRA DISTRIB. MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES

VALOR R\$ 19.294,50

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 4.229,10

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

VALOR R\$ 4.240,00

NUTROSUL BRASIL IMP. LOG. LTDA

VALOR R\$ 24.964,00

ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 1.380,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 41/2013/FMS - PP 34/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

- Empresas Vencedoras:

EXTRA DISTRIB. MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES

VALOR R\$ 19.294,50

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 4.229,10

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

VALOR R\$ 4.240,00

NUTROSUL BRASIL IMP. LOG. LTDA

VALOR R\$ 24.964,00

ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 1.380,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo Contrato 77/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 77/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa O.N. EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.753.646/0001-38, estabelecida na RUA BARÃO DE ENTONINA, 254, no Município de CURITIBA/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. OCTAVIO NASSUR RAMOS DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 1.999.000 e CPF nº 019.428.969-99, residente e domiciliado na RUA MAJOR PEDRO ABREU FINKENZIER, 175 - AP 203, na cidade de CURITIBA/RS, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 77/2013/PMJ, firmado em 12/07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 66/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 37/2013/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2013, que será realizado no período de 30 de outubro a 03 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 8.225,00 (oito mil duzentos e vinte e cinco reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º

do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 30 de outubro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

O.N. EVENTOS S/C LTDA
OCTAVIO NASSUR RAMOS DE OLIVEIRA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO Nº 77/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa O.N. EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.753.646/0001-38, estabelecida na RUA BARÃO DE ENTONINA, 254, no Município de CURITIBA/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. OCTAVIO NASSUR RAMOS DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 1.999.000 e CPF nº 019.428.969-99, residente e domiciliado na RUA MAJOR PEDRO ABREU FINKENZIER, 175 - AP 203, na cidade de CURITIBA/RS, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 77/2013/PMJ, firmado em 12/07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 66/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 37/2013/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2013, que será realizado no período de 30 de outubro a 03 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 8.225,00 (oito mil duzentos e vinte e cinco reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 30 de outubro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

O.N. EVENTOS S/C LTDA
OCTAVIO NASSUR RAMOS DE OLIVEIRA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Contrato 34/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2013/FMS
PL 41/2013 FMS - PP 34/2013 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR CONTRATADO: R\$ 1.380,00(hum mil e trezentos e oitenta reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO

76 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.064.0 - Aplicações Diretas VI-

GÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013

Contrato 35/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2013/FMS
PL 41/2013 FMS - PP 34/2013 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR CONTRATADO: R\$ 19.294,50(dezenove mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO

76 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.064.0 - Aplicações Diretas VI-

GÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013

Contrato 36/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2013/FMS
PL 41/2013 FMS - PP 34/2013 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR CONTRATADO: R\$ 4.229,10(quatro mil, duzentos e vinte e

nove reais e dez centavos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO

76 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.064.0 - Aplicações Diretas VI-

GÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013

Contrato 37/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2013/FMS

PL 41/2013 FMS - PP 34/2013 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR CONTRATADO: R\$ 4.240,00(quatro mil e duzentos e quarenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO

76 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.064.0 - Aplicações Diretas VI-

GÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013

Contrato 38/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2013/FMS

PL 41/2013 FMS - PP 34/2013 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: NUTROSUL BRASIL IMP. LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR CONTRATADO: R\$ 24.964,00(vinte e quatro mil e novecentos e sessenta e quatro reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO

76 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.064.0 - Aplicações Diretas VI-

GÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013

Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Conselho Comunitário da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Joaçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da entidade, convoca todos os mutuários para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada 14 de novembro de 2013, nas dependências da sala de reuniões do Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal - Av XV de Novembro, 378, Centro de Joaçaba, para tratar de item único da pauta: extinção da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Joaçaba. A abertura da assembleia dar-se-á em primeira chamada com no mínimo dois terços do quadro social às 14h e em segunda chamada com qualquer número de presentes, às 14h30min.

Joaçaba, 29 de outubro de 2013.

Conselho Comunitário da Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Joaçaba

Errata ao Decreto Nº 4.425 de 16 de Outubro de 2013.

ERRATA AO DECRETO Nº 4.425 DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

No Decreto nº 4.425/2013 que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas à ampliação da capacidade, segurança e implantação de terceira faixa do acesso Adolfo Ziguelli,

Onde lê-se:

XIII - parte do imóvel matriculado sob o nº 22.835, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 821,73m² (oitocentos e vinte e um vírgula setenta e três metros quadrados), de propriedade de Deycon Comércio e Representações Ltda;

Leia-se:

XIII - o imóvel matriculado sob o nº 22.835, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 302,40m² (trezentos e dois vírgula quarenta metros quadrados), de propriedade de Deycon Comércio e Representações Ltda;

JOAÇABA (SC), em 30 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Contrato JHL 0103/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0103/2013

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0041/2013

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0055/2013

PROTOCOLO Nº 2951/2013

Data: 30/10/2013

Objeto: Aquisição de Aeradores Superficiais Flutuantes a serem instalados na Estação de Tratamento de Esgoto do SIMAE localizadas no município de Herval d' Oeste.

FORNECEDOR: BERNAUER AQUACULTURA LTDA

Valor total do contrato: R\$ 38.196,00 (Trinta e oito mil, cento e noventa e seis reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.052

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 60 dias.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Homologação Pr41-13

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2013 - PR
	Processo Administrativo: 55/2013 Processo de Licitação: 55/2013 Data do Processo: 08/10/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2013
b) Licitação Nr.: 41/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 30/10/2013
e) Data da Adjudicação: 30/10/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE AERADORES A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIMAE LOCALIZADA NA CIDADE DE HERVAL D'OETSE/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008183 - BERNAUER AQUACULTURA LTDA	1	0,0000	38.196,00
	1		38.196,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 80.121,03

Joaçaba, 30 de Outubro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Cont. 236/2012 -PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 236/2013 – 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC – cep: 88.520.210.

PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de engenharia para prestação de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Hilda Schmidt Picinini e Rua Francisco Santiago Dantas em de Lages, SC com fornecimento de material, em conformidade com o Termo de Referência e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do Edital correlato.

Item	serviço	Valor unit
01	Execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Hilda Schmidt Picinini.	58.452,85
02	Execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Francisco Santiago Dantas.	72.462,72
		130.915,57

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 - Para execução: fica prorrogada em mais doze meses;

2.2 – Da entrega: em até dez dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado à Secretaria Municipal, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.3 – Do contrato: fica prorrogado em mais doze meses.

Lages, 30 de OUTUBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Rerratificação PP 85-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2013 PML.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, BACKLINE, GURPO GERADOR, TENDAS, ESTANDES, TELÕES, BANHEIROS QUÍMICOS E SEGURANÇAS PARA O NATAL DA FELICIDADE 2013

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento: No subitem 4.2 De Entrega, leia-se: impreterivelmente até o dia 18/11/2013.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 30 de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

1º Termo Ditivo ao Contrato 119/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 119/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: RESTAURANTE E PASTELARIA MULTISABORES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 08.781.421/0001-09, com sede à Av. Luiz de Camões n.º 116 - Lages/SC - cep:88.523-230 - fone: 32260369.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de Alimentos para CAPS I, CAPS II, CAPS AD e CASM, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

- DO ACRÉSCIMO:

Ficam acrescidas ao objeto do contrato o fornecimento de até 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado, no quantitativo de 3.508 (três mil e quinhentas e oito) marmitas, em acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde e parecer favorável da Procuradoria Geral do Município sob nº 1861/2013 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 13,20 (treze reais e vinte centavos) por unidade, perfazendo um total de R\$ 46.305,60 (quarenta e seis mil e trezentos e cinco reais e sessenta centavos).

Lages, 30 de OUTUBRO de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

4º Termo Aditivo ao Contrato 233/2012 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 233/2012 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - sala 04 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

As partes contratadas entre si, qualificadas no preâmbulo do contrato original, em comum acordo, com base no inciso XI do artigo 40 da Lei n.º 8.666/93, combinado com artigo 28, § 1.º da Lei nº 9.069/95 c/c os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 10.291/2001, acatando a solicitação da empresa contratada, o município reajusta as medições 7, 8 em 8,43% (oito virgula quarenta e três por cento) e a medição 9 em 8,86% (oito virgula oitenta e seis por cento), em concordância com o parecer favorável da procuradoria Geral do Município sob n.º 1840/2013, no valor de R\$ 11.264,17 (onze mil e duzentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos) conforme cálculos em anexo.

Lages, 30 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages



Luzerna

PREFEITURA

Resolução CMAS 0062013

RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2013

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA 2014 A 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso de suas atribuições legais, bem como a deliberação por unanimidade dos membros do CMAS presentes na Reunião Plenária Ordinária realizada em 21/10/2013, conforme Ata 023/2013, e atendendo às exigências da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei nº 1002 de 13 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social,

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos, a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Art. 30.

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2012, em seu Capítulo III;

CONSIDERANDO o processo participativo, no qual foi elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com a equipe técnica da gestão municipal, representação do Conselho Municipal de Assistência Social, realização de grupos focais, com usuários e trabalhadores;

CONSIDERANDO que a documentação comprobatória do processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, se encontra disponível junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, como: listas de presença e fotos.

CONSIDERANDO a Audiência Pública realizada em 16 de outubro de 2013, onde o Plano Municipal de Assistência Social foi apresentado pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, a qual teve participação da representação do CMAS;

CONSIDERANDO que o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 na perspectiva do SUAS;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2014 a 2017, anexo, apresentada pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, apreciada e deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º - O CMAS divulgará o PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL amplamente e enviará a Câmara de Vereadores e aos Secretários das demais políticas públicas do Município, dando visibilidade às prioridades e metas previstas, para conhecimento e acompanhamento, bem como para as providências cabíveis.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de outubro de 2013.

JOVIANE COLOMBELLI

Presidente do CMAS de Luzerna

Resolução CMAS 0072013

RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2013

"APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE 2012 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso de suas atribuições legais, bem como a deliberação por unanimidade dos membros do CMAS presentes na reunião realizada em 21/10/2013, conforme Ata 023/2013,

RESOLVE:

Art.1º - Fica APROVADO o DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE 2012 do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de outubro de 2013.

JOVIANE COLOMBELLI

Presidente do CMAS de Luzerna

Extrato de Homologação - PL 057.2013 - PP 45.2013

- Agasalhos e Camisetas do CRAS - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 0057/2013 - FMAS

Pregão nº 0045/2013 - FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0057/2013-FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço;

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de camisetas e agasalhos para distribuição gratuita aos participantes das oficinas do CRAS, em especial aos beneficiários Acessuas/PRONATEC e suas famílias destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

- Empresa(s) Vencedora(s):

* CASAN TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

- Valor Homologado: R\$ 35.250,00

Luzerna (SC), 31 de outubro de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMAS

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Mafra

PREFEITURA

Lei Complementar N° 031

LEI COMPLEMENTAR N° 031 DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
ALTERA A LEI 1773 DE 16 DE DEZEMBRO 1991 - QUE DISPÕE
SOBRE O ZONEAMENTO DO USO SOLO:

ANEXO I: MAPA DO ZONEAMENTO

ANEXO II: MAPA DO PERÍMETRO

ANEXO II: TABELA DE ZONEAMENTO

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos I - Anexo I: Mapa de Zoneamento do uso do solo; II - Anexo II: Mapa do perímetro das zonas; III - anexo III: Tabela de zoneamento do uso do solo; no artigo 7º, da Lei Municipal nº 1773 de 16 de dezembro de 1991, como segue:

I - no anexo III

a) a ZR 1, a ZR 3 e ZCM1 passa para a altura máxima de 20 (vinte) pavimentos, sendo 4 (quatro) pavimentos para o embasamento e 16 pavimentos para a torre, coeficiente de aproveitamento para o embasamento 3,60 e para a torre 9,60, com taxa máxima de ocupação para o embasamento 0,90 e para a torre 0,60.

§1º. Na hipótese de opção por construção de 12 (doze) pavimentos, serão 2 (dois) para o embasamento e 10 (dez) pavimentos para a torre, coeficiente máximo de aproveitamento para o embasamento 1,80 e para a torre 6,00, com taxa máxima de ocupação para o embasamento 0,90 e para a torre 0,60.

§2º. Na hipótese de opção por construção de 10 (dez) pavimentos, serão 2 (dois) pavimentos para o embasamento e 8 (oito) para a torre, coeficiente máximo de aproveitamento para o embasamento 1,80 e para a torre 4,80, com taxa máxima de ocupação para o embasamento 0,90 e para a torre 0,60".

II - nos anexos I e II

Art. 2º - Art. 2º - A ZI2 (Zona Industrial 2) do bairro Vila Ivete, fica reduzido aos limites do polígono interno, passando para ZR4 a parte alterada.

Art. 3º - A ZUE1 (Zona de Uso Especial 1), do bairro Vila Nova fica reduzida para os limites internos da área murada, passando para ZR4 (Zona Residencial 4), a parte alterada.

Art. 4º - Os anexos I, II e III do art. 1º, devidamente modificados são parte integrante da presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 23 de Outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Edital de Credenciamento N° 001/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados ao Pronto Atendimento e Unidades de Saúde, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos no período de 01 de novembro a

01 de dezembro, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 31 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação N° 534/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 534/2013.

FORNECEDOR: EXCELÊNCIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - ME.

CNPJ: 10.900.159/0001-16.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaborar, implementar e manter o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), através da Secretaria Municipal de Administração.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ R\$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais).

Mafra, (SC) 31 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Nova Data de Abertura - Pregão Presencial N° 034/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2013

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de lavanderia para higienização e pré-esterilização de peças em tecidos utilizados nos procedimentos de enfermagem, das unidades de atendimento da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da C.C. 58040-6 BB e C.C.624001-5 CEF, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 31 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL

Pregoeiro Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Lei N.º 1610/2013

LEI N.º 1610/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Amigos de Boa Vista, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.268.234/0001-78, com sede na Estrada Geral Boa Vista, s/n.º, Boa Vista, Meleiro/SC.

Art. 2.º Ficam asseguradas à entidade de que trata o artigo 1.º da presente Lei, todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 30 de outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 386/2013

PORTARIA n.º 386/2013

CONCEDER FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal VILMAR MOTTA TRISTÃO - matrícula nº 558, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 01/06/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 387/2013

PORTARIA n.º 387/2013

CONCEDER FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JULIANO XAVIER DE MOURA - matrícula nº 1133, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 16/08/2012 a 15/08/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 388/2013

PORTARIA n.º 388/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO, ocupante do cargo de Recepcionista, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 06 de novembro de 2003 a 03 de novembro de 2008, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 389/2013

PORTARIA n.º 389/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ANDRÉIA DUARTE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de março de 2004 a 27 de fevereiro de 2009, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 390/2013

PORTARIA n.º 390/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ANDRÉIA ROCHA GONÇALVES, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Junho de 2005 a 28 de Junho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 394/2013

PORTARIA n.º 394/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SIMONI ALEXANDRE, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição à Servidora Andréia Duarte de Oliveira, em virtude de Licença Prêmio, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 395/2013

PORTARIA n.º 395/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARJARA DE SOUZA RAMILIO DA SILVA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Andréia Rocha Gonçalves, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.



JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 396/2013

PORTARIA n.º 396/2013
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SABRINA PEREIRA PIETSCH BENEDET, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Eliane Alexandre Costa Pirola, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N° 391/2013

PORTARIA n° 391/2013
DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO SALARIAL POR NOVA TITULAÇÃO PROFISSIONAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art 1º À Servidora pública municipal, TANIA ALEXANDRE MOTA, a Promoção Salarial por Nova Titulação pela conclusão de Pós-Graduação, previsto no § 1º do artigo 25 e no § 3º do artigo 26, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, aplicando-se 15% (quinze por cento) sobre o seu salário.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N° 392/2013

PORTARIA n° 392/2013
DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO SALARIAL POR NOVA TITULAÇÃO PROFISSIONAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao Servidor público municipal, THIAGO MANFREDINI ZANETTE, a Promoção Salarial por Nova Titulação pela conclusão de Pós-Graduação, previsto no § 1º do artigo 25 e no § 3º do artigo 26, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, aplicando-se 15% (quinze por cento) sobre o seu salário.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N° 393/2013

PORTARIA n° 393/2013
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PEDREIRO POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor MÁRCIO BORDIGNON MAFIOLETTI, para ocupar o cargo de Pedreiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Extrato Aditivo 001/2013 ao Contrato 076/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2013 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato n.º. 076/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL E ESCAVAÇÃO DE BOCA DE LOBO NA AVENIDA SILVIO JORGE ZANETTE LOCALIZADA NO BAIRRO ZANETTE E ESTREITO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.

Vigência: Início: 23/10/2013 Término: 22/01/2014

Data da assinatura: 18 de outubro de 2013.

Errata

ERRATA

As Portarias n.º 383/2013 e 384/2013, publicado no DOM, edição n.º 1358, páginas 174 e 175, do dia 31/10/2013, onde se lê 31 de Outubro de 2013, leia-se 30 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Contrato de Programa N.º 032/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA n.º 032/2013

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 95.996.104/0001-04, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, esq. Com Rua Vilma Gomes, na cidade de Monte Carlo, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Marcos Nei Corrêa Siqueira, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Monte Carlo, SC., doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, n.º 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, da Lei Federal n.º 11.107/2005, do Decreto Federal n.º 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações e do Contrato de Consórcio Público do CINCO, as seguintes cláusulas e condições.

DO OBJETO

O contrato de programa tem por objeto:

I - Realização de serviços de máquinas e manutenção de iluminação pública, a fim de proporcionar melhorias na infraestrutura dos municípios consorciados;

II - Aquisição, administração ou gestão associada de bens e serviços, bem como o compartilhamento de equipamentos, instalações, máquinas e pessoal, para desenvolvimento de ações de infraestrutura ou programas Federais e Estaduais nos municípios consorciados;

III - A realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados;

IV - Realização de serviços públicos conjuntos correlatos as finalidades do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, estabelecido no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público;

V - Auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos servidores e empregados públicos;

VI - Integração em níveis executivos das diversas ações com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;

VII - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições, subvenções sociais ou econômicas e cessão de máquinas, equipamentos e pessoal, para prestação de serviços de infraestrutura urbana e rural;

VIII - Articular os municípios consorciados na defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional face às esferas Estadual e Federal;

IX - Assessoramento na elaboração, adequação, manutenção e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, financeiros, orçamentários, sociais, institucionais e de infraestrutura.

X - Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa.

2.2. A área de prestação dos serviços objeto do presente Contrato corresponderá ao território do Município CONTRATANTE.

DA VIGÊNCIA

O presente contrato de programa entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO.

Monte Carlo (SC), 30 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA

Prefeito Municipal CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

IVO BIAZZOLO

Presidente do CINCO e Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Contrato de Rateio Coinco N.º. 031/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO COINCO n.º. 031/2013

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 95.996.104/0001-04,

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

Portaria Licença Maternidade

PORTARIA Nº. 3458 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. PAULA DA COSTA SANTOS, matricula nº. 420904, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 16/10/2013 a 13/04/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/10/2013 a 13/04/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

Portaria Retorno Para Tratar Assuntos Particulares

PORTARIA Nº 3459 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.
"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 1563/2012 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. MARIA VERÔNICA DE OLIVEIRA FUJIWARA, que exerce função de

Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 01 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 01 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013

Portarias Exonerações

PORTARIA Nº.3453 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Cristiane Rengel, matricula Nº.226106, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3454 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265

de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Priscila dos Santos, matrícula N° 6219804, do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA N°. 3455 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal n°. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Edivânia Silva França, matrícula N°. 341708, do cargo de Monitora de Educação Infantil com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA N°. 3456 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal n°. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Priscila Lagoas Martini Furuuchi, matrícula N°. 6204002, do cargo de Monitora de Educação Infantil com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA N°. 3457 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal n°. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Mary Stela Pedrozo, matrícula N°. 6218203, do cargo de Monitora de Educação Infantil com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA N°. 3460 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Luciana Silva de Souza, matrícula Nº.509305, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3461 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Eliane dos Santos, matrícula Nº.6295101, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº.3463 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Maria Francesca da Costa Dutra, matrícula Nº.335403, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 30 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3464 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Daniele de Castro Peixe, matrícula Nº.6269902, do cargo de Monitora de Educação Infantil com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 30 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

Anulação Processo de Licitação Concorrência N° 12/2013 Fmv

CONCORRÊNCIA 12/2013.

NOTA OFICIAL DE ANULAÇÃO

OBJETO: Seleção de empresa ou consórcio de empresas para Delegação da Concessão do Serviço para o Sistema Integrado de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de Navegantes.

O Prefeito do Município de Navegantes, Roberto Carlos de Souza, no uso das atribuições que lhe confere a lei, em atendimento aos princípios da legalidade e da eficiência, e com base na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e artigo 49 da Lei 8.666/93 decide ANULAR o processo de Concorrência n° 12/2013, notadamente em razão do relatório ELC 13/00416103 emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Navegantes, 30 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 150/2013 PMN - II Retificação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 150/2013 PMN

-----II RETIFICAÇÃO-----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REPRODUÇÕES, IMPRESSÕES, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E ENVIO/RECEBIMENTO DE FAX (COM SOFTWARE DE BILHETAGEM PARA GESTÃO OPERACIONAL) PARA ATENDIMENTO À Prefeitura Municipal de Navegantes, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. NOVA data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 13/11/2013. Abertura envelopes: dia 13/11/2013 às 09:00 hs. Retificado quanto à descrição de itens etc. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 31 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Extrato Homologação Dispensa Licitação 17/2013

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO FMV N° 17/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 17/2013.

PROCESSO N° 17/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 28/10/2013.

CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: SPORT NET INDÚSTRIA DE REDES ESPORTIVAS LTDA-ME.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA INSTALAÇÃO NA PRAÇA DESPORTIVA E PARA A CRIAÇÃO DA TRANSITOLÂNDIA DO 25º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE NAVEGANTES/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.501,95 (seis mil quinhentos e um reais e noventa e cinco centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 28 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

NAVEGANTESPREV**Portaria N° 041 de 01 de Novembro de 2013 "Concede Pensão por Morte"**

PORTARIA N° 041 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE PENSÃO POR MORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7, inciso II da Constituição Federal c/c da E.C n° 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional n° 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal n° 099/2011, em decorrência do falecimento em data de 12 de outubro de 2013 do servidor ativo GLAUCO LUIS FRARE, portador da cédula de identidade RG n° 3311081 SSP/SC e inscrito no CPF sob n° 027.271.549-25, em favor de HILDEGARD FRARE, na condição de mãe, portadora da cédula de identidade RG n° 722.035-9 SSP/SC e CPF sob n° 004.791.789-09, o equivalente a 100 % (cem por cento), conforme processo administrativo n.º 2013.07.00036, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter proporcional, nos termos do art. 47º, inciso II da Lei Complementar Municipal n° 99/2011, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2013.07.00036, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de novembro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES

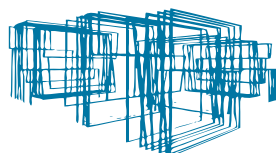
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 de novembro de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV



Programa de
Gestão de Obras



Nova Trento

PREFEITURA

Processo N° 122/2013 - Pregão Presencial N° 078/2013 - SRP N° 036/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 122/2013 - Pregão Presencial nº 078/2013
- SRP N° 036/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de filme, fixador e revelador para Raio X, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 20/11/2013 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48 32673213; e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Decreto N° 137/2013

DECRETO nº 137/2013

CONVOCA OS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 02/2013 QUE NOMINAM PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 31 de outubro de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º A efetiva contratação dos convocados dar-se-á a partir de 01º de novembro de 2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 30 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 137/2013)

CARGO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	
Classificação	Nome completo
24	Ieda Elca Facchini

Contrato N° 127/2013

CONTRATO N° 127/2013

Origem: Processo Licitatório N° 102/2013. Modalidade: Concorrência N° 005/2013. Homologação: 01/11/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: RANGEL MOTTA 018.116.48924 (KEKEU GUINCHO), Sito a Rua Brusque, 197, Centro, Nova Trento, inscrita no CNPJ sob nº. 18.555.940/0001-02. Objeto do Contrato: Outorga de Concessão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação por determinação da Polícia Militar e Civil no Município de Nova Trento, nos termos da Lei Municipal nº 2.311 de 06 de abril de 2009 e posteriores alterações Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995, por conta e risco da Concessionária, em pátio a ser implantado e mantido pela mesma, na forma deste Termo de Concessão, dos Regulamentos Operacionais e demais anexos. O valor mensal para a concessão será de R\$ 3% (três por cento) sobre receita bruta mensal. O presente contrato terá vigência pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.

Nova Trento, 01 de novembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

SAMAE

Homologação das Inscrições Concurso 001/2013

CONCURSO PÚBLICO SAMAE/NTR/01/2013

EDITAL SAMAE/NTR/02/2013

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO, A QUE SE REFERE O EDITAL SAMAE/NTR/01/2013

O Diretor do SAMAE, abaixo assinado, tendo em vista o disposto no Item II.4, do Edital do Concurso Público SAMAE/NTR/01/2013, torna público que os candidatos abaixo relacionados, por ordem de inscrição, tiveram suas inscrições homologadas e, portanto, estão aptos a participar da Prova Escrita e da Prova Prática, do concurso para preenchimento de duas vagas ao cargo de Encanador do SAMAE:

ENCANADOR (06 inscrições):

Inscrição	Nome do Candidato
-----------	-------------------



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

01	ANDRÉ LUIZ JUNKES
02	ANTONIO ADEMAR MULLER
03	VALMIR ANTONIO TOMASI
04	JOSEMAR MINATTI
05	RAFAEL STEIL
06	ANTONIO EDUARDO FAGUNDES

Diante do exposto e do disposto no item II.4, do Edital do Concurso Público SAMAE/NTR/01/2013, a Prova Escrita será realizada no dia 03/11/13 (domingo), às 08h00min (manhã), nas Dependências do SAMAE, na Rua Dos Imigrantes, nº 356, em Nova Trento, e a Prova Prática será realizada no mesmo dia, logo após o término da Prova Escrita, com início estimado para as 10h10min, no Almo-xarifado do Samae próximo a sede.

Publique-se.

Nova Trento, 31 de outubro 2013.
CARLOS TARCISIO BATTISTI
Diretor do SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei N° 486, de 30 de Outubro de 2.013.

LEI N° 486 de 30 de outubro de 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔ-MICO E SOCIAL - BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FE- DERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Novo Horizonte aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econô- mico e Social - BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento auto- rizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K na Resolução CMN nº. 2.827, de 30 de mar- ço de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº. 3.560, de 14.04.2008.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de cré- dito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em ga- rantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASI- L autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta, à conta do BN- DES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos pra- zos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao paga- mento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das

despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Para a garantia acessória da operação de crédito, o Municí- pio de Novo Horizonte, dá, a título de alienação fiduciária, os bens adquiridos com os recursos do financiamento concedido.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º O orçamento do Município de Novo Horizonte consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despe- sas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo- gadas as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, 30 de outubro de 2013.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Edital de Pregão 204-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 204/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de novembro de 2013 às 14:00, na Sala da Comissão Per- manente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Resi- dencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 204//2013, que tem por objeto aquisição de equipamentos fotográficos e impressora para o Gabinete do prefeito. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de outubro de 2013.
A PREGOEIRA.

Edital Pregão 203-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 203/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 13 de novembro de 2013 às 14:00, na Sala da Comissão Perma- nente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Muni- cipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pa- gani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 203//2013, que tem por objeto aquisição de móveis para o Arqui- vo Publico, Junta Militar e PROCON. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no ende- reço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de outubro de 2013.
A PREGOEIRA.

Papanduva

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços N° 113/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 113/2013

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 124/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 21/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 46.481.156/0004-85, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo a aquisição de gás cloro para o uso do SAMAE, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 8.940,00 (oito mil e novecentos e quarenta reais), referente ao item 01, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 124/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 124/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial n° 124/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;

- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 21 de agosto de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

HIDROMAR Indústria Química Ltda

ILARIO SCHULKA

Diretor Presidente - SAMAE

Ata de Registro de Preços N° 123/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2013

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 140/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/10/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa COMERCIO E INDUSTRIA

SCHADECK S.A, inscrita no CNPJ sob nº 85.378.503/0008-24, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para atender a casa de passagem, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 7.972,06 (sete mil, novecentos e setenta e dois reais e seis centavos), referente aos itens 02, 06, 26, 27, 33, 35, 37, 38, 41, 42, 45, 48, 67, 72, 74, 77, 81, 88, 92, 97, 99, 103, 106, 114, 125 e 126, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 140/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão Presencial nº 140/2013 e seus anexos;
 - b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, diretamente na Casa de Passagem, sito a Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, neste município de Papanduva, conforme solicitação da secretaria;
- 4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados

em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.3 - Serão desclassificados os itens, da empresa que entregar produtos fora da especificação do edital e anexo I, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 140/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 17 de outubro de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEWSKI

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

SONIA TEREZINHA MENDES NOVACK

Equipe de Apoio

Comércio e Industria Schadeck S.A.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 124/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2013

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 140/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/10/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela

alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para atender a casa de passagem, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 3.466,07 (três mil, quatrocentos e sessenta e seis mil e sete centavos), referente aos itens 04, 05, 09, 19, 22, 24, 25, 30, 44, 52, 57, 58, 60, 62, 64, 69, 79, 91, 100, 101, 104, 111, 112, 113, 117, 121, 122 e 128, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 140/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 140/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, diretamente na Casa de Passagem, sito a Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, neste município de Papanduva, conforme solicitação da secretaria;

4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado

isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.3 - Serão desclassificados os itens, da empresa que entregar produtos fora da especificação do edital e anexo I, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 140/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 17 de outubro de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

SONIA TEREZINHA MENDES NOVACK

Equipe de Apoio

IRMÃOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N° 126/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 126/2013

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 141/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 21/10/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa COMERCIO E INDUSTRIA SCHADECK S.A, inscrita no CNPJ sob n° 85.378.503/0008-24, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para atender a casa de passagem, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1° colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 3.477,67 (três mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), referente aos itens 02, 08, 20, 22, 26, 37, 45, 56, 57, 58, 62, 65, 69, 70, 78, 85 e 92, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 141/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial n° 141/2013 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, diretamente na Casa de Passagem, sito a Rua José Zadorosny, n° 827, Centro, neste município de Papanduva, conforme solicitação da secretaria;

4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.3 - Serão desclassificados os itens, da empresa que entregar

produtos fora da especificação do edital e anexo I, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 141/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 21 de outubro de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

COMÉRCIO E INDÚSTRIA SCHADECK S.A.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N° 1272013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 1272013

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 141/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 21/10/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para

atender a casa de passagem, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 3.518,96 (três mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e seis centavos), referente aos itens 03, 06, 13, 14, 17, 25, 28, 30, 33, 34, 36, 39, 40, 42, 43, 47, 51, 54, 60, 66, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 84 e 89, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 141/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 141/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, diretamente na Casa de Passagem, sito a Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, neste município de Papanduva, conforme solicitação da secretaria;

4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.3 - Serão desclassificados os itens, da empresa que entregar produtos fora da especificação do edital e anexo I, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 141/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa

nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 21 de outubro de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

IRMÃOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N° 129/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 129/2013

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 140/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/10/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n° 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para atender a casa de passagem, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser

realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1° colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 4.243,83 (quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), referente aos itens 07, 12, 16, 28, 40, 46, 47, 49, 54, 55, 56, 61, 66, 70, 75, 76, 78, 93, 94, 95, 98, 107, 109, 110, 116, 119 e 127, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 140/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 140/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, diretamente na Casa de Passagem, sito a Rua José Zadorosny, n° 827, Centro, neste município de Papanduva, conforme solicitação da secretaria;

4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.3 - Serão desclassificados os itens, da empresa que entregar produtos fora da especificação do edital e anexo I, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o

fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 140/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva

ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 17 de outubro de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

SONIA TEREZINHA MENDES NOVACK

Equipe de Apoio

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 130/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2013

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 141/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 21/10/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para atender a casa de passagem, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.



1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 2.832,96 (dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), referente aos itens 04, 15, 29, 31, 38, 44, 48, 50, 52, 59, 71, 72, 73, 79, 81 e 87, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 141/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 141/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, diretamente na Casa de Passagem, sito a Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, neste município de Papanduva, conforme solicitação da secretaria;

4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.3 - Serão desclassificados os itens, da empresa que entregar produtos fora da especificação do edital e anexo I, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 141/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 21 de outubro de 2013.
SILVANA FREDERICO
Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI
Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA
Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES
Equipe de Apoio

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto N° 183/2013

DECRETO N° 183, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
"CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Art. 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a comissão de avaliação, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Jaime Luis da Silveira Batista;
Membro: Adroaldo Scandolara Mauricio;
Membro: Joacir Brognolli.

Art. 2º - Competirá aos integrantes da referida comissão proceder a avaliação de um terreno urbano de propriedade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres SC, com área de 1.226,25 m², situado às Margens da Rodovia SC 450, na cidade de Passo de Torres, com formato irregular, confrontando: NOROESTE, com Michael Fedor W. Weinschenk e Bonafide Empreendimentos e participações, na extensão de 51,00 metros; SUDESTE com a Rua sem Denominação "A" numa extensão de 64,71 metros; extrema ao NORDESTE com Michael Fedor W. Weinschenk e Bonafide Empreendimentos e participações, numa extensão de 22,45 metros e OESTE com Rodovia SC 450 na extensão de 22,36 metros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 23 de outubro de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23 de outubro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 6.281,25 (seis mil duzentos e oitenta e um reais vinte cinco centavos).

Destinação: PRÓ-JOVEM

Data liberação: 31/10/2013

Passos Maia - SC, 31 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 12.699,74 (doze mil seiscentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos).

Destinação: 4º FESTIVAL ESTUDANTIL DA CANÇÃO PASSOS-MAIENSE

Data liberação: 30/10/2013

Passos Maia - SC, 31 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Lei N° 4.183/2013

LEI N° 4.183, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar por anulação, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Próprio da Prefeitura Municipal, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.530.000,00 (Um milhão e quinhentos e trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2003 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	05	11.000,00
UNIDADE	0204 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção da Sec. Mun. de Administração e Esporte		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	11	100.000,00
ATIVIDADE	2006 – Manutenção Desporto Amador		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	14	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	15	50.000,00
UNIDADE	0205 – SEC. MUN. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE		
ATIVIDADE	2008 – Manutenção da Sec. Mun. de Finanças e Contabilidade		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	17	90.000,00
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. TRANSP.OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2065 – Manutenção do Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	32	50.000,00
ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	51	100.000,00
UNIDADE	0208 – SEC. MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2022 – Manutenção Sec. Mun. Agricultura e Meio Ambiente		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	92	50.000,00
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativas	93	10.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	94	70.000,00

UNIDADE	0209 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Social		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	99	190.000,00
ATIVIDADE	2027 – Assistência Geral ao Menor		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	96	30.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	116	400.000,00
MODALIDADE	3191 – 100 – Aplicações Diretas-Operações Intraorçamentárias	117	234.000,00
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativas	118	45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			1.530.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0204 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção da Sec. Mun. de Administração e Esporte		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	12	150.000,00
ATIVIDADE	2006 – Manutenção Desporto Amador		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	16	9.000,00
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. TRANSP.OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1012 – Pavimentação de Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 173 – Aplicações Diretas	36	500.000,00
PROJETO	1013 – Instalação/Ampliação e Sinalização de Vias Urbanas		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	38	29.000,00
ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	50	9.000,00
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	52	9.000,00
ATIVIDADE	2020 – Manutenção Iluminação Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	45	10.000,00
PROJETO	1036 – Canalização Rios e Córregos		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	58	10.000,00
PROJETO	1048 – Construção Unidades Sanitárias		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	59	54.000,00
PROJETO	1025 – Implantação Poços Artesianos		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	60	32.000,00

MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	61	32.000,00
PROJETO	1024 – Construção Casa do Mel		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	62	58.000,00
PROJETO	1043 – Implantação de Área Industrial		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	64	88.000,00
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	65	19.000,00
PROJETO	1016 – Aquisição Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	75	230.000,00
MODALIDADE	4490 – 173 – Aplicações Diretas	73	198.000,00
MODALIDADE	4490 – 174 – Aplicações Diretas	74	40.000,00
PROJETO	1022 – Implantação Incubadora Industrial		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	63	53.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			1.530.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei N° 4.184/2013

LEI N° 4.184, de 30 de outubro de 2013.

Altera os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

I- GABINETE DO PREFEITO

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

I- GABINETE DO PREFEITO

1.1- Chefia de Gabinete

1.2- Ouvidoria e Articulação Municipal

1.3 - Assessoria Jurídica

1.4 - Diretoria Jurídica

1.5 - Supervisoria de Defesa Civil

1.6 - Supervisoria de Imprensa

1.7- Consultoria Jurídica

1.8- Coordenadoria de Imprensa

1.9- Assessoria de Gabinete

1.10- Assessoria de Informações

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Supervisoria de Cultura

Coordenadoria de Eventos Culturais

Coordenador de Cultura e Turismo

Assessoria Cultural

III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.1- Coordenadoria de Desenvolvimento Social

3.2 - Coordenadoria de Programas Sociais

3.3 - Assessoria de Desenvolvimento Social

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

4.1- Chefia de Recursos Humanos

4.2 - Diretoria de Esportes

4.3- Diretoria de Compras e Licitações

4.4- Coordenadoria de Compras

4.5- Coordenadoria de Licitações

4.6- Coordenadoria de Esportes

4.7- Coordenadoria de Controle de Frotas

4.8- Coordenadoria do Posto do Sine

4.9- Assessoria Esportiva

4.10- Assessoria de Apoio Técnico

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

5.1 - Gerente de Contratos e Convênios

5.2- Diretoria Geral do DEMUTRAN/PU

5.3 - Supervisoria de Topografia

5.4 -Assessoria da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração

VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

6.1- Contadoria Geral do Município

6.2- Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

6.3- Coordenadoria de Cadastro Técnico Imobiliário

6.4- Coordenadoria de Tributação

6.5- Coordenadoria de Fiscalização

6.6- Coordenadoria de Pagadoria

6.7- Assessoria Financeira

6.8- Assessoria de Tributação

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.1- Coordenadoria Itinerante para o Ensino Fundamental

7.2- Coordenadoria de Projetos Educacionais

7.3- Coordenadoria de Manutenção da Educação

7.4- Coordenadoria de Contabilidade da Educação

7.5- Assessoria Pedagógica da Educação

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1- Superintendência Técnico de Saúde

8.2- Diretoria de Compras e Licitações da Saúde

8.3- Diretoria de Planejamento da Saúde

8.4- Supervisoria de Apoio Matricial da Saúde Mental

8.5- Coordenadoria de Vigilância Sanitária

8.6- Coordenadoria Administrativo e Financeiro da Saúde

8.7- Coordenadoria Contábil da Saúde

8.8- Coordenadoria de Controle e Avaliação da Saúde

8.9- Coordenadoria de Programas Institucionais da Saúde

- 8.10- Coordenadoria de Radiologia
 8.11- Assessoria de Apoio de Serviços da Saúde
 8.12- Assessoria Administrativa de Unidade de Saúde

IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- 9.1- Diretoria de Obras e Serviços Públicos
 9.2- Diretoria de Obras do Interior
 9.3- Diretoria de Manutenção de Pontes e Galerias
 9.4 - Supervisoria Administrativa de Obras e Serviços Públicos
 9.5- Supervisoria de Sinalização Viária
 9.6- Supervisoria de Funilaria e Pintura
 9.7- Supervisoria de Equipe de Pavimentação Asfáltica
 9.8- Supervisoria de Mecânica e Manutenção Pesada
 9.9- Coordenadoria de Obras do Interior
 9.10- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Leve
 9.11- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Pesada
 9.12- Coordenadoria do Distrito de Santa Cruz do Timbó
 9.13- Coordenadoria do Distrito de São Miguel da Serra
 9.14- Coordenadoria de Serviços Públicos
 9.15- Coordenadoria de Manutenção Elétrica
 9.16- Coordenadoria de Iluminação Pública
 9.17- Chefia da Manutenção do Pátio de Obras
 9.18- Chefia da Manutenção de Logradouros Municipais
 9.19- Assessoria de Obras e Serviços Públicos
 9.20- Assessoria de Britagem

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

- 10.1- Chefia de Divisão de Meio Ambiente e Florestas
 10.2 - Supervisoria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente
 10.3- Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- 11.1 – Diretoria de Qualidade e Defesa Agropecuária
 11.2 – Assessoria de Agricultura

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

- A- NOMENCLATURA DO CARGO
 B- COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL
 C- NÚMERO DE VAGAS
 D- SÍMBOLO
 E- VENCIMENTO

A	B	C	D	E
Chefe da Divisão de Meio Ambiente e Florestas	X	01	CD	CC1
Contador Geral do Município	VI	01	CG	CC2
Chefe de Gabinete	I	01	CH	CC3
Chefe de Recursos Humanos	IV	01	CH	CC3
Gerente de Contratos e Convênios	V	01	GC	CC4
Superintendente Técnico de Saúde	VIII	01	SI	CC4
Assessor Jurídico	I	01	AJ	CC4
Ouvidor e Articulador Municipal	I	01	OP	CC4
Diretor de Obras e Serviços Públicos	IX	01	DI	CC5
Diretor de Manutenção de Pontes e Galerias	IX	01	DI	CC5
Diretor de Obras do Interior	IX	01	DI	CC5
Diretor de Planejamento da Saúde	VIII	01	DI	CC5
Diretor de Compras e Licitações da Saúde	VIII	01	DI	CC5
Diretor Geral do DEMUTRAN/PU	V	01	DI	CC5
Diretor de Arrecadação e Fiscalização	VI	01	DI	CC5
Diretor Jurídico	I	01	DI	CC5
Diretor de Esportes	IV	01	DI	CC5

Diretor de Compras e Licitações	IV	01	DI	CC5
Diretor de Qualidade e Defesa Agropecuária	XI	01	DI	CC5
Consultor de Apoio Jurídico	I	01	CJ	CC6
Supervisor de Imprensa	I	01	SU	CC6
Supervisor de Cultura	II	01	SU	CC6
Supervisor de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	X	01	SU	CC6
Supervisor de Funilaria e Pintura	IX	01	SU	CC6
Supervisor de Equipe de Pavimentação Asfáltica	IX	01	SU	CC6
Supervisor de Sinalização Viária	IX	01	SU	CC6
Supervisor Administrativo de Obras e Serviços Públicos	IX	01	SU	CC6
Supervisor de Topografia	V	01	SU	CC6
Supervisor de Mecânica e Manutenção Pesada	IX	01	SU	CC6
Supervisor de Defesa Civil	I	01	SU	CC6
Supervisor de Apoio Matricial da Saúde Mental	VIII	01	SU	CC6
Coordenador de Controle de Frotas	IV	01	CO	CC7
Coordenador de Desenvolvimento Social	III	01	CO	CC7
Coordenador de Projetos Educacionais	VII	01	CO	CC7
Coordenador de Programas Sociais	III	01	CO	CC7
Coordenador Administrativo e Financeiro da Saúde	VIII	01	CO	CC7
Coordenador de Cadastro Técnico Imobiliário	VI	01	CO	CC7
Coordenador de Fiscalização	VI	01	CO	CC7
Coordenador de Imprensa	I	01	CO	CC7
Coordenador de Eventos Culturais	II	01	CO	CC7
Coordenador de Cultura e Turismo	II	01	CO	CC7
Coordenador de Tributação	VI	01	CO	CC7
Coordenador de Esportes	IV	01	CO	CC7
Coordenador de Compras	IV	01	CO	CC7
Coordenador de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	X	01	CO	CC7
Coordenador de Licitações	IV	01	CO	CC7
Coordenador de Obras do Interior	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Manutenção Elétrica	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Mecânica e Manutenção Leve	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Mecânica e Manutenção Pesada	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Serv. do Distrito de Santa Cruz do Timbó	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Serv. do Distrito de São Miguel da Serra	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Radiologia	VIII	01	CO	CC7
Coordenador de Iluminação Pública	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Serviços Públicos	IX	01	CO	CC7
Coordenador de Vigilância Sanitária	VIII	01	CO	CC7
Coordenador de Pagadoria	VI	01	CO	CC7
Coordenador do Posto do Sine	IV	01	CO	CC7
Coordenador Contábil da Saúde	VIII	01	CO	CC7
Coordenador de Controle e Avaliação da Saúde	VIII	01	CO	CC7
Coordenador de Programas Institucionais da Saúde	VIII	01	CO	CC7
Coordenador Itinerante para o Ensino Fundamental da Educação	VII	01	CO	CC7
Coordenador Contábil da Educação	VII	01	CO	CC7
Coordenador de Manutenção da Educação	VII	01	CO	CC7
Chefe da Manutenção do Pátio de Obras	IX	01	CM	CC8

Chefe da Manutenção de Logradouros Municipais	IX	01	CM	CC8
Assessor da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração	V	01	AS	CC9
Assessor de Britagem	IX	01	AS	CC9
Assessor de Obras e Serviços Públicos	IX	03	AS	CC9
Assessor de Desenvolvimento Social	III	01	AS	CC9
Assessor de Tributação	VI	01	AS	CC9
Assessor Esportivo	IV	01	AS	CC9
Assessor Financeiro	VI	01	AS	CC9
Assessor de Gabinete	I	01	AS	CC9
Assessor de Agricultura	XI	01	AS	CC9
Assessor Cultural	II	02	AS	CC9
Assessor de Informações	I	02	AS	CC9
Assessor Administrativo de Unidade de Saúde	VIII	04	AS	CC9
Assessor de Apoio de Serviços da Saúde	VIII	01	AS	CC9
Assessor Pedagógico da Educação	VIII	01	AS	CC9
Assessor de Apoio Técnico	IV	04	AT	CC10

TABELA DE VENCIMENTOS	
VENCIMENTO	VALOR – R\$
CC-1	5.900,00
CC-2	4.435,99
CC-3	4.000,00
CC-4	3.678,04
CC-5	2.668,21
CC-6	2.002,53
CC-7	1.547,33
CC-8	1.100,00
CC-9	966,03
CC-10	678,13

ANEXO III AGENTES POLÍTICOS

A – NOMENCLATURA DO CARGO
B – NÚMERO DE VAGAS
C – SÍMBOLO

A	B	C
Secretário Municipal de Cultura e Turismo	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	01	DS
Secretário Municipal de Administração e Esporte	01	DS
Secretário Municipal de Planejamento	01	DS
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade	01	DS
Secretário Municipal de Educação	01	DS
Secretário Municipal de Saúde	01	DS
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	01	DS
Secretário Municipal de Agricultura	01	DS

Art. 2º O Gerente de Contratos e Convênios terá atribuição de Responsável pela Anotação Técnica – ART, junto ao órgão fiscalizador do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou Conselho de Arquitetura Urbanismo – CAU, razão pela qual tal cargo deverá ser preenchido por Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente inscrito no órgão de classe.

Art. 3º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.110, de 03 de abril de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 30 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

RUBENS PAULO BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 317/2013

DECRETO Nº 317, de 29 de outubro de 2013.

Constitui Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do "PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA" - Gestão 2013 - 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do "PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA" - Gestão 2013 - 2016, que terá a função de acompanhar e avaliar a execução do Programa no Município, cabendo-lhe promover ou fortalecer o diálogo entre a Gestão Pública e a Sociedade Civil.

Art. 2º Designar como Membros da Comissão:

I- Representantes do Poder Público:

- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - Cecília Clarete Kopko Tidre - Coordenadora de Educação Infantil;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - Eliane Bradoski dos Santos - Coordenadora de Projetos;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Fabiana Benassi Carneiro - Assistente Social;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento - Fernando Antonio Kurten Jung - Arquiteto;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade - Andrieli Marina Giacomini - Contadora;
- 01 (um) representante do Conselho Tutelar - Severino Brancalione - Conselheiro Tutelar;
- 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal - Maria Aldair de Carvalho - Vereadora;
- 01 (um) representante da 1ª Promotoria de Justiça - Curadoria da Infância e Juventude da Comarca de Porto União - Regeane de Fátima Farias Ribeiro - Assistente de Promotoria;
- 01 (um) representante da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Porto União - Norton Mayer - Psicólogo;
- 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Claudinei José Kziozek - Soldado PM;
- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social - Divansir José Berton - Desenhista.

II- Representantes da Sociedade Civil:

- 01 (um) representante da Educação Especial do Porto União - Filomena Gulecz - Conselho Municipal de Educação;
- 01 (um) representante das Associações de Bairros de Porto União - Manoel Alvir da Motta - Conselho Municipal de Saúde;
- 01 (um) representante de Pais - Evelin Maiara Simões - Conselho Municipal do FUNDEB;
- 01 (um) representante da Associação de Moradores do Bairro São Bernardo do Campo - Soeli Terezinha Souza Berwig da Silva - Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- 01 (um) representante dos Adolescentes do Grêmio Estudantil das Escolas Públicas - Poliana Gura Olbets;
- 01 (um) representante dos Adolescentes do Programa Projovem Adolescente - Rosangela Aparecida Rodrigues;
- 01 (um) representante dos Adolescentes do Programa Medidas Socioeducativas - Kennedy Alves dos Santos;
- 01 (um) representante das Universidades - Marcelo José Boldori

- Universidade do Contestado;
 i) 01 (um) representante das Empresas de Porto União - Ilson Alberto Ravanello;
 j) 01 (um) representante do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN - Douglas Borges de Lima - Psicólogo;
 k) 01 (um) representante da União das Associações de Moradores do Município de Porto União - UNICOM - Ageni Sausen.

Art. 3º A Comissão terá o mandato vigente até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto N° 318/2013

DECRETO N° 318, de 31 de outubro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.178, de 23 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 131.473,24 (Cento e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos):

ÓRGÃO ÓRGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2067 – Estratégia Saúde da Família		
MODALIDADE	3390 – 465 – Aplicações Diretas	12	25.565,54
PROJETO	1051 – Construção/Ampliação/Reforma de Unid. de Saúde		
MODALIDADE	4490 – 450 – Aplicações Diretas	02	26.603,92
ATIVIDADE	2073 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência		
MODALIDADE	3190 – 462 – Aplicações Diretas	30	4.021,78
ATIVIDADE	2069 – Assistência Farmacêutica Básica		
MODALIDADE	3390 – 452 – Aplicações Diretas	16	13.064,16
ATIVIDADE	2071 – Manutenção Serviços Média e Alta Complexidade		
MODALIDADE	3390 – 454 – Aplicações Diretas	23	62.217,84
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		131.473,24

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do exercício 2012, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 319/2013

DECRETO N° 319, de 31 de outubro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.182, de 23 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do presente exercício, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO ÓRGÃO	0100 – PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
PROJETO	1030 – Aquisição de veículo e equipamentos para o Legislativo		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	01	80.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ÓRGÃO	0100 – PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
PROJETO	1031 – Construção/Aquisição/Reforma sede própria		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	02	80.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 320/2013

DECRETO N° 320, de 31 de outubro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar por anulação, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal n° 4.183, de 30 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio da Prefeitura Municipal, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.530.000,00 (Um milhão e quinhentos e trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2003 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	05	11.000,00
UNIDADE	0204 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção da Sec. Mun. de Administração e Esporte		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	11	100.000,00
ATIVIDADE	2006 – Manutenção Desporto Amador		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	14	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	15	50.000,00
UNIDADE	0205 – SEC. MUN. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE		
ATIVIDADE	2008 – Manutenção da Sec. Mun. de Finanças e Contabilidade		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	17	90.000,00
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. TRANSP.OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2065 – Manutenção do Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	32	50.000,00
ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	51	100.000,00
UNIDADE	0208 – SEC. MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2022 – Manutenção Sec. Mun. Agricultura e Meio Ambiente		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	92	50.000,00
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativas	93	10.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	94	70.000,00
UNIDADE	0209 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Social		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	99	190.000,00
ATIVIDADE	2027 – Assistência Geral ao Menor		

MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	96	30.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	116	400.000,00
MODALIDADE	3191 – 100 – Aplicações Diretas-Operações Intraorçamentárias	117	234.000,00
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativas	118	45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.530.000,00	

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0204 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção da Sec. Mun. de Administração e Esporte		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	12	150.000,00
ATIVIDADE	2006 – Manutenção Desporto Amador		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	16	9.000,00
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. TRANSP.OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1012 – Pavimentação de Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 173 – Aplicações Diretas	36	500.000,00
PROJETO	1013 – Instalação/Ampliação e Sinalização de Vias Urbanas		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	38	29.000,00
ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	50	9.000,00
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	52	9.000,00
ATIVIDADE	2020 – Manutenção Iluminação Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	45	10.000,00
PROJETO	1036 – Canalização Rios e Córregos		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	58	10.000,00
PROJETO	1048 – Construção Unidades Sanitárias		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	59	54.000,00
PROJETO	1025 – Implantação Poços Artesianos		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	60	32.000,00
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	61	32.000,00
PROJETO	1024 – Construção Casa do Mel		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	62	58.000,00
PROJETO	1043 – Implantação de Área Industrial		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	64	88.000,00

MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	65	19.000,00
PROJETO	1016 – Aquisição Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	75	230.000,00
MODALIDADE	4490 – 173 – Aplicações Diretas	73	198.000,00
MODALIDADE	4490 – 174 – Aplicações Diretas	74	40.000,00
PROJETO	1022 – Implantação Incubadora Industrial		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	63	53.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			1.530.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 321/2013

DECRETO N° 321, de 31 de outubro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO	ÓRGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 - Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 - 112 - Aplicações Diretas	29	90.000,00
MODALIDADE	3190 - 113 - Aplicações Diretas	44	35.000,00
ATIVIDADE	2010 - Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 - 113 - Aplicações Diretas	46	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	150.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do presente exercício, nas Fontes 112 e 113 - FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N° 1.274/2013

PORTARIA N°. 1.274/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 21/10/2013, a servidora municipal CARLA CRISTINA DA SILVA, matrícula nº 3601702, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1275/RH

PORTARIA N°. 1275/RH

DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação da servidora municipal SARA GRACIELLE KLAUBERG CHRISTEN ocupante do cargo AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2013.
DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Editais de Audiência Pública 002/2013

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2013

PROCESSO LICITATÓRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE
COLETIVO URBANO
DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
PLANO DE OUTORGA

OBJETIVO: Coleta de subsídios, resposta aos questionamentos da população e continuidade da apresentação do Plano de Outorga;
DATA: 09 de novembro de 2013;
HORÁRIO: 14:00;
Local: O evento realizar-se-á nas dependências do Bloco G da UNIDAVI, Rua Dr. Guilherme Gemballa, nº 13, Jardim América, CEP 89160-932, Rio do Sul/SC. Os documentos necessários para a ciência dos interessados, encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2013

JEAN PIER XAVIER DE LIZ - Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício - GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração e Presidente da Comissão de Estruturação do Processo Licitatório do Transporte Coletivo

Pauta de Análise de Consulta Nº 002/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE ANÁLISE DE CONSULTA Nº 002/2013

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 04 de Novembro de 2013, às 8h00min no Plenário da Câmara de Vereadores, localizado no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para análise da Consulta formulada, de acordo com o Art 188 do CTM.

Número do protocolo: Protocolo Nº 142045/2013

Nome do Recorrente: On The Wall Gráfica Digital Ltda ME

Nº do Processo Consulta: 003/2013

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Rio do Sul, 22 de Outubro de 2013.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Editais de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Gilmar Batista	xxx.786.819-xx	131616

Rio do Sul, 31 de outubro de 2013.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal da Fazenda Interino

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.

**Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:**

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Publicação de Editais por Infração e Trânsito



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1771/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA7504	54273802E	6920/0	14/08/2013	233
AVF0761	55288196D	6556/4	12/08/2013	230 * I
DGB4373	55287564D	6599/2	23/08/2013	230 * V
EPK3145	55288224D	6912/0	28/08/2013	232
EQY3245	54273828E	6920/0	21/08/2013	233
FRA2772	54692110E	5169/1	23/08/2013	165
JYP1009	54273649E	6920/0	06/09/2013	233
KKY0644	55287530D	6599/2	05/09/2013	230 * V
LXD4653	55288446D	6599/2	27/08/2013	230 * V
LXI9473	55286768D	6912/0	21/08/2013	232
LXS0169	54692712E	6726/1	22/08/2013	230 * XVIII
LYX7945	55287526D	6599/2	05/09/2013	230 * V
LZW7135	54273810E	6920/0	15/08/2013	233
MAR2095	55288466D	5045/0	27/08/2013	162 * V
MAR2095	55288467D	6599/2	27/08/2013	230 * V
MBO3534	55286823D	6599/2	27/08/2013	230 * V
MBT9178	54692050E	6742/0	20/08/2013	230 * XX
MBY7012	55281424D	6599/2	20/08/2013	230 * V
MCC4969	55287624D	6912/0	23/08/2013	232
MCJ7074	55287638D	6599/2	02/09/2013	230 * V
MCX9602	55288272D	6599/2	20/08/2013	230 * V
MCX9602	55288273D	6912/0	20/08/2013	232
MDT7525	54273797E	6920/0	13/08/2013	233
MED1606	55280888D	7340/0	13/09/2013	252 * IV
MER2103	55288223D	6599/2	28/08/2013	230 * V
MEZ3605	55288440D	6599/2	23/08/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH5563	55281128D	6599/2	24/08/2013	230 * V
MFN4264	55287643D	5045/0	10/09/2013	162 * V
MFZ1876	55330760D	6599/2	05/09/2013	230 * V
MGQ0217	54273956E	6920/0	11/09/2013	233
MHA9995	55287626D	6599/2	23/08/2013	230 * V
MHE4072	54692588E	5169/1	24/08/2013	165
MHH2443	55281391D	6912/0	30/08/2013	232
MHW6504	55281134D	6599/2	24/08/2013	230 * V
MIP9766	55286795D	6599/2	13/09/2013	230 * V
MKS5702	54273814E	6920/0	16/08/2013	233
MMD4009	54692957E	5169/1	08/09/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1772/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKF8846	55286852D	5541/1	12/08/2013	181 * XVII
AVF0761	55288197D	5452/6	12/08/2013	181 * VIII
CCQ0918	55287642D	7366/2	10/09/2013	252 * VI
CEU6615	55287562D	7366/2	23/08/2013	252 * VI
DBK1466	55288465D	5568/0	27/08/2013	181 * XIX
DWO4508	55286910D	7366/2	26/08/2013	252 * VI
DYJ0066	55287567D	5541/4	28/08/2013	181 * XVII
HCG1331	55286907D	6050/1	23/08/2013	208
IDF6445	55287534D	5541/5	06/09/2013	181 * XVII
IFV0766	54692705E	6394/1	22/08/2013	220 * XIV
LYO5799	55287566D	5541/5	28/08/2013	181 * XVII
MAG7859	55287502D	5452/1	09/08/2013	181 * VIII
MBR2470	55287608D	5185/1	23/08/2013	167
MCC8646	55280895D	7463/0	08/09/2013	218 * II
MCJ0581	55286953D	5550/0	13/09/2013	181 * XVIII
MCX7975	54692733E	5444/0	24/08/2013	181 * VII
MDD3202	55286951D	5967/0	09/09/2013	203 * V
MDI4882	55288328D	7455/0	11/09/2013	218 * I
MEA7068	55286909D	5568/0	26/08/2013	181 * XIX
MEP2617	54692732E	5444/0	24/08/2013	181 * VII
MES2356	55288217D	5541/4	12/08/2013	181 * XVII
MEY1890	54692690E	7366/2	20/08/2013	252 * VI
MFA5420	55288316D	5568/0	21/08/2013	181 * XIX
MFA7514	55280891D	7463/0	07/09/2013	218 * II
MFK6832	55288367D	5568/0	12/09/2013	181 * XIX
MFP7464	54695053E	6050/1	11/09/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR6839	55286784D	5541/6	09/09/2013	181 * XVII
MGX2324	54692474E	7234/0	17/09/2013	250 * I * a
MHL5446	54695086E	6050/1	17/09/2013	208
MHL5446	54695087E	6084/1	17/09/2013	211
MHN1444	55281389D	5185/1	30/08/2013	167
MHP6894	54692817E	7366/2	13/09/2013	252 * VI
MIE3460	55286928D	5568/0	11/09/2013	181 * XIX
MJR1751	54692735E	5444/0	24/08/2013	181 * VII
MKP7703	55287641D	5541/1	06/09/2013	181 * XVII
MLC4052	55288216D	5541/4	12/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1773/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX8756	55281284D	6610/2	01/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
BME8880	54273678E	6920/0	02/07/2013	R\$ 127,69	233
CNB9058	55286743D	5142/0	11/07/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
CNB9058	55286744D	5045/0	11/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
CQC8041	54273712E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
DUB1620	54273244E	6920/0	11/06/2013	R\$ 127,69	233
GRD7275	54692151E	6599/2	07/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
GTC2180	55330164D	5169/1	23/03/2013	R\$ 1.915,38	165
IYL0002	55331277D	5169/1	06/07/2013	R\$ 1.915,38	165
KMO5855	54692213E	5169/1	13/07/2013	R\$ 1.915,38	165
LXC6181	54273675E	6920/0	01/07/2013	R\$ 127,69	233
LXS9048	55328998D	5010/0	26/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXS9048	55328999D	5118/0	26/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXX3918	55331496D	6599/2	09/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA2170	54692219E	5169/1	14/07/2013	R\$ 1.915,38	165
LYC7653	54692069E	5010/0	03/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYC7653	54692070E	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYD3358	55331443D	6599/2	14/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYD3358	55331444D	6556/1	14/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
LYD8373	54273755E	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	233
LYE4136	55281457D	6599/2	16/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYI1263	54692162E	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYO6770	55330243D	6769/1	31/03/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LYY1487	55330884D	5169/1	16/06/2013	R\$ 1.915,38	165
LZB1848	55286504D	6599/2	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZB1848	55286505D	6556/1	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZB3778	55331402D	5169/1	08/06/2013	R\$ 1.915,38	165
LZJ7969	54692155E	5010/0	12/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZN6532	55331493D	6599/2	06/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAB3523	54692423E	6599/2	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAE8804	54273680E	6920/0	04/07/2013	R\$ 127,69	233
MAO2315	55279687D	5037/1	29/03/2013	R\$ 574,61	162 * III
MAO2315	55279689D	6912/0	29/03/2013	R\$ 53,20	232
MBB8566	54692064E	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBB8566	54692065E	5010/0	03/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBB8566	54692066E	5118/0	03/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBB8566	54692067E	6602/0	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MBB8566	54692068E	6556/1	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBF7166	55328993D	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBG8758	55286669D	6599/2	04/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBR9170	54273714E	6920/0	08/07/2013	R\$ 127,69	233
MBY7728	54273717E	6920/0	09/07/2013	R\$ 127,69	233
MBY7728	54692072E	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBZ1813	55280511D	6599/2	28/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBZ1813	55280512D	5118/0	28/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBZ1813	55280513D	5010/0	28/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCC6864	54273212E	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
MCE5632	55331289D	6599/2	13/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCE5632	55331290D	6726/1	13/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCK9612	54692294E	5010/0	14/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCK9612	54692295E	5118/0	14/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCK9612	54692296E	6602/0	14/07/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MCQ7786	54692299E	5169/1	14/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MCV8630	55330256D	5169/1	01/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MCV8630	55330257D	6599/2	01/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCV8630	55330258D	5045/0	01/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDA6848	54692354E	6912/0	15/07/2013	R\$ 53,20	232
MDH7781	55331488D	5045/0	03/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDI1968	55331274D	5010/0	04/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDT2894	55281340D	6599/2	27/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEC7613	54273220E	6920/0	04/06/2013	R\$ 127,69	233
MEI3514	55331229D	5045/0	04/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFI2046	54273696E	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFM4832	55331278D	5045/0	13/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFM4832	55331279D	6599/2	13/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFM4832	55331283D	5142/0	13/07/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MGF8160	54273679E	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
MHA7172	55331285D	5169/1	13/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MHQ9513	55329223D	6599/2	13/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJR6420	54692262E	5010/0	11/07/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1774/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFA3925	55281021D	5185/1	11/06/2013	R\$ 127,69	167
AJK5071	55281044D	7366/2	09/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AMG1427	55280736D	5541/4	18/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AQX6826	55286585D	5541/2	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ASL2310	55288035D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CEB5587	55288415D	5568/0	08/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
CKN6173	55280448D	5541/1	03/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CXF4402	55286745D	5541/1	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CXT6611	55281232D	7366/2	15/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DBO3456	55280740D	5541/6	08/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DCX1851	54692087E	7366/2	05/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DFN7589	54692274E	5185/1	11/07/2013	R\$ 127,69	167
DOO3138	55288023D	5541/2	15/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
EFX1414	55281224D	5541/4	06/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KFH7648	55331423D	5185/1	12/06/2013	R\$ 127,69	167
LAC7987	55281034D	5452/6	05/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LWZ6969	55288033D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE7847	55288018D	5541/2	15/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXT0541	54692376E	5185/1	17/07/2013	R\$ 127,69	167
LXY5201	55281060D	6050/1	26/06/2013	R\$ 191,53	208
LYD2283	55288043D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD4946	55280922D	5568/0	17/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYI1263	54692163E	5185/1	17/07/2013	R\$ 127,69	167
LYI3847	54692088E	7366/2	05/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LYT8550	54692059E	7366/2	03/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LYV6756	55281123D	5460/0	08/07/2013	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZI7468	55331276D	6050/1	04/07/2013	R\$ 191,53	208
LZJ7969	54692154E	7366/2	12/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAB3523	54692421E	5835/0	24/07/2013	R\$ 127,69	195
MAB3523	54692422E	6270/0	24/07/2013	R\$ 127,69	220 * II
MAO2315	55279688D	5738/0	29/03/2013	R\$ 191,53	186 * II
MAO7092	55281045D	6050/1	09/07/2013	R\$ 191,53	208
MBR9248	55280792D	5568/0	13/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCE5632	55331286D	5835/0	13/07/2013	R\$ 127,69	195
MCE5632	55331287D	5720/0	13/07/2013	R\$ 127,69	186 * I
MCE5632	55331288D	5215/2	13/07/2013	R\$ 191,53	170
MCG8274	55286519D	7366/2	05/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCK9612	54692285E	5835/0	14/07/2013	R\$ 127,69	195
MCK9612	54692286E	5819/2	14/07/2013	R\$ 574,61	193
MCK9612	54692287E	6050/2	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MCK9612	54692288E	6050/2	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MCK9612	54692289E	6050/2	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MCK9612	54692290E	6050/2	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MCK9612	54692291E	6050/2	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MCK9612	54692292E	5720/0	14/07/2013	R\$ 127,69	186 * I
MCK9612	54692293E	5738/0	14/07/2013	R\$ 191,53	186 * II
MCL2695	55331271D	6084/1	29/06/2013	R\$ 127,69	211
MCL2695	55331272D	5673/1	29/06/2013	R\$ 85,12	183
MCL2695	55331273D	7234/0	29/06/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MCQ3372	55329997D	6270/0	22/03/2013	R\$ 127,69	220 * II
MCQ3372	55329998D	5835/0	22/03/2013	R\$ 127,69	195
MEJ4143	55286547D	5568/0	12/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFF7292	55286672D	6050/1	09/07/2013	R\$ 191,53	208
MFO2833	55286586D	5541/2	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ3433	55331398D	5835/0	15/07/2013	R\$ 127,69	195
MFZ3433	55331399D	7030/2	15/07/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGG4567	55279690D	7366/2	04/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGI9167	55281451D	5541/4	05/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW2639	55286736D	5541/1	11/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6002	55330220D	7030/2	30/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MHI8103	55280796D	5185/1	13/06/2013	R\$ 127,69	167
MHL6185	55329399D	5541/1	19/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA7542	55288005D	5568/0	01/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIG1177	55281229D	5568/0	09/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIH6560	54692152E	6050/2	07/07/2013	R\$ 191,53	208
MIO5746	55288024D	5541/2	15/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT3134	55281319D	5541/4	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI9666	54692254E	5959/1	10/07/2013	R\$ 191,53	203 * IV
MJR6420	54692210E	5207/0	11/07/2013	R\$ 53,20	169
MJR7681	55281279D	5541/1	14/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC7700	55281038D	5541/4	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ0387	55280771D	6050/1	13/05/2013	R\$ 191,53	208
MLA7027	55286740D	5452/6	11/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MLH0620	55280935D	5541/6	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV0554	55288028D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMK1110	55286659D	5568/0	26/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1775/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHA9274	54692808E	6602/0	05/09/2013	230 * VI
CZO2165	55886743B	5045/0	03/09/2013	162 * V
CZO2165	55886745B	6912/0	03/09/2013	232
EBR8654	55288324D	6912/0	03/09/2013	232
LXW4838	54692120E	6580/0	29/08/2013	230 * IV
LXW4838	54692121E	6599/2	29/08/2013	230 * V
LXW4838	54692122E	5010/0	29/08/2013	162 * I
LXW4838	54692123E	5118/0	29/08/2013	164 c/c 162 * I
MBA4118	55329637D	6599/2	02/09/2013	230 * V
MBA4118	55329638D	5010/0	02/09/2013	162 * I
MBA4118	55329639D	5118/0	02/09/2013	164 c/c 162 * I
MBF9385	55279045D	6599/2	31/08/2013	230 * V
MCO0421	54692792E	6610/2	03/09/2013	230 * VII
MEH6022	54695020E	5169/1	07/09/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1776/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IQE6923	54692721E	5452/3	24/08/2013	181 * VIII
MHO7031	54695069E	6050/1	11/09/2013	208
MKN0694	54692787E	6050/1	30/08/2013	208
NDB3330	55287569D	5568/0	30/08/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1777/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAP7969	55280976D	6599/2	16/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
AMW5050	55331511D	5169/1	22/06/2013	R\$ 1.915,38	165
AMW5050	55331513D	5274/1	22/06/2013	R\$ 191,53	175
ANW9787	54273180E	6920/0	21/05/2013	R\$ 127,69	233
BNL3457	54273796E	6920/0	12/08/2013	R\$ 127,69	233
DEB0294	54273710E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
LXA7362	54273707E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
LXA7362	55331473D	6599/2	29/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXV3605	55288164D	6599/2	19/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZA6577	54692302E	6610/2	17/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZJ2087	55331138D	5169/1	02/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MBK4245	55330866D	6610/2	18/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCH2945	54273780E	6920/0	07/08/2013	R\$ 127,69	233
MCO6406	54273281E	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
MDF8822	54273695E	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233
MFG4031	54273179E	6920/0	21/05/2013	R\$ 127,69	233
MFW8326	54273197E	6920/0	27/05/2013	R\$ 127,69	233
MGG2842	55331195D	5010/0	31/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGG2842	55331196D	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MQE7929	54273183E	6920/0	23/05/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1778/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABR4371	55281032D	5568/0	01/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AMW5050	55331512D	6858/0	22/06/2013	R\$ 85,12	231 * VII
IAS5110	54692224E	5185/1	16/07/2013	R\$ 127,69	167
IJD9592	55280977D	5568/0	16/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYS8365	55288251D	5541/6	30/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYW4328	55279974D	5541/2	14/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM9522	55281028D	5460/0	23/06/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MBK4245	55331134D	7366/2	30/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCO6406	55330903D	5207/0	09/06/2013	R\$ 53,20	169
MCW0509	55286687D	5568/0	05/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDE5301	55331301D	5541/1	02/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH2911	55329625D	5428/1	06/07/2013	R\$ 191,53	181 * V
MED3975	55281169D	5568/0	04/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEL7017	55280583D	5541/6	05/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL7592	55286518D	5541/1	05/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM5384	55331256D	6122/0	07/06/2013	R\$ 191,53	214 * I
MJR2959	55280683D	5460/0	05/06/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MKJ4431	55286507D	5185/1	04/06/2013	R\$ 127,69	167
MKO5549	55281363D	5568/0	03/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKW2867	55286579D	5541/2	20/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB5977	55286563D	5568/0	07/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1779/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CTB4691	55288358D	6599/2	30/08/2013	230 * V
FIR2510	55286835D	6408/0	14/09/2013	221
HXG1148	54692478E	6610/2	19/09/2013	230 * VII
JMZ0032	54273844E	6920/0	23/08/2013	233
JVD3740	54273848E	6920/0	23/08/2013	233
LYA2287	54273803E	6920/0	14/08/2013	233
LYU9945	54695001E	6599/2	05/09/2013	230 * V
LYU9945	54695002E	5045/0	05/09/2013	162 * V
LZI7726	54273613E	6920/0	28/08/2013	233
MAF1946	55280899D	6599/2	13/09/2013	230 * V
MAF1946	55280900D	5045/0	13/09/2013	162 * V
MAF1946	55288372D	5169/1	13/09/2013	165
MAF9340	54692480E	6610/2	26/09/2013	230 * VII
MAO5573	54273552E	6920/0	30/09/2013	233
MAP6131	54692782E	5169/1	31/08/2013	165
MAS2822	54695131E	5029/2	30/09/2013	162 * II
MAS2822	54695132E	5126/2	30/09/2013	164 c/c 162 * II
MAS2822	54695133E	5169/1	30/09/2013	165
MBD0567	54273836E	6920/0	02/09/2013	233
MBE4895	54273616E	6920/0	30/08/2013	233
MBJ7607	54273999E	6920/0	27/09/2013	233
MBK9206	55288068D	5045/0	07/09/2013	162 * V
MCA5384	55286789D	6637/1	10/09/2013	230 * IX
MCO0688	54273994E	6920/0	27/09/2013	233
MCT4636	54273630E	6920/0	04/09/2013	233
MDV5142	54273633E	6920/0	04/09/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEI1138	55288284D	6556/1	10/09/2013	230 * I
MFK3300	54273990E	6920/0	19/09/2013	233
MFY3756	55286935D	6912/0	19/09/2013	232
MFY3756	55288373D	6599/2	19/09/2013	230 * V
MGW1164	54692913E	5045/0	21/09/2013	162 * V
MGW1164	54692914E	6602/0	21/09/2013	230 * VI
MGW1164	54692915E	6599/2	21/09/2013	230 * V
MHH8042	55326936D	5045/0	08/09/2013	162 * V
MHL9411	54273562E	6920/0	04/10/2013	233
MHP2853	54692479E	6653/2	19/09/2013	230 * XI
MHS1405	54695012E	6912/0	05/09/2013	232
MHX8215	54273557E	6920/0	03/10/2013	233
MIM6579	55281435D	6912/0	11/09/2013	232
MLK1411	54692178E	5169/1	08/09/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1780/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIR5430	54695073E	5720/0	12/09/2013	186 * I
BIM7005	55281398D	5568/0	19/09/2013	181 * XIX
DBI6663	54692879E	5967/0	16/09/2013	203 * V
DCV2766	54695125E	6050/1	19/09/2013	208
LYZ1630	55287646D	6050/1	18/09/2013	208
LYZ5998	55288317D	7366/2	30/08/2013	252 * VI
MAF1946	55280948D	5568/0	03/09/2013	181 * XIX
MAI1090	55287648D	6050/2	16/09/2013	208
MAI1090	55287649D	5185/1	26/09/2013	167
MBY9554	54692485E	5185/1	02/10/2013	167
MCA5384	55286787D	7056/1	10/09/2013	244 * III
MCA5384	55286788D	5240/0	10/09/2013	173
MDW2452	55286792D	5460/0	10/09/2013	181 * IX
MEA9169	55287537D	5452/1	18/09/2013	181 * VIII
MEB7240	54692875E	5185/1	09/09/2013	167
MEI1138	55288282D	5240/0	10/09/2013	173
MEI1138	55288283D	7056/1	10/09/2013	244 * III
MFS4094	55286931D	5967/0	19/09/2013	203 * V
MFY3756	55286934D	5967/0	19/09/2013	203 * V
MGA1391	55280893D	7471/0	07/09/2013	218 * III
MGW1164	54692906E	5835/0	21/09/2013	195
MGW1164	54692909E	5819/2	21/09/2013	193
MGW1164	54692910E	5967/0	21/09/2013	203 * V
MGW1164	54692911E	5819/7	21/09/2013	193
MGW1164	54692912E	7030/2	21/09/2013	244 * I
MGY3300	55286936D	5460/0	27/09/2013	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHC3636	54695043E	5185/1	09/09/2013	167
MHS1405	54695011E	7366/2	05/09/2013	252 * VI
MIB1998	54695115E	6050/1	25/09/2013	208
MIR5726	54692476E	6050/1	19/09/2013	208
MIZ2716	54695004E	7366/2	05/09/2013	252 * VI
MJS8358	55286783D	5541/6	09/09/2013	181 * XVII
MKF4241	55287540D	5541/1	30/09/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1781/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACT1992	54273219E	6920/0	04/06/2013	R\$ 127,69	233
AHP2763	54273188E	6920/0	24/05/2013	R\$ 127,69	233
ARD0018	55329628D	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
ARD0018	55329629D	5118/0	04/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CXI0284	54273730E	6920/0	22/07/2013	R\$ 127,69	233
DIN8549	54273669E	6920/0	28/06/2013	R\$ 127,69	233
DNW5072	55280693D	6599/2	16/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDT1369	54273747E	6920/0	23/07/2013	R\$ 127,69	233
JAH4050	54692406E	6556/1	20/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
JFG5013	55330590D	5169/1	19/05/2013	R\$ 1.915,38	165
LXK3791	54692240E	6610/2	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXS9421	54692305E	6610/2	19/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYB7129	54692301E	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYS0244	55886720B	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYX3442	54692418E	6599/2	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYX3442	54692419E	6610/2	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYX3442	54692420E	6408/0	24/07/2013	R\$ 85,12	221
LYY1487	55331304D	5010/0	22/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYY1487	55331305D	5061/0	22/07/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZI2362	55281197D	5045/0	27/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZI2362	55281198D	6599/2	27/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZJ7969	55329428D	5118/0	12/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZR2607	54692307E	5169/1	20/07/2013	R\$ 1.915,38	165
LZR2607	54692308E	6556/1	20/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZR9429	54692567E	6653/2	20/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MAA0232	55286681D	6556/1	30/07/2013	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI0657	54273752E	6920/0	25/07/2013	R\$ 127,69	233
MAL2836	54273749E	6920/0	23/07/2013	R\$ 127,69	233
MAW1854	55281342D	6610/2	27/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBC8514	55331416D	6653/2	12/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBE6532	54273213E	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
MBY6303	55280696D	6610/2	27/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCD7164	55330548D	5010/0	28/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCD7164	55330549D	5118/0	28/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCG8381	55331487D	6700/0	03/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MCJ1867	54273756E	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	233
MCK7132	55331180D	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDM7669	54692314E	6599/2	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDW5607	54692226E	6599/2	16/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDX6144	54273702E	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233
MEC4927	55281294D	5045/0	30/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEC4927	55281295D	6912/0	30/07/2013	R\$ 53,20	232
MGH1831	54692432E	5169/1	28/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MGP6983	55331535D	5010/0	27/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGP6983	55331536D	6599/2	27/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGR1077	54273740E	6920/0	19/07/2013	R\$ 127,69	233
MHJ8632	54692356E	5010/0	15/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHJ8632	54692357E	5061/0	15/07/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIB4910	54273745E	6920/0	23/07/2013	R\$ 127,69	233
MJF0704	54692380E	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKE2596	55331414D	6653/2	12/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1782/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BKW8986	55288201D	5541/4	23/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BNQ3822	55280438D	5541/4	03/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DCD4846	54692311E	5967/0	22/07/2013	R\$ 191,53	203 * V
DUB2082	55288117D	5541/2	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
EEH7023	55279027D	5541/1	30/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
EMW2475	54692447E	5185/1	29/07/2013	R\$ 127,69	167
ILY8404	55280911D	5541/6	29/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KFH8475	54692319E	7234/0	24/07/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
KPB0338	55281291D	5541/4	20/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS7609	55280446D	5541/4	19/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK0728	55288154D	5568/0	19/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYA1660	55286727D	5541/6	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ7969	55329429D	5193/0	12/07/2013	R\$ 191,53	168
LZP6470	55280684D	5541/1	13/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT7258	55288113D	5541/2	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ8393	55288162D	5541/4	20/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK3368	55288172D	5541/4	23/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN4590	55280733D	5568/0	12/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBO9003	55288161D	5550/0	19/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCB9654	55281359D	5541/1	03/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCS5149	55288404D	5541/4	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA7941	54692449E	5185/1	31/07/2013	R\$ 127,69	167
MDF3802	54692230E	7366/2	17/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDY3807	55286658D	7030/2	18/06/2013	R\$ 191,53	244 * I
MFC2078	55288135D	5541/2	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT4645	55288408D	5541/1	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGL6677	55288405D	5541/6	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR9807	55279970D	5541/2	13/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB8291	55281355D	5738/0	24/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MIE2120	55281455D	7366/2	11/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIK6276	55280743D	5541/5	25/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM2803	55280248D	5541/4	20/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO1933	55331270D	6050/1	27/06/2013	R\$ 191,53	208
MIR9377	54692397E	6050/1	16/07/2013	R\$ 191,53	208
MIV0353	55280745D	7366/2	01/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJC8463	54692245E	5835/0	27/07/2013	R\$ 127,69	195
MJC8463	54692246E	6076/0	27/07/2013	R\$ 191,53	210
MJC8463	54692247E	5819/1	27/07/2013	R\$ 574,61	193
MJC8463	54692248E	6050/1	27/07/2013	R\$ 191,53	208
MJC8463	54692249E	5819/5	27/07/2013	R\$ 574,61	193
MJC8463	54692250E	5215/2	27/07/2013	R\$ 191,53	170
MJM3208	54692399E	6050/2	19/07/2013	R\$ 191,53	208
MJZ0140	55330599D	6050/1	21/06/2013	R\$ 191,53	208
MKC2296	54692443E	7366/2	29/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKL6101	55281200D	5541/6	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV0554	55288123D	5541/2	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1783/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASS6061	54273962E	6920/0	10/09/2013	233
BUM8694	54692952E	5045/0	05/09/2013	162 * V
BUM8694	54692953E	5142/0	05/09/2013	164 c/c 162 * V
DEJ6500	55888692B	5169/1	24/09/2013	165
DPM5434	54273647E	6920/0	06/09/2013	233
EYK5431	54273972E	6920/0	12/09/2013	233
HQT5641	55281082D	6599/2	08/10/2013	230 * V
KZS3643	55280889D	6912/0	07/09/2013	232
KZS3643	55280890D	6769/1	07/09/2013	230 * XXII
LYK9164	55288335D	5053/1	05/10/2013	162 * VI
LYK9652	54692818E	6670/0	13/09/2013	230 * XIII
LYO5799	55281395D	6645/0	11/09/2013	230 * X
MAD5388	55329708D	5010/0	04/10/2013	162 * I
MAD5388	55329709D	5118/0	04/10/2013	164 c/c 162 * I
MBX4815	55288368D	6599/2	13/09/2013	230 * V
MCI7885	55281080D	6599/2	08/10/2013	230 * V
MCX7056	54273961E	6920/0	11/09/2013	233
MDA3423	54695147E	5045/0	05/10/2013	162 * V
MDA3423	54695148E	5142/0	05/10/2013	164 c/c 162 * V
MDM0260	54273645E	6920/0	06/09/2013	233
MDQ0654	54273642E	6920/0	11/09/2013	233
MEP8134	55286939D	6912/0	05/10/2013	232
MEV1313	54273963E	6920/0	10/09/2013	233
MFK9020	55287251D	6602/0	04/10/2013	230 * VI
MFN6149	54273643E	6920/0	06/09/2013	233
MGL9139	54273641E	6920/0	05/09/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ0920	54273953E	6920/0	09/09/2013	233
MHW8637	55329701D	5045/0	10/09/2013	162 * V
MIE3213	54273967E	6920/0	10/09/2013	233
MIE9506	55288371D	6599/2	13/09/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1784/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APP1729	55286921D	7471/0	07/09/2013	218 * III
BZC3913	55281143D	5568/0	02/10/2013	181 * XIX
CCX3546	55287584D	5185/2	11/09/2013	167
DMR3312	55288495D	5568/0	11/10/2013	181 * XIX
DNL0018	54695060E	7366/2	11/09/2013	252 * VI
IQA3728	55330762D	5460/0	27/09/2013	181 * IX
LWY4958	55288345D	5428/4	09/10/2013	181 * V
LZU9652	55288230D	5541/4	04/10/2013	181 * XVII
MCP5897	54695059E	6050/1	11/09/2013	208
MCT2296	55288365D	5568/0	11/09/2013	181 * XIX
MDD7253	55287535D	5541/1	06/09/2013	181 * XVII
MDL2238	55288498D	5568/0	14/10/2013	181 * XIX
MEI3514	55287529D	5835/0	05/09/2013	195
MEX5574	55288490D	5452/1	03/10/2013	181 * VIII
MGG0795	55288491D	5541/6	07/10/2013	181 * XVII
MGT7455	55288489D	5568/0	03/10/2013	181 * XIX
MHA5539	55286923D	7471/0	08/09/2013	218 * III
MHC1937	54695057E	7366/2	11/09/2013	252 * VI
MHK3577	55287254D	5541/5	08/10/2013	181 * XVII
MID8325	55288333D	5835/0	02/10/2013	195
MKZ3282	54692917E	5452/1	05/10/2013	181 * VIII
MKZ3282	54692919E	5835/0	05/10/2013	195
NGY5234	55286918D	7455/0	07/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1785/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKD5753	54273239E	6920/0	07/06/2013	R\$ 127,69	233
DFX2547	54273288E	6920/0	18/06/2013	R\$ 127,69	233
DMU0911	54273184E	6920/0	23/05/2013	R\$ 127,69	233
HAG7154	55281130D	6912/0	24/08/2013	R\$ 53,20	232
INM9681	54273211E	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
LWR7456	54273709E	6920/0	11/07/2013	R\$ 127,69	233
LXB8084	54273145E	6920/0	13/05/2013	R\$ 127,69	233
LXU5387	55331042D	5029/2	23/05/2013	R\$ 957,69	162 * II
LXU5387	55331043D	5126/2	23/05/2013	R\$ 957,69	164 c/c 162 * II
LXU5387	55331044D	6602/0	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * VI
LYG5650	55331395D	6769/1	15/06/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LYT4025	54692533E	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYT4025	54692534E	5169/1	03/08/2013	R\$ 1.915,38	165
LZH7992	54273722E	6920/0	10/07/2013	R\$ 127,69	233
LZO9610	55331384D	5045/0	08/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZO9610	55331386D	6599/2	08/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZO9610	55331387D	6726/1	08/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAI3439	54273171E	6920/0	17/05/2013	R\$ 127,69	233
MAT9477	54273822E	6920/0	20/08/2013	R\$ 127,69	233
MBB6233	54273157E	6920/0	15/05/2013	R\$ 127,69	233
MBF3973	54273735E	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	233
MBX3337	55331528D	6408/0	27/06/2013	R\$ 85,12	221
MCX5707	54692671E	5010/0	14/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCX5707	54692672E	5118/0	14/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCX5707	54692673E	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCX5707	54692674E	6556/1	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCX5707	54692675E	6653/2	14/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDT1944	54692303E	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEA7813	54273229E	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233
MFH4423	54692348E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFL9632	54692669E	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFO9582	55280980D	5010/0	17/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFO9582	55286680D	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFT2428	54273732E	6920/0	22/07/2013	R\$ 127,69	233
MGO6922	55331448D	5010/0	15/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGO6922	55331449D	5118/0	15/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGO6922	55331450D	6599/2	15/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGP4247	55331012D	5010/0	17/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGP4247	55331013D	5118/0	17/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGQ0442	55287625D	6912/0	23/08/2013	R\$ 53,20	232
MHA4014	54273812E	6920/0	13/08/2013	R\$ 127,69	233
MHI0074	54692282E	6599/2	13/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHI3822	55330074D	5169/1	29/03/2013	R\$ 1.915,38	165
MIE3213	54692682E	6599/2	16/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIM4321	54273676E	6920/0	01/07/2013	R\$ 127,69	233
MIP4159	55331480D	6610/2	29/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MIW3353	54273153E	6920/0	14/05/2013	R\$ 127,69	233
MJM2342	54273163E	6920/0	16/05/2013	R\$ 127,69	233
MKB6868	55281135D	6599/2	24/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MMI9770	54273210E	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1786/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BJH4154	55281049D	5452/2	13/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CPX8345	55279991D	5541/2	14/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CVV4854	55286644D	5541/2	27/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CXY1847	54692699E	5193/0	22/08/2013	R\$ 191,53	168
DHR3698	55279892D	5541/1	09/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DHV6187	55281356D	5185/1	24/05/2013	R\$ 127,69	167
DIZ5070	55286628D	5541/2	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DPJ9862	54692037E	5452/3	24/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
HOI9520	55281179D	5541/1	13/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JUT0396	55281320D	5550/0	15/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
KZU2402	55286566D	5541/2	20/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KZU2402	55286590D	5541/2	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KZU2402	55286608D	5541/2	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KZU2402	55286647D	5541/2	27/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYG5650	55331393D	5835/0	15/06/2013	R\$ 127,69	195
LYG5650	55331394D	6270/0	15/06/2013	R\$ 127,69	220 * II
LYK2549	55281051D	5568/0	21/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYU9199	55280840D	5185/1	21/05/2013	R\$ 127,69	167
LZQ4235	55280407D	5541/4	07/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT9244	55279932D	5541/2	11/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG1184	55288354D	5568/0	26/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBM1938	55286624D	5541/2	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV6944	55281052D	5568/0	21/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCI7085	55331421D	5827/0	12/06/2013	R\$ 127,69	194
MCN8510	55286625D	5541/2	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR7887	55288061D	5452/1	27/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCX5707	54692670E	5835/0	14/08/2013	R\$ 127,69	195
MDO8396	54692528E	5380/0	02/08/2013	R\$ 85,12	181 * I
MEA6753	55281057D	5568/0	27/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEH3123	54692451E	5819/6	29/07/2013	R\$ 574,61	193
MES9132	55329395D	5185/1	21/05/2013	R\$ 127,69	167
MEX2214	55281213D	5541/4	07/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT4382	55280787D	5541/6	11/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ5718	55286524D	5541/1	06/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH1721	55286513D	5541/1	05/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP4247	55331009D	7030/1	17/05/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGP4247	55331011D	7056/1	17/05/2013	R\$ 191,53	244 * III
MGV8011	55281306D	5541/6	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE8726	55281058D	5568/0	10/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHP5813	55286649D	5541/2	27/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ3963	55281280D	7366/2	14/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIC9861	55286651D	5541/6	14/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV5728	55280686D	6050/1	17/06/2013	R\$ 191,53	208
MJO5185	55280734D	5568/0	12/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJX7372	55286601D	5541/1	10/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP2072	55288174D	5541/4	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA8760	54692704E	7366/2	22/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 730/2013**

PORTARIA No 730, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Concede dispensa de ponto à servidora Juliana Eleutério Carvalho

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica dispensada do ponto, do dia 25 a 29 de novembro de 2013, a servidora Juliana Eleutério Carvalho, Técnica Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em virtude de sua participação nos 53º Jogos Abertos de Santa Catarina, na qualidade de atleta representante do município de Rio do Sul, na modalidade de tênis de mesa, a ser realizado na cidade de Blumenau, entre os dias 20 a 30 de novembro do corrente ano.

Parágrafo único. A dispensa tem como fulcro o artigo 155 da Lei Complementar n° 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Resumo Termo de Credenciamento N° 04/2013

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 04/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 17/2013

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2013

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.

Contratada: EMPRESA BLUMOVEL TELEMARKETING LTDA EPP - DIARIO DO ALTO VALE

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2013.

Valor: O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,00 (dois reais) o centímetro², para jornal/revista de periodicidade diárias, e de R\$ 1,00 (um real) o centímetro², para jornal/revista de periodicidade semanal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

Rio do Sul, 29 de outubro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara Municipal

ADRIANA SBORZ

Empresa Blumóvel Telemarketing LTDA EPP

DIARIO ALTO VALE

Salto Veloso**CÂMARA MUNICIPAL****Termo de Posse N° 011/2013**

TERMO DE POSSE N° 011/2013, de 29 DE OUTUBRO DE 2013.

"Dá posse a servidor que menciona".

SILVANO TINELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar n° 001/2013, de

22 de maio de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º- DAR POSSE a JUSSARA GETASSI, brasileira, Solteira, Portadora do CPF sob n° 010.196.079-47 e CI sob n° 4.369.876, para exercer o cargo efetivo de CONTADOR - Grupo Ocupacional Serviços Administrativos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, com exercício a partir de 01 de Novembro de 2013.

Salto Veloso - SC, 29 de Outubro de 2013.

SILVANO TINELLI

Presidente

Ciente em: ____/____/2013

JUSSARA GETASSI

Termo de Posse N° 012/2013

TERMO DE POSSE N° 012/2013, de 29 DE OUTUBRO DE 2013.

"Dá posse a servidor que menciona".

SILVANO TINELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar n° 001/2013, de 22 de maio de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º- DAR POSSE a FERNANDA CRISTINA VITALI DE BORTOLI, brasileira, casada, Portadora do CPF sob n° 029.490.039-07 e CI sob n° 4.059.863-2, para exercer o cargo efetivo de ADVOGADO - Grupo Ocupacional Serviços Administrativos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, com exercício a partir de 01 de Novembro de 2013.

Salto Veloso - SC, 29 de Outubro de 2013.

SILVANO TINELLI

Presidente

Ciente em: ____/____/2013

FERNANDA CRISTINA VITALI DE BORTOLI

São Bento do Sul**PREFEITURA****Lei N° 3264/2013**

LEI N° 3264, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RESSARCIR PAGAMENTO DE ALUGUEL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ressarcir o pagamento de aluguel pela locação de imóvel, que abriga a empresa I. P. BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS LTDA./ME CNPJ/MF n° 06.177.200/0001-09, com base na Lei Municipal n° 2723, de 22 de fevereiro de 2011 e conforme processo 4134/2013 e Ata da 31ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODESBS, aprovada em 25 de junho de 2013.

Art. 2º. O aluguel a ser ressarcido será pelo período de 6 (seis) meses contados a partir de 01 de outubro de 2013 e condicionado à legislação pertinente, limitado no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, liberado sob apresentação do recibo de pagamento pela empresa beneficiada e à permanência dos atuais proprietários.

Parágrafo único - Os recursos serão depositados em nome de I. P. Beneficiamento de Madeiras Ltda./ME, conta corrente nº 3441-0, Agência 0112, SCR CRED, São Bento do Sul/SC.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei N° 3265/2013

LEI N° 3265, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO NORTE CATARINENSE DOS PORTADORES DE PARKINSONISMO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, CNPJ nº 14.465.354/0001-16 com sede à Rua Paulo Linzmeyer, nº 146, Bairro Oxford, na cidade de São Bento do Sul-SC, fundada em 29 de setembro de 2011, estatuto registrado sob nº 2107, do livro A-27 de pessoas jurídicas em 29 de setembro de 2011.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei N° 3266/2013

LEI N° 3266, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 04 - Saneamento Geral
Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia
(criar) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações
R\$ 120.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 01 - Administração Financeira
Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

(85) 3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp Locomoção
R\$ 2.000,00

(88) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PJ
R\$ 12.000,00

Atividade: 4.007 - Departamento de Receita Tributação/Fiscalização

(96) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PJ
R\$ 12.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(178) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PF
R\$ 6.600,00

(182) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contr
R\$ 2.000,00

(185) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Material Permanente
R\$ 1.400,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Meio Ambiente

Atividade: 4.017 - Manutenção do FUMDEA

(467) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Material Permanente
R\$ 6.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 - Saneamento Geral

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(71) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Vencimentos e Vant Fixas - PC
R\$ 3.500,00

(73) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais Inst de Prev
R\$ 9.500,00

(75) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 11.000,00

(77) 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material, Bem ou Serv p/Distr.
Grat R\$ 15.000,00

(80) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PJ
R\$ 22.000,00

(82) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contr.
R\$ 5.000,00

(85) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Material Permanente
R\$ 12.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto N° 328/2013

DECRETO N° 0328, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3266, de 28 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 04 - Saneamento Geral

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(criar) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações
R\$ 120.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

(85) 3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp Locomoção
R\$ 2.000,00

(88) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PJ
R\$ 12.000,00

Atividade: 4.007 - Departamento de Receita Tributação/Fiscalização

(96) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PJ
R\$ 12.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(178) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PF
R\$ 6.600,00

(182) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contr
R\$ 2.000,00

(185) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Material Permanente
R\$ 1.400,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 - Meio Ambiente

Atividade: 4.017 - Manutenção do FUMDEA

(467) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Material Permanente
R\$ 6.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 - Saneamento Geral

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(71) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Vencimentos e Vant Fixas - PC
R\$ 3.500,00

(73) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais Inst de Prev
R\$ 9.500,00

(75) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 11.000,00

(77) 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material, Bem ou Serv p/Distr. Grat
R\$ 15.000,00

(80) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv de Terceiros - PJ
R\$ 22.000,00

(82) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contr.
R\$ 5.000,00

(85) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Material Permanente
R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 329/2013

DECRETO N° 0329, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(5) 3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(13) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra
R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 330/2013

DECRETO N° 0330, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 94.505,00 (noventa e quatro mil e quinhentos e cinco reais) no orçamento vigente do SAMAE, e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção dos Serviços Administrativos

(14) 3.3.90.37.00.00.00.00.0200 - Locação de Mão-de-Obra
R\$ 6.505,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manut. e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(38) 3.3.90.37.00.00.00.00.0200 - Locação de Mão-de-Obra
R\$ 80.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de

Esgotamento Sanitário
(60) 3.3.90.37.00.00.00.0200 - Locação de Mão-de-Obra
R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção dos Serviços Administrativos

(11) 3.3.90.30.00.00.00.0200 - Material de Consumo

R\$ 6.505,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manut. e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(45) 4.4.90.51.00.00.00.0200 - Obras e Instalações

R\$ 80.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

(61) 3.3.90.39.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 331/2013

DECRETO N° 0331, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

(13) 3.3.90.32.00.00.00.0002 - Material de Distrib. Gratuita

R\$ 10.000,00

(15) 3.3.90.33.00.00.00.0002 - Passagens e Desp. Locomoção

R\$ 15.000,00

(21) 3.3.90.46.00.00.00.0002 - Auxílio-Alimentação

R\$ 140.000,00

(23) 3.3.90.91.00.00.00.0002 - Sentenças Judiciais

R\$ 10.000,00

Atividade: 2.101 - Estratégias de Saúde da Família

(41) 4.4.90.52.00.00.00.0264 - Equip. Mat. Permanente

R\$ 30.000,00

Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção SAMU

(62) 3.1.90.11.00.00.00.0257 - Venc. Vant. Fixas

R\$ 21.000,00

Atividade: 2.302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica

(116) 4.4.90.52.00.00.00.0666 - Equip. Mat. Permanente

R\$ 95.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

(7) 3.1.91.13.00.00.00.0002 - Obrigações Patronais Inst. Prev.

Prop R\$ 140.000,00

(16) 3.3.90.36.00.00.00.0002 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 6.000,00

(17) 3.3.90.37.00.00.00.0002 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 25.000,00

(24) 3.3.90.92.00.00.00.0002 - Desp. de Exercícios Anteriores

R\$ 4.000,00

Atividade: 2.101 - Estratégias de Saúde da Família

(38) 3.3.90.30.00.00.00.0264 - Material de Consumo

R\$ 15.000,00

(40) 3.3.90.39.00.00.00.0264 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 15.000,00

Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção SAMU

(66) 3.3.90.30.00.00.00.0257 - Material de Consumo

R\$ 4.000,00

(67) 3.3.90.36.00.00.00.0257 - Outros Serv. Terc. - PF

R\$ 5.000,00

(68) 3.3.90.39.00.00.00.0257 - Outros Serv. Terc. - PJ

R\$ 9.000,00

(69) 4.4.90.52.00.00.00.0257 - Equip. Mat. Permanente

R\$ 3.000,00

Atividade: 2.302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica

(132) 4.4.90.51.00.00.00.0666 - Obras e Instalações

R\$ 95.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 333/2013

DECRETO N° 0333, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.990,00 (dezoito mil e novecentos e noventa reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

(390) 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ.

R\$ 7.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manut. da Divisão de Agricultura e Pecuária
(425) 3.3.90.30.00.00.00.0100 - Material de Consumo.
R\$ 5.990,00

Unidade: 03 - FUMDEA

Atividade: 4.017 - Manutenção do FUMDEA
(463) 3.3.90.14.00.00.00.0100 - Diárias. R\$ 2.000,00
(464) 3.3.90.30.00.00.00.0100 - Material de Consumo.
R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município
(389) 3.3.90.36.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF.
R\$ 4.000,00
(392) 3.3.90.93.00.00.00.0100 - Indenizações e Restituições.
R\$ 3.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manut. da Divisão de Agricultura e Pecuária
(433) 3.3.91.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ.
R\$ 3.000,00
(435) 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente.
R\$ 2.990,00

Unidade: 03 - FUMDEA

Atividade: 4.017 - Manutenção do FUMDEA
(467) 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente.
R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Listagem Portarias

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0481, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Eliane Aparecida da Rocha. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0482, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Sibila Ursula Schlosser. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0483, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Daniele Maria Wedderhoff. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0484, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Maria Zeni Binneck Grein. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0485, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Maria Doroti Ribas Liebl. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0486, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Ana Andreza Pereira. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0487, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Daniele Vilmiz. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0488, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Larissa Gastaldi. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0489, de 18 de outubro de 2013. Concede

Licença Prêmio. Elizabeth Godescki. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0490, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Lindamir Cardoso Muhlmann. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 0491, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Joraci de Melo Beiger. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0492, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Veridiana Bayer Gaudet. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 0493, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Ane Aline Cordeiro. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0494, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Luciana Tavares Monteiro Randig. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0495, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Maria Soares Bueno. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0496, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Bernadete Maria Hubner. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0497, de 18 de outubro de 2013. Concede Readaptação Funcional. Daniele Nogueira Gonçalves. Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 0498, de 18 de outubro de 2013. Revoga Portaria/SEMED nº 0464, de 18 de setembro de 2013 que concedeu readaptação funcional à Gilson Pacheco. Vigia.
Portaria/SEMED nº 0499, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Ivete Furtado. Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 0500, de 18 de outubro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Jaqueline Stiegler. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 0501, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Kelly Grande Leal Gruber. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0502, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Mari Teresinha Pickocz Campolino. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 0503, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Maternidade. Marisete Basílio. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0504, de 18 de outubro de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Marisete Basílio. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0505, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença Maternidade. Marilene Cristina do Prado. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0506, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Nilcéia Glo-neki. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0507, de 18 de outubro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Neusa de Souza. Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 0508, de 18 de outubro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Reni Emidia Funk. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0509, de 18 de outubro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Vilmara Jaleski. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 0510, de 25 de outubro de 2013. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Aparecida Bueno de Oliveira. Secretária de Escola.
Portaria/SEMED nº 0511, de 25 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Solange Erdmann Grossl. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0512, de 25 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Marileide Silveira. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0513, de 25 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Maria Aparecida Maurer Marques. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0514, de 25 de outubro de 2013. Concede Licença Prêmio. Selma Adriana Nogueira Adriano. Professor Educação Infantil.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato de Convênio N° 008/2013

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 008/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ.

DO OBJETO: O presente Termo de Convênio tem por objeto proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos dos cursos mantidos pela doravante denominada, UNOPAR, indicados pela mesma e aceitos pela cedente do estágio, nas dependências das unidades de serviço do Município de São Bento do Sul/SC - Poder Executivo.

DA VIGÊNCIA: 09 de julho de 2013 até 31 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

MARIA ISABEL ANDRADE COGO, pela UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ.

Extrato de Convênio N° 011/2013

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 011/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

DO OBJETO: O presente Termo de Convênio tem por objeto proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos dos cursos mantidos pela doravante denominada, SENAC, indicados pela mesma e aceitos pela cedente do estágio, nas dependências das Unidades Sanitárias de Saúde do Município de São Bento do Sul/SC - Poder Executivo.

DA VIGÊNCIA: 02 anos, a contar de 13 de setembro de 2013.

São Bento do Sul, 13 de setembro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

ALEX LUIZ MARIANO, pelo SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

Edital Processo Seletivo N° 12/2013

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 012/2013

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, abre inscrição para o Processo Seletivo de Formação de Cadastro Reserva para eventual contratação temporária, conforme dispõem o art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal nº 2.397, de 09 de setembro de 2009 e legislação vigente.

1. DOS CARGOS

O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento do cargo de:

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Médico Clínico Geral	40	R\$ 9.351,80	Ensino Superior no curso específico e inscrição no Órgão de Classe da Região e conhecimento básico em informática.
Médico Angiologista	40	R\$ 9.351,80	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no Órgão de Classe da Região e conhecimento básico em informática

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Médico Cardiologista	40	R\$ 9.351,80	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no Órgão de Classe da Região e conhecimento básico em informática.
Médico Generalista ESF	40	R\$ 9.351,80	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no Órgão de Classe da Região e conhecimento básico em informática.
Médico Auditor	40	R\$ 9.351,80	Ensino Superior no curso de especialização na área de auditoria em saúde, inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.

*Valor referente 40 horas semanais – o vencimento é proporcional a carga horária.

Para o preenchimento da ficha de inscrição será necessário anejar as seguintes fotocópias:

Cédula de Identidade;

C.P.F;

Diploma de Habilitação;

Fotocópia da Carteira expedida pelo conselho profissional;

Comprovante de tempo de serviço na área, se houver;

Certidão Casamento e nascimento filhos ou comprovante de adoção.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 01 à 11 de novembro de 2013, no Departamento de Recursos Humanos, Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC, no horário de expediente da Prefeitura das 8:00 h às 17:00 h.

O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Serão aprovados os candidatos que apresentarem os documentos requeridos neste edital e estes serão classificados na ordem da pontuação obtida segundo os critérios abaixo:

4.1 Tempo de inscrição no CRM:

- De 01 ano a 05 anos: 05 pontos
- De 06 anos e 11 anos: 10 pontos
- De 12 anos e 17 anos: 15 pontos
- De 18 anos e 22 anos: 20 pontos
- De 23 anos e 28 anos: 25 pontos
- Acima de 28 anos: 30 pontos

4.2 Tempo de serviço médico no exercício de cargo público ou emprego público:

- Até 05 anos: 2,5 pontos
- De 06 anos e 10 anos: 5,0 pontos
- Acima de 10 anos: 7,5 pontos

4.3 Aprovação em concursos públicos ou testes seletivos: 2,0 pontos, em cada processo ou concurso aprovado.

4.4 A ordem classificatória se dará pela somatória dos pontos, com desempate a favor do candidato mais idoso;

4.5 Os candidatos classificados serão, pela ordem, oportunamente chamados para confirmar sua intenção de ingressar no emprego

do quadro para o qual se inscreveram;

4.6 Do resultado da aprovação e da classificação, os recursos deverão ser através de requerimento, que deverá ser protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no horário de expediente, dirigido à Comissão do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação dos resultados, através de requerimento fundamentado, indicando com precisão os pontos de objeto da revisão.

4.7 Não serão admitidos pedidos de recurso interposto por via postal, fax ou internet.

4.8 A classificação do candidato no Processo Seletivo não assegura o direito ao ingresso automático no cargo ou emprego, apenas a expectativa de ser admitido, segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato, condicionada à observância de disposições legais.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo;

5.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata terá a inscrição cancelada e serão anulados todos os atos dela decorrentes;

5.3 O presente Processo Seletivo, com a respectiva classificação, terá a validade de 01 (um) ano a contar da data de homologação;

5.4 As publicações estarão no quadro de Editais da Prefeitura Municipal e na página de internet do Município: www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.5 A aprovação e classificação no certame não garante a contratação do profissional, vez que a seleção prestada é para preenchimento de cadastro de reserva. Ocorrendo alguma das hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público previstas na Lei Municipal 2.397/2009 o candidato aprovado será chamado para contratação temporária consoante a ordem de classificação e validade do Processo Seletivo.

5.6 Na hipótese do item anterior, o candidato será notificado a comparecer no Departamento de Recursos Humanos e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a documentação exigida no item 5.10, assinar o contrato de trabalho temporário e dar início ao exercício profissional.

5.7 O não comparecimento no prazo acima é desistência tácita, acarretando a convocação do próximo candidato, segundo a ordem de classificação, sendo vedado à Administração Municipal alterar a ordem de classificação, incluindo o chamado "reposicionamento para final de lista".

5.8 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão admitidos no regime da Consolidação das Leis do Trabalho e sob as regras da Lei Municipal 2.397/2009

5.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial.

5.10 A documentação exigida do candidato, que deverá ser apresentada no prazo do item 5.6 sob pena de desistência tácita:

- * 01 foto 3x4;
- * Carteira de trabalho;
- * Exame pré-admissional que comprove a capacidade física e mental para o exercício das funções (A critério do Médico do Trabalho responsável pelo exame pré-admissional, poderão ser requisitados exames complementares);
- * declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
- * declaração de que não percebe aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
- * declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- * declaração de bens que constituem o seu patrimônio;
- * Certidões negativas Crime e Fiscal – acessar o site www.tj.sc.gov.br;
- * Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe

(autenticado).

- * Registro no Conselho da Classe da Região (autenticado).
- * fotocópia cédula de identidade;
- * fotocópia do C.P.F.;
- * fotocópia do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- * fotocópia da certidão de nascimento, e ou, casamento;
- * fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes e da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- * fotocópia do atestado de frequência escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- * fotocópia do certificado de alistamento militar;
- * fotocópia do comprovante de residência do MÊS ATUAL;
- * fotocópia autenticada (ou cópia com apresentação do original no ato da posse) do diploma de conclusão de curso (conforme o nível de ensino exigido para o cargo);
- * fotocópia da carteira de vacina contra Rubéola;
- * fotocópia do cartão PIS/PASEP e sua data de cadastro;
- * fotocópia da carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
- * fotocópia dos documentos que comprovem o atendimento aos pré-requisitos exigidos para cada cargo.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

Dados e Texto de Convênio

MÊS/ANO: Outubro/2013

NÚMERO DO CONVÊNIO: Prefe 012/2013 de 14/10/2013

DATA CONVÊNIO: 14/10/2013

DESCRIÇÃO: Este Convênio/Termo de Doação Com Encargos, que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Prefeitura Municipal de São Domingos (SC), tem por objetivo a doação de bens, cujas características são as constantes no anexo deste Termo - Resumo Operacional do Termo, para desenvolver ações de fortalecimento do Conselho Tutelar instalado no Município.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC N. 29.784-B

DOADORA: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

CNPJ: 05.478.625/0001-87

DONATÁRIA: Município de São Domingos - SC

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 14/10/2023

São João do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 1.693 de 29 de Outubro de 2013

LEI Nº 1.693 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. O Orçamento do Município de São João do Sul, para o exercício financeiro de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014 a 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, são as identificadas no Anexo I desta LEI.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas nos anexos II e III desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, previsão para, 2013, 2014, 2015 e 2016, com justificativa da estimativa para 2014, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise

da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observada a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde contemplarão recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo III.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2014 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a valores correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos

de que trata a Portaria STN n° 163/2001.

Parágrafo único. Para melhor adequar a execução do orçamento da Despesa, poderá ser efetuada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro da mesma categoria de programação, assim entendida, cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais. (Art. 167, VI da CF).

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27. - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou

benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 29 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.694 de 29 de Outubro de 2013

LEI Nº. 1.694 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a aquisição por desapropriação, amigável ou judicial, de terreno necessário à construção de uma área escolar no Distrito de Vila Conceição, neste Município e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 12, XXXVI e o art. 16, XIII da Lei Orgânica do Município de São João do Sul, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir um imóvel rural por desapropriação, amigável ou judicial, de propriedade de Dorgel Germano Cardoso e Araci Cardoso, situado no lugar Vila Conceição, no Município de São João do Sul, SC, com a área de 4.916,00m² (quatro mil novecentos e dezesseis metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do Ponto 01 localizado no vértice mais a Norte e mais a Oeste da área em estudo, situado entre a Dorgel Germano

Cardoso e Rua Antônio Prudêncio Rocho, com coordenadas U.T.M. aproximadas Norte 6767920.1901 m e Leste 620611.5152 m, segue confrontando com Rua Antônio Prudêncio Rocho seguindo com ângulo interno de 105°33'45" e distância de 82,00 m, chega-se ao Ponto 02, segue confrontando com Espólio de Bernardina Cardoso Caetano, com ângulo interno de 74°31'43" e distância de 62,36 m, chega-se ao Ponto 03, segue confrontando com Dorgel Germano Cardoso seguindo, com ângulo interno de 105°12'37" e distância de 82,00m, chega-se ao Ponto 04, deste segue confrontando com Dorgel Germano Cardoso seguindo, com ângulo interno de 74°41'54" e distância de 62,00 m, chega-se ao Ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Para pagamento do imóvel será considerado o Laudo da Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 138 de 17 de outubro de 2013, no valor de R\$ 40.035,31 (quarenta mil, trinta e cinco reais e trinta e um centavos).

Parágrafo Único - A quantia da transação corresponde ao valor de mercado do imóvel, conforme comprova o Laudo de Avaliação que faz parte integrante dessa Lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - O imóvel a ser adquirido destina-se à construção de uma área escolar, no Distrito de Vila Conceição, neste Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 29 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.695 de 29 de Outubro de 2013

LEI Nº. 1.695 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a aquisição por desapropriação, amigável ou judicial, de terreno necessário à ampliação de área escolar no Distrito de Vila Santa Catarina, neste Município e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 12, XXXVI e o art. 16, XIII da Lei Orgânica do Município de São João do Sul, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir um imóvel urbano, por desapropriação amigável ou judicial, de propriedade de José Souza Pereira e Terezinha de Souza Pereira, situada na Rodovia SC 450, no distrito de Vila Santa Catarina, Município de São João do Sul - SC, com a área de 5.035,66 m² (cinco mil, trinta e cinco metros e sessenta e seis centímetros quadrados), que faz parte integrante do lote nº onze (11) da quadra nº quatorze (14), com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do Ponto 01 localizado no vértice mais a Norte e mais a Oeste da área em estudo, situado entre José Souza Pereira e Rodovia SC - 450, com coordenadas U.T.M. aproximadas Norte 6769810.3024 m e Leste 613428.7139 m, segue confrontando com Rodovia SC - 450 seguindo com ângulo interno de

113°07'09" e distância de 13,08 m, chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando Prefeitura Municipal de São João do Sul, com ângulo interno de 66°51'52" e distância de 84,07 m, chega-se ao Ponto 03, segue com ângulo interno de 270°51'43" e distância de 90,00m, chega-se ao Ponto 04, deste segue confrontando com Herdeiros de Leonir Learcino Maciel seguindo, com ângulo interno de 89°11'34" e distância de 50,94m, chega-se ao Ponto 05, deste segue confrontando com José Souza Pereira seguindo, com ângulo interno de 78°23'40" e distância de 104,15 m, chega-se ao Ponto 06, deste segue confrontando com José Souza Pereira seguindo, com ângulo interno de 101°34'02" e distância de 107,66m, chega-se ao Ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Para pagamento do imóvel será considerado o Laudo da Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 140 de 17 de outubro de 2013, no valor de R\$ no valor de R\$ 98.698,94 (noventa e oito mil seiscentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos).

Parágrafo Único - A quantia da transação corresponde ao valor de mercado do imóvel, conforme comprova o Laudo de Avaliação que faz parte integrante dessa Lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - O imóvel a ser adquirido destina-se à ampliação de área escolar no Distrito de Vila Santa Catarina, neste Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 29 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.696 de 29 de Outubro de 2013

LEI Nº. 1.696 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR BEM IMÓVEL POR DOAÇÃO SEM ENCARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 12, XXXVI e o art. 16, XIII da Lei Orgânica do Município de São João do Sul, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir um terreno rural, por doação sem encargo, em favor do Município de São João do Sul, de propriedade de Romualdo Bauer Pereira e Maria Marlene de Vargas Pereira, situado no lugar Glorinha, distrito e Município de São João do Sul/SC, com a área de 2.118,70m² (dois mil, cento e dezoito metros e setenta decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do Ponto 01 localizado no vértice mais a Norte e mais a Oeste da área em estudo, situado entre a Servidão e Romualdo Bauer Pereira, com coordenadas U.T.M. aproximadas Norte 6762042.8696 m e Leste 612625.5192 m, segue confrontando com Romualdo Bauer Pereira seguindo com ângulo interno de 90°00'00" e distância de

35,00 m, chega-se ao Ponto 02, segue com ângulo interno de 89°58'52" e distância de 61,09 m, chega-se ao Ponto 03, segue com ângulo interno de 88°13'50" e distância de 35,00m, chega-se ao Ponto 04, deste segue confrontando com Servidão seguindo, com ângulo interno de 91°47'18" e distância de 60,00 m, chega-se ao Ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - O imóvel a ser adquirido por doação está avaliado em R\$ 19.831,03(dezenove mil, oitocentos e trinta e um reais e três centavos), conforme Laudo da Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 141 de 17 de outubro de 2013.

Parágrafo Único - A quantia da transação corresponde ao valor de mercado do imóvel, conforme comprova o Laudo de Avaliação que faz parte integrante dessa Lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - O imóvel será incorporado ao patrimônio do município pelo valor de sua avaliação, ou seja, por R\$ 19.831,03 (dezenove mil, oitocentos e trinta e um reais e três centavos) e, será destinado à construção de uma área esportiva escolar, na localidade de Glorinha, neste Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 29 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.697 de 29 de Outubro de 2013

LEI Nº. 1.697 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder para o Estado de Santa Catarina, inscrito sob CNPJ n.º 82.951.229/0001-76, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.509.770/0001-88, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o direito de uso de um terreno urbano, sem benfeitorias, situado à Avenida Nereu Ramos, no Município de São João do Sul, com a área ideal de 900,00m² (novecentos metros quadrados), dentro da área geral de 3.330,00m² (três mil, trezentos e trinta metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: frente a NOROESTE, na extensão de 30,00m com a Rua Egídio João de Barros; fundos a SUDESTE, na extensão de 30,00m, com a área remanescente da mesma matrícula; a SUDOESTE, na extensão de 30,00m com a área remanescente da mesma matrícula; e a NORDESTE, na extensão de 30,00m, sendo que 25,30m confrontando com o lote nº 307 da Quadra 22 e, 4,70m confrontando com o lote nº 332 da Quadra 22, de acordo com a inscrição imobiliária do Município.

O imóvel encontra-se matriculado sob o n.º 2.079, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC.

Art. 2º - A cessão de que trata o Art. 1º é feita a título gratuito e destina-se à construção de um Centro - DIA, no Município.

Art. 3º - O imóvel objeto da cessão de uso deverá ser utilizado exclusivamente de acordo com a finalidade prevista no Art. 2º, devendo a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação dar-lhe a destinação devida e responsabilizar-se por mantê-lo em perfeito estado de conservação.

Art. 4º - A cessionária restituirá, ao término do prazo estabelecido no Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, o bem cedido em perfeito estado de conservação, constante no Termo de Recebimento, depois de realizada a devida conferência no imóvel e seu estado de conservação pelo cedente.

Art. 5º - Fica estipulada a possibilidade da prorrogação mediante Termo Aditivo.

Art. 6º - Constitui parte integrante desta Lei, na forma de Anexo, certidão da Matrícula n.º 2.079, do CRI de Santa Rosa do Sul - SC, projeto Arquitetônico da SST - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e Minuta do Termo de Cessão de Bem Imóvel.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 29 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 1.605/2013

DECRETO Nº 1605/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, ELISIANI CRISTINA DE SOUZA DE FREITAS NORONHA do cargo de Vice Reitora Administrativa - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.606/2013

DECRETO N° 1606/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora VERA REGINA LUCIO para exercer o cargo em comissão de Vice Reitora Administrativa - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.608/2013

DECRETO N° 1608/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, GUSTAVO FELIPE CARVALHO CAVIQUIO-NI, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.609/2013

DECRETO N° 1609/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, CARLOS ALBERTO VIEIRA, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.616/2013

DECRETO N° 1616/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor, GILSON GONZAGA DOS SANTOS, matrícula nº 17.565, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.617/2013

DECRETO N° 1617/2013

CESSA EFEITOS DO DECRETO 1285/2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 1285, de 19 de agosto de 2013, que concede ao GUIDO LUIZ HINCKEL, matrícula nº 699 a função gratificada de Diretor de Diretoria, nível FG-DI.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.618 /2013

DECRETO N° 1618 /2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, RICARDO DE FARIAS, para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo - CCM 4, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.619 /2013

DECRETO N° 1619 /2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, RUANITO DA SILVA, para o cargo em comissão de Assessor II Administrativo - CCM 2, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.620 /2013

DECRETO N° 1620 /2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, CAROLINA LONGO DIAS, para exercer o cargo de Coordenador de Saúde Mental - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.621/2013

DECRETO N° 1621/2013

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", MARINÊS ALIABE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 575, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.622/2013

DECRETO N° 1622/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, GUIDO LUIZ HINCKEL, para o cargo em comissão de CONTADOR GERAL - CCM 09, com lotação na Secretaria de Finanças, nos termos da Lei Complementar N.º 058 de 21 de outubro de 2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.623/2013

DECRETO N° 1623/2013

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013 da Secretaria de Administração;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA
Adriano Borba Muler	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Bianca Salése da Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Cintia da Cunha	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Clarissa Rodrigues de Oliveira	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Claudia Andreia da Silveira Bach	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Cláudia Helena Mariano de Souza	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Claudia Regina Machado	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Claudia Regina Matias	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Cristiane Hoepers Pulcena	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Dalton Jose dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Eliane Pacheco Costa Hackbarth	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Eliza Izabel Schmitz de Souza	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Eunice dos Santos Costa	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Fernando Rosa Martins	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Gabriela Iona Correa	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Gislaine Martins dos Santos Carvalho	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Heloisa Pires de Lima	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Inês Medeiros da Rosa	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Isabela Da Silva Pereira	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Jacira Maria Iachitzki da Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Janice Terezinha Velter Medeiros	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Julio Cesar Antonini	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Kelly Sione Nunes	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Lígia Beltrame da Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S

Lúcia de Souza Raulino Schmitz	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Luivanete Martins da Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Luiz Carlos Dams	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Lurcineia Bosquetti	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Marceli Terezi- nha de Olivei- ra Machado	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Marcos An- tonio Pereira Junior	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Maria Apareci- da de Souza	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Maria de Fati- ma Ricardo da Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Maria de Lourdes do Nascimento	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Maria Marga- rete Ribeiro Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Marilucia Rosa Palacios	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Marli Neide da Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Marli Stefens Gorges	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Myneia Regina Boemer	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Neiva Maria Haas	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Neiva Solange Knecht	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Ramonn Duarte	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Regina de Oliveira Reis	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Roseli Neckel	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Rosimeri Viei- ra Costa	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Salete de Fatima Souza Wolff	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Samara Correa da Cunha	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Sayonara Ricardo de Amorim	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Solange de Fatima Marangoni Novelletto	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Sonia Maria Pereira Santos	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Tania Regina de Oliveira Bastos	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Vinicius Cons- tante Hames	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S

Silvana Silva	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S
Cláudia Odete da cunha Tabacki	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Cleia Dalvira Joaquim	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Dayana Karo- line da Concei- ção Vilela	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Gisele Cristine Ferreira	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Marcela Apa- recida Borba de Almeida	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Márcia Viana	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Silvano An- selmo	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Marilene de Souza Oliveira	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Marisa Rita Andreolla Schmitt	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Nicoli Karoline Rodrigues	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Raquel Paula da Silva Rodri- gues	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Rosélia Pereira da Silva	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Silvana Angeli- na Domingos	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Silvani da Silva	Agente de Serviços Gerais	Assistência social	01/11/2013	40H/S
Brenda Schap- po Muniz	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Julian Rodri- gues Martins	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Denise Romil- da Quintino	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Franciele Bor- ges Moreira	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Giovana Rosa	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Jaqueline Gesser	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Maria Verônica Medeiros	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Maria Sueli Gesser Kretzer	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Sabrina Sousa dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Vanessa Men- donça Thomaz	Agente de Serviços Gerais	Saúde	01/11/2013	40H/S
Jose Carlos Antonini	Agente de Serviços Gerais	Segurança	01/11/2013	40H/S
Margaret Weber Vieira	Agente de Serviços Gerais	Segurança	01/11/2013	40H/S
Rosangela Faustino	Agente de Serviços Gerais	Segurança	01/11/2013	40H/S
Vera Lucia Machado	Agente de Serviços Gerais	Segurança	01/11/2013	40H/S
Cibelly Maria- no Fernandes	Agente de Serviços Gerais	Infraestrut- tura	01/11/2013	40H/S
Deyse Terezi- nha Moreira	Agente de Serviços Gerais	Infraestrut- tura	01/11/2013	40H/S

Fernanda Espindola	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Fernando Air Casagrande Rafaéli	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Fernando Souza	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Janete Aparecida da Silveira Ferreira	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Jorge Severino dos Reis	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Márcia Terezinha Specht	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Roberta Ferletti do Amaral	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Sandra Luciani de Borba Lisboa	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Sergio de Souza Dutra	Agente de Serviços Gerais	Infraestrutura	01/11/2013	40H/S
Abigail Santiago Cardoso	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Daniel Costa Euzébio	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Danuza Mara Faversoni	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Elionara Cardoso Lopes	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Emerson Carlos de Souza	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Euro tadeu Ezequiel	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
India Nara da Conceição	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Jair Bueno Júnior	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Jorge Luis dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Leonardo Mariano Fernandes	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Michele Souza Pereira	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Thiago Carlos dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Administração	01/11/2013	40H/S
Kátia Cilene Dias	Agente de Serviços Gerais	Gabinete da Prefeita	01/11/2013	40H/S
Patrícia Clécia Fransceschina	Agente de Serviços Gerais	Educação	01/11/2013	40H/S

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.624/2013

DECRETO N° 1624/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, DIEGO MARCEL DOS SANTOS, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.625/2013

DECRETO N° 1625/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, VERA LÚCIA CHEIFFER, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.626/2013

DECRETO N° 1626/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, RACHEL GARBELOTTO TEIXEIRA, ocupante do cargo de Direção III de CEI - CCM - 6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.627/2013

DECRETO N° 1627/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, LILIAN LÍDIA WOJCIKIEWICZ DUARTE SILVA para exercer o cargo de Diretor III de CEI - CCM - 6, com lotação na Secretaria da Educação, nos termos da Lei nº 4.783/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.628/2013

DECRETO N° 1628/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, RONITA ROSINA KOERICH KLINGELFUS, ocupante do cargo de Direção III de CEM - CCM - 6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.629/2013

DECRETO N° 1629/2013

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013 da Secretaria de Administração;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

Nome	Função	Lotação	Data Admissão	CARGA HORÁRIA
Suzana Carla Schutz de Oliveira	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Tchaia Yasca- ra Simão de Oliveira	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Julia Martins Rabelo	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Graziane Caroli- na Maria	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Olga Maria Verissimo	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Jaci Andrade	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Valmira de Sou- za Hermann	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Ana Paula Melo Medeiros	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Eliane Ogg	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Zenilda Apareci- da dos Santos	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Cristiane Fer- reira	Agente Serviços Gerais	Fund. Meio ambiente	04/11/2013	40H/S
Gisele Beatriz Paiva	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S

Rodrigo Deodato Alves	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Julio Alcantara Paradedá Filho	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Francisco Moacir Barbosa	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Tatiana Jerôni- mo Cardoso	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Renilda Gran- geia da Silva	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Rita Duarte de Souza	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Adriana Batista de Oliveira	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Adriana Aparecia Matos	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Daiana Melo	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Rute Aparecida Martins	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Cibeli Defreyn	Agente Serviços Gerais	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Allan Jones Moraes Funes	Motorista	Sec. Assis- tência Soc.	04/11/2013	40H/S
Priscila Macario da Costa	Agente Serviços Gerais	Sec. Infraes- trutura	04/11/2013	40H/S
Alessandro Li- nhares Pereira	Agente Serviços Gerais	Sec. Infraes- trutura	04/11/2013	40H/S
Romário João Mariano	Agente Serviços Gerais	Sec. Infraes- trutura	04/11/2013	40H/S
Djalma Souza	Agente Serviços Gerais	Sec. Infraes- trutura	04/11/2013	40H/S
José Valmor Ferreira Nunes	Agente Serviços Gerais	Sec. Infraes- trutura	04/11/2013	40H/S
Ronaldo João Mariano	Agente Serviços Gerais	Sec. Infraes- trutura	04/11/2013	40H/S
Maria Suzana Périco	Agente Serviços Gerais	Sec. Saúde	04/11/2013	40H/S
Jilsoni Antônio Coelho	Motorista	Sec. Saúde	04/11/2013	40H/S
Gabriel Werlich Coelho	Motorista	Sec. Saúde	04/11/2013	40H/S
Rosangela Lino	Agente Serviços Gerais	Sec. Segu- rança	04/11/2013	40H/S
Terezinha Ma- zzuco Vinter	Agente Serviços Gerais	Sec. Segu- rança	04/11/2013	40H/S
Sérgio Ricardo Pereira	Agente Serviços Gerais	Sec. Admi- nistração	04/11/2013	40H/S
Simone Ribeiro Fernandes	Agente Serviços Gerais	Sec. Adminis- tração	04/11/2013	40H/S
Juliano de Souza Franco	Agente Serviços Gerais	Sec. Admi- nistração	04/11/2013	40H/S
Camila Batista	Agente Serviços Gerais	USJ	04/11/2013	40H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.630/2013

DECRETO N° 1630/2013

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62 da Lei Orgânica municipal, c/c o art. 4º e seguintes da Lei Municipal nº 3.336/99,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente passará a ser composto pelos membros abaixo nominados, aos quais passam a ser conferidos todos os poderes previstos pela Lei Municipal n.º 3.336/99:

MEMBROS TITULARES:

PRESIDENTE - EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA - Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS;
ADEMIR ROSA - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
RODRIGO ANDRADE - Representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social;
THAÍS FARIAS DE SOUZA - Representante da Procuradoria Geral do Município;
JOSÉ RENATO RAMOS - Representante da Secretaria de Serviços Públicos.
MAURÍCIO LUCENA - Representante da EPAGRI;
MAJOR JARDEL CARLITO DA SILVA - Representante da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina;
JOSÉ MAURI BASTOS - Representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
JUDAS TADEU BALDESSAR - Representante da AEMFLO;
VANDERLEIA MARTINS LOHN - Representante da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI;
KARLA REGINA PEITER - Representante do Centro Universitário Estácio de Sá;
CLÁUDIO INÁCIO SCHUCK - Representante das Associações Comunitárias; e
FERNANDA MARIA DE FELIX VANHONI - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA _SC.

MEMBROS SUPLENTE:

JAILTO DANDOLINI BEZ FONTANA - Superintendente adjunto da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS;
GEORGEANA DARIUS ÁVILA BAYER - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
PEDRO FRANCISCO DA SILVA ROSA - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social;
CARINA BONASSA - Representante da Procuradoria Geral do Município;
LUIZ PAULO CARDOSO FARIA - Representante da Secretaria de Serviços Públicos;
IRINEU ANTÔNIO MERINI - Representante da EPAGRI;
SUB TENENTE ÊNIO SÉRGIO NEDOCHEKTO - Representante da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina;
PERY FERNANDO FORNARI FILHO - Representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
RAFAEL KRETZER ALTHOFF - Representante da AEMFLO;
ALESSANDRO MUELLER - Representante da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI;
MONICA MORAES GODOY - Representante do Centro Universitário Estácio de Sá;
LUIZ CARLOS DA SILVA - Representante das Associações Comunitárias; e
ROBERTA MASS DOS SANTOS - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA _SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.631/2013

DECRETO N° 1631/2013

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62 da Lei Orgânica municipal, c/c o art. 6º e seguintes da Lei Municipal nº 3.048/97,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS, passará a ser composto pelos membros abaixo nomeados, aos quais passa a ser conferido todos os poderes previstos na Lei Municipal nº 3.048/97 e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 6.434/97:

MEMBROS TITULARES:

PRESIDENTE - EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA - Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS;
TANIA REGINA JANESCH WOLF - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
ADEMIR ROSA - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO - Secretário Municipal de Administração;
JUDAS TADEU BALDESSAR - Representante da AEMFLO.; e
PAULO VITORINO SILVA - Representante das Associações Comunitárias.

MEMBROS SUPLENTE:

JAILTO DANDOLINI BEZ FONTANA - Superintendente adjunto da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS;
CINTHIA REGINA PERSIKE - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
GEORGEANA DARIUS ÁVILA BAYER - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
MANOEL PORTO LAGO - Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Administração;
VALDOIR DUARTE - Representante da AEMFLO; e
JOSÉ SÉRGIO DA SILVA FILHO - Representante das Associações Comunitárias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Portaria N° 11, de 04 de Outubro de 2013

PORTARIA N° 11, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados no licenciamento ambiental, acerca dos Centros de Desbacterização de Corpos, na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ- FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13, V da Lei Municipal n° 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

Considerando a necessidade de regulamentação dos aspectos essenciais relativos ao processo de licenciamento ambiental de Centros de Desbacterização de Corpos - Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS;

RESOLVE:

Art. 1º Todo o procedimento de licenciamento ambiental que envolva a atividade de "Desbacterização de Corpos", será realizado mediante o cumprimento das orientações constantes na Instrução Normativa n° 20, desta Fundação:

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, seus efeitos têm aplicabilidade imediata e estão revogadas todas as normas internas em conflito.

São José, 04 de outubro de 2013.

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA

Superintendente da FMADS

Decreto Municipal n° 696/2013

Abertura da Tomada de Preços N° 008/2013

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 008/2013 - Processo n° 153/2013 Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para prestação de serviços continuados de consultoria, assessoria técnica, implantação, suporte técnico e manutenção de ambiente de TI constituído por sistemas e serviços de rede em operação no data Center da Prefeitura de São José (PMSJ). ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 05 de dezembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 05 de dezembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

Abertura da Tomada de Preços N° 016/2013

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 016/2013 - Processo n° 270/2013 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução de reformas no Parque dos Sabiás, em São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 06 de dezembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 06 de dezembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

Edital da Concorrência N° 004/2013

EDITAL DA CONCORRÊNCIA N° 004/2013 - Processo n° 230/2013 Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção em ruas com pavimentação asfáltica no Município de São José. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 04 de Dezembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 04 de Dezembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

Resultado do Pregão Presencial 097/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 097/2013 - Processo n° 207/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual fabricação e instalação de abrigos de passageiros com sinalização horizontal e vertical, para atender os usuários do Município de São José/SC. Contratado: Apoio Serviços de Manutenção Ltda. ME. Valor Total: R\$ 1.311.015,00 (um milhão, trezentos e onze mil e quinze reais). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Contrato/Ct: N° 234/2013

Contrato/CT: n° 234/2013 - Convite 007/2013 - Processo 179/2013 - Contratado: SC Engenharia e Tecnologia Ltda. Objeto: Contratação de empresa para elaboração dos projetos de readequação, arquitetônico, elétrico, estrutural, hidro-sanitário e preventivo de incêndio, de unidade de pronto atendimento de saúde, situada em Forquilha, São José/SC. Valor Global: R\$ 138.800,00 (cento e trinta e oito mil, e oitocentos reais). Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento, e o prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, a partir da assinatura deste contrato. Data da Assinatura do Contrato: 06 de setembro de 2013.

Termo de Distrato ao Contrato N° 124/2012

Termo de Distrato ao Contrato n° 124/2012 - CC 016/2011 - Processo 317/2011 - Empresa: More Sinalização e Construção Ltda. Objeto: Fornecimento de material de mão de obra para sinalização horizontal e vertical nas vias urbanas, contempladas com a operação Tapete Preto - Rede Viária do Município de São José/SC. Distrato: Com fundamento nos arts. 78, XII e 79, II, ambos da Lei n° 8.666/1993, decidem as partes de comum acordo acatar o presente Termo de Distrato ao Contrato n° 124/2012. Data da assinatura: 08 de outubro de 2013.

Ata de Registro de Preços N° 068/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 068/2013 - PE 003/2013 - Processo 142/2013 - Fornecedores: Racine Comercial Ltda - EPP (Itens 7 a 11, 22, 23, 30 e 31); Marconi Kirch EPP (Itens 6, 13 a 15, 21, 25, 26, 35 e 36); HP & E Comercial Ltda EPP (Itens 16, 32 e 33); Luiz Fernando Sebold ME (Item 24); Jeferson da Silveira ME (Itens 1 a 5); Elisvandia Matos Donini ME (Itens 12, 17 a 20, 28, 29, 34, 37 e 38); Hamilton Machado ME (Item 27). Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais permanentes para a Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor por Item: Itens 7 a 11, 22, 23, 30 e 31 - R\$ 43.099,90 (quarenta e três mil, noventa e nove reais e noventa centavos); Itens 6, 13 a 15, 21, 25, 26, 35 e 36 - R\$ 84.893,79 (oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos); Itens 16, 32 e 33 - 21.718,00 (vinte e um mil, setecentos e dezoito reais); Item 24 - R\$ 8.671,94 (oito mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e quatro centavos); Itens 1 a 5 - R\$ 145.060,00 (cento e quarenta mil, e sessenta reais); Itens 12, 17 a 20, 28, 29, 34, 37 e 38 - R\$ 32.970,00 (trinta e dois mil, novecentos e setenta reais); Item 27 - R\$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais). Valor Global: R\$ 340.963,63 (trezentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura da Ata: 19 de setembro de 2013. Vera Suely de Andrade/ Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços N° 072/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2013 - PE 022/2013 - Processo 203/2013 - Fornecedor: TRACTON Indústria e Comércio Ltda. EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa

para eventual fornecimento de divisórias e materiais complementares com instalação, para serem utilizadas pelas Secretarias, Autarquia, Fundo e Fundações da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Global: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 01 de outubro de 2013.
VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Resolução CMAS N°. 012 de 29 de Outubro de 2013.

Resolução CMAS n°. 012 de 29 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Exercício 2012 dos Serviços/Programas, IGD/PBF e IGD/SUAS do município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante com os termos da Lei Federal n°. 8.742/93, alterada pela Lei n° 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei N° 2.010, de 23 de Maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais n° 1.040, de 21 de outubro de 1996 e n° 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião Ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2013 e;

Considerando:

As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social - 8.742/1993;

As normativas que dispõe sobre a aplicação de recursos do IGD/PBF, IGD/SUAS, Serviços /Programas;

As prioridades do município para aprimoramento dos serviços vinculados ao Cadastro Único;

A disposição orçamentária e financeira do exercício de 2012;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Exercício 2012 do Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF, IGD/SUAS e PROGRAMAS/SERVIÇOS do município de São Lourenço do Oeste em reunião ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2013, registrada a aprovação na ata de n°. 012/2013 deste Conselho, tendo em vista o mesmo estar de acordo com o preconizado na legislação, dando parecer favorável conforme disposto nos itens a seguir:

- Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGD, todos os princípios exigidos pela legislação aplicados a administração pública;

- Todas as atividades executadas foram feitas nos termos das Portarias que regulamentaram os referidos recursos;

- Os recursos alocados na gestão do Programa Bolsa Família foram utilizados nas finalidades para os quais foram disponibilizados;

- O município realiza uma adequada gestão das condicionalidades

do Programa Bolsa Família, realizada de forma intersetorial, compreendendo as atividades necessárias para o registro da informação da frequência escolar, da agenda da saúde, e a sistematização e análise dessas informações;

- A gestão local desenvolve ações adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias e atualização e revisão dos dados contidos no Cadastro Único referente aos cidadãos residentes no município.

Art. 2º Aprovar a prestação de contas para o exercício de 2012 do Índice de Gestão Descentralizada - IGD/PBF, IGD/SUAS e dos SERVIÇOS E PROGRAMAS tendo como parecer favorável com deliberação pela aprovação total dos recursos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 29 de outubro de 2013.

ITAMAR FERNANDES

Presidente CMAS/SLO

Resolução do CMAS N° 730; 11 de 29 de Outubro de 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CMAS.

Resolução do CMAS N° 730; 11 de 29 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social/2014-2017, do município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Lourenço do Oeste - CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n°. 1.040 de 21 de outubro de 1996 e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2013;

Considerando:

As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social n°. 8.742/1993;

A NOB/SUAS - Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social;

A Resolução CNAS n°. 109 que tipifica nacionalmente os serviços socioassistenciais;

As Portarias, guias e instrumentos normativos do governo federal que dispõem sobre a aplicação dos recursos repassados aos municípios.

Art. 1: Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social/2014-2017, do município de São Lourenço do Oeste.

A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 29 de outubro do corrente ano, registrada a aprovação em ata de N°. 012/2013 deste Conselho.

Art. 2; Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 29 de outubro de 2013.

ITAMAR FERNANDES

Presidente Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - SC

Portaria N° 022, de 31 de Outubro de 2013.
PORTARIA N° 022, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007;

CONSIDERANDO a constatação de irregularidade insanável no edital de abertura do Processo Licitatório nº 11/2013, modalidade Pregão Presencial nº 06/2013, objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO NATAL 2013, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SHOW, ARTISTA, SONORIZAÇÃO, SEGURANÇA, ILUMINAÇÃO E PALCO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ITENS PARA INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS MESMOS", com data de abertura designada para 04/11/2013, tendo em vista que inúmeras aquisições de materiais e serviços foram organizadas num único item, e não apresentam natureza similar, em inobservância do princípio da competitividade;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 49 da Lei de Licitações e na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

RESOLVE:

Art.1º Anular o Processo Licitatório ICSSL nº 011/2013, Pregão Presencial nº 06/2013, cujo objeto consiste na "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO NATAL 2013, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SHOW, ARTISTA, SONORIZAÇÃO, SEGURANÇA, ILUMINAÇÃO E PALCO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ITENS PARA INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS MESMOS."

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2013.
ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA
Gerente Executivo

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 013/2013, PR N° 007/2013 - IcsI
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/11/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO NATAL 2013, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE PALCO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ITENS PARA INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA E MANUTENÇÃO DAS MESMAS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA
GERENTE EXECUTIVO

Extrato da Ata do Processo Licitatório N° 036/2013 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2013 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório N° 036/2013 - Pregão Presencial N° 030/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES NA FARMÁCIA BÁSICA E CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, DA POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE.
FORNECEDOR: ANGEOMED COM. PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.607.956/0001-81.
VALOR: R\$ 5.722,00 (cinco mil setecentos e vinte e dois reais).
FORNECEDOR: DIMASTER - COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40.
VALOR: R\$ 11.625,00 (onze mil seiscentos e vinte e cinco reais).
FORNECEDOR: A.G. KIENEN E CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65.
VALOR: R\$ 3.480,80 (três mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos).
FORNECEDOR: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 94.894.169/0001-86.
VALOR: R\$ 5.350,00 (cinco mil trezentos e cinquenta reais).
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70.
VALOR: R\$ 3.290,00 (três mil duzentos e noventa reais).
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02.
VALOR: R\$ 12.215,00 (doze mil duzentos e quinze reais).
FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME - CNPJ: 04.889.315/0001-92.
VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENCE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91.
VALOR: R\$ 8.419,50 (oito mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos).
FORNECEDOR: IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.285.600/0001-18.
VALOR: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).
FORNECEDOR: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.568.558/0001-10.
VALOR: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais).
FORNECEDOR: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 94.516.671/0001-53.
VALOR: R\$ 9.130,00 (nove mil cento e trinta reais).
TOTAL: R\$ 63.787,30 (sessenta e três mil setecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013.

VIGÊNCIA: 29/10/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 304/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 304/2013

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Servidores Francisleine Kuhn Pavanati, Rosângela Maria Laurentino, Ana Flavia de Almeida e Silva, Michelle Nalovaiko e Janice de Freitas para, Sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo 001/2013.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.766/2013 de 28 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 2.766/2013 de 28 de outubro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações

R\$ 108.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000

R\$ 108.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.288/2013, de 30 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 5.288/2013, de 30 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Tatiane Ketlin Engel, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 85/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2013-PMS

PROCESSO Nº. 191/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, conservação e manutenção das áreas verdes (espaços) sob competência do Município, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de novembro de 2013 às 14h.

Abertura do Processo: 19 de novembro de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de novembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N° 84/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 84/2013-PMS
PROCESSO N° 190/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de flores, plantas, adubo químico, terra adubada, chips de madeira e veneno contra pragas para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de novembro de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 19 de novembro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de novembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Regsitro de Preços N° 86/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGSITRO DE PREÇOS N° 86/2013-PMS
PROCESSO N° 192/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Saneamento Urbano, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de novembro de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 20 de novembro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de novembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Regsitro de Preços N° 87/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGSITRO DE PREÇOS N° 87/2013-PMS
PROCESSO N° 193/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de novembro de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 21 de novembro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de novembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



Dispensa Nº 52/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 52/2013 - DL**

Processo Nr.: 90/2013
 Data: 31/10/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: CONTROLID INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE HARDWARE E SERVIÇ

Código: 12711

Endereço: RUA HIUNGRIA, 574, CONJUNTO 92, 91 E 82

Cidade: São Paulo - SP

CNPJ: 08.238.299/0001-29

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de relógio ponto para o ESF IV, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	<p>Relógios Pontos de Aproximação e Digital, com comunicação TCP/IP - QUALIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Tecnologias de identificação: o Leitor de cartões RFiD Aproximação (125kHz) compatível padrão Acura; o Leitor biométrico resistente a desgaste, riscos e alto desempenho na verificação da impressão digital (mínimo de 500DPI), com modo de verificação 1:N ou 1:1; o Sistema biométrico com recurso que permite a identificação apenas com a leitura direta do dedo no sensor ótico sem a prévia solicitação via teclado ou cartão; o Porta USB para coleta do arquivo de registro fiel das marcações realizadas pelo empregado; o Display de cristal líquido de 16 caracteres x 2 linhas com backlight ou display gráfico; o Relógio de alta precisão, com ajuste da data e hora e configuração do horário de verão; o Teclado: 10 teclas em padrão telefônico numérico e teclas adicionais de função; o Alimentação: Entrada bi-volt (110/220) a 60Hz; o Tipos de comunicação: TCP-IP 10/100Mbps nativo padrão RJ45 (não serão aceitos modelos com adaptadores TCP/IP - Serial); o Dados para autenticação do ponto deverão estar contidos em memória do equipamento, não dependendo de software externo; o Permitir o cadastro do funcionário através de software, com suporte a importação/exportação de cadastros, inclusive da digital. O cadastro da digital deverá ser possibilitado no próprio aparelho e em importado de leitores de digitais para computadores; o Cadastro de até 100 funcionários, com 2 digitais cada; o Armazenamento de registros de 100 funcionários, considerando 4 batidas por dia, em um período de 01 ano, dados que poderão ser sobrescritos após a memória cheia; o Todos os dados deverão ser armazenados em memória não volátil; o Toda comunicação com o relógio ponto para coleta de registros, cadastros, importação, exportação de dados deverá ser possível realizar através de intranet, extranet e internet, com possibilidade de agendamento de coletas automatizadas ou coleta online em tempo real no computador remoto (Setor de RH-Prefeitura). O acesso aos dados e registros do relógio ponto somente deverá ser possibilitado com autenticação com senha; o Emitir sinal sonoro ou visual do efetivo registro da marcação de ponto; o Software deverá permitir o acompanhamento do status do aparelho e configuração do mesmo para operação; o Não necessidade de software de tratamentos de registros de ponto, apenas para a extração/coleta dos registros; o Dispensados das MTE Portarias 1510/2009 e 373/2011 	UN	1.695,00	1.695,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 52/2013 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 90/2013
Data: 31/10/2013

Folha: 2/2

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

JUSTIFICATIVA

AQUISIÇÃO DE UM RELÓGIO PONTO PARA SER INSTALADO NO ESF IV, JÁ QUE O QUE ESTAVA INSTALADO NO LOCAL FOI REALOCADO NA ESF II, QUE TRATA DE UMA ESTRUTURA NOVA, VISTO QUE É UM ITEM OBRIGATÓRIO. ACONTECERAM DOIS PREGÕES QUE FORAM DESERTOS, POR ESTE MOTIVO SE TRATA DE UMA SOLICITAÇÃO DE DISPENSA.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 31 de Outubro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

23/10/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Outubro de 2013

Valor da Despesa: 1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço N° 27/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 27/2013-FMS

PROCESSO N°. 85/2013-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item e data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço n°. 27/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2- Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 18 de novembro de 2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 18 de novembro de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 27/2013-FMS
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL REFERENCIAL
------	-----------	-------	-------	--------------------	-----------------------------

01	Tubo endotraqueal nº 3,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 3.0 mm, diâmetro externo 4.7 mm, comprimento do tubo 140 mm	20	Unidade	2,49	49,80
02	Tubo endotraqueal nº 3,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 3.5, diâmetro externo 5.3 mm, comprimento do tubo: 160 mm.	20	Unidade	2,49	49,80
03	Tubo endotraqueal nº 4,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.0, diâmetro externo: 6.0, comprimento do tubo 180 mm.	20	Unidade	2,49	49,80

04	Tubo endotraqueal n° 4,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.5 mm, diâmetro externo: 6.7 mm, comprimento do tubo 220 mm.	20	Unidade	2,49	49,80
05	Tubo endotraqueal n° 5,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 5.0mm, diâmetro externo: 7.3 mm, comprimento do tubo: 240 mm.	20	Unidade	2,99	59,80
06	Tubo endotraqueal n° 5,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curva de magill que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 5,5mm diâmetro externo 8.0mm, comprimento do tubo : 260mm.	20	Unidade	2,99	59,80
07	Tubo endotraqueal n° 6,0 com cuff: - Tubo transparente, em PVC, descartável e estéril; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação oral e nasal durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 6.0 mm, diâmetro externo: 8.7mm, comprimento do tubo 280 mm.	20	Unidade	2,99	59,80
08	Tubo endotraqueal n° 6,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 6.5 mm, diâmetro externo 9.4 mm, comprimento do tubo 280mm.	20	Unidade	2,99	59,80
09	Tubo endotraqueal n° 7,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 7.0mm, diâmetro externo 10.0 mm, comprimento do tubo 300mm	20	Unidade	2,99	59,80

10	Tubo endotraqueal n° 8,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 8.0 mm, diâmetro externo 11.0 mm, comprimento do tubo 310 mm.	20	Unidade	2,99	59,80
11	Tubo endotraqueal n° 9,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.0 mm, diâmetro externo 12.3 mm, comprimento do tubo 310mm	20	Unidade	2,99	59,80
12	Tubo endotraqueal n° 9,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.5 mm, diâmetro externo 13.3 mm, comprimento do tubo 310 mm.	20	Unidade	3,66	73,24
13	Cadargo sarjado 100% algodão branco 06mm. Rolo com 100 m.	2	Unidade	22,28	44,56

14	Eletrodo cardiológico cardioclip de membros infantil, transparente fibra.	6	Unidade	38,00	228,00
15	Eletrodo cardiológico cardioclip de membros adulto, transparente fibra.	6	Unidade	30,00	180,00
16	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho infantil.	6	Unidade	28,60	171,60
17	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho adulto.	6	Unidade	12,86	77,14
18	Soro Ringer Lactato. Composição: Cloreto de Sódio – 0,60g, Cloreto de Potássio – 0,030g, Cloreto de Cálcio – 0,02g, Lactato de Sódio – 0,30g. Frascos de polietileno de 500ml.	24	Unidade	2,90	69,60
19	Fio para sutura agulhado de nylon monofilamento preto 2/0 45 cm agulha 20 mm 3/8 triangular.	96	Unidade	0,98	94,18
20	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 1. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	30	Caixa	150,00	4.500,00
21	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 3. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	30	Caixa	200,00	6.000,00
22	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 5. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	30	Caixa	330,00	9.900,00
23	Máscara descartável para procedimentos com elástico. Cor branca.	1000	Unidade	0,07	70,00
24	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho n° 18 (18 x 1,3 45mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	400	Unidade	0,65	260,00
25	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho n° 20 (20 x 1,1 x 33mm) 61 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	500	Unidade	0,65	325,00

26	Cateter Intravenoso nº22 G. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração (Permanência de até 72 horas na veia). Cateter periférico de uso único, descartável confeccionado em teflon, radiopaco. Constituído de agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, siliconizado flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, conector luer lock codificado em cores, câmara de refluxo em plástico transparente e trama da câmara de refluxo com micro-estrias. Angiocath 22G, calibre 0,8mm, comprimento: 2,5cm, cor azul. Que proporciona conexão segura com o equipo de infusão contínua e permite a infusão intermitente de medicamentos.	500	Unidade	0,65	325,00
27	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho nº 24 (24 x 0,7 x 19mm) 20ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	500	Unidade	0,65	325,00
28	Avental descartável sem manga branco dimensões 1,00 x 1,30m na gramatura de 20g hipoalergenico 100%. Pacote com 10 unidades.	500	Unidade	9,50	4.750,00
29	Equipo Multivias Adulto 2 viasLuer Lock; Composição básica Quatro extremidades proximais com conectores luer lock fêmea.Quatro extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha).Três intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. (POLIFIX 2 vias).	500	Unidade	0,58	290,00
30	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 11 cm. Nº 11.	400	Unidade	0,15	60,00
31	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 15 cm. Nº 15.	400	Unidade	0,15	60,00
32	Scapl Nº 23.	2000	Unidade	0,18	356,00
33	Atadura de crepom 6 cm x 1,20m repouso13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	3,24	1.620,00
34	Atadura de crepom 8 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	4,20	2.100,00
35	Atadura de crepom 10 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades	800	Pacote	5,40	4.320,00
36	Atadura de crepom 12 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	800	Pacote	5,16	4.128,00
37	Atadura de crepom 15 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	7,40	3.700,00

38	Atadura de crepom 20 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	8,90	4.450,00
39	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 20 x 5,5. Caixa com 100 unidades.	10	Caixa	3,99	39,90
40	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x 6. Caixa com 100 unidades.	10	Caixa	3,99	39,90
41	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 30 x 7. Caixa com 100 unidades.	10	Caixa	3,99	39,90
42	Bobinas para empacotamento de artigos odonto e hospitalares para utilização em esterilização em autoclave a vapor. Papel de grau cirúrgico e filme laminado. 80mmx10mts	10	Unidade	32,91	329,14
43	Bobinas para empacotamento de artigos odonto e hospitalares para utilização em esterilização em autoclave a vapor. Papel de grau cirúrgico e filme laminado. 120mmx100mts	30	Unidade	45,00	1.350,00
VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA 50.893,96					

Schroeder, 31 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 05/2013-PMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2013-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2013-PMS, PROCESSO Nº. 155/2013-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto de engenharia viária urbana para diversas ruas do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: GREIDE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.894.553/0001-35, estabelecida na Rodovia Augusto Hasse, nº 530, Benedito, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 55.945,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 31/10/2013 - Vigência: 31/12/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 218/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato n°. 218/2013-PMS

Processo Licitatório n°. 155/2013-PMS - Tomada de Preços n°. 05/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: GREIDE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 00.894.553/0001-35, estabelecida na Rodovia Augusto Hasse, n° 530, Benedito, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000.

Objeto: contrato consiste na contratação de empresa especializada prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto de engenharia viária urbana para diversas ruas do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor total: R\$ 55.945,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 31/10/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N° 216/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 216/2013-PMS
Processo Licitatório n°. 180/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preços n°. 78/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n°. 03.072.441.0001/97, estabelecida na Rua Jorge Lacerda, n°. 256, Galpão B, Centro Norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, turbina da, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	800	Horas	80,00	64.000,00

02	Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 1995 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	500	Horas	130,00	65.000,00
03	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira emborrachada, peso mínimo 2.700 Kg e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2006 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço)	600	Horas	85,00	51.000,00
04	Serviço de hora máquina escavadeira hidráulica peso mínimo 13.000 kg, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	700	Horas	123,00	86.100,00
TOTAL R\$ 266.100,00					

Valor total: R\$ 266.100,00 (duzentos e sessenta e seis mil e cem reais).

Data da Assinatura: 30/10/2013 - Vigência: 30/10/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N° 217/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 217/2013-PMS
Processo Licitatório n°. 180/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preços n°. 78/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob n°. 80.443.427/0001-01, estabelecida na Rua Germano Wagner, n° 184, Centenário, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-800.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos,

da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg	150	Horas	117,00	17.550,00
TOTAL R\$ 17.550,00					

Valor total: R\$ 17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 30/10/2013 - Vigência: 30/10/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N° 217/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 217/2013-PMS
Processo Licitatório n°. 180/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preços n°. 78/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob n°. 80.443.427/0001-01, estabelecida na Rua Germano Wagner, n° 184, Centenário, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-800.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg	150	Horas	117,00	17.550,00
TOTAL R\$ 17.550,00					

Valor total: R\$ 17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 30/10/2013 - Vigência: 30/10/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N° 219/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 219/2013-PMS
Processo Licitatório n°. 179/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preços n°. 77/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n°. 07.266.48/0001-27, estabelecida na Rodovia SC 448, n° 500, KM 38, Centro, na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.930-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para utilização na assistência médica veterinária da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ENROFLOXACINO 10% EM FRASCO DE 50 ML	60	Unidade	15,00	900,00
02	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI BENZILPENICILINA POTÁSSICA DIITREPTOMICINA BASE ESTREPTOMICINA BASE COM 15 ML DE ÁGUA PARA INJEÇÃO PARA DILUIÇÃO	200	Unidade	12,00	2.400,00
03	OXITETRACICLINA-LA BASE EM FRASCOS DE 50 ML	40	Unidade	10,0	400,00
04	DIACETURATO DE 4,4' DIAZOAMINO DIBENZAMIDINA EM FRASCOS DE 30 ML	8	Unidade	15,00	120,00
05	DICLOFENACO SÓDIO EM FRASCOS DE 50 ML	50	Unidade	15,00	750,00
06	FLUNIXINA MEGLUMINA EM FRASCOS DE 50 ML	60	Unidade	36,00	2.160,00
07	DIPIRONA SÓDICA EM FRASCOS DE 50 ML	60	Unidade	9,00	540,00
08	OCITOCINA EM FRASCOS DE 50ML	2	Unidade	9,00	18,00
09	CLORIDRATO DE XILAZINA EM FRASCOS DE 10 ML	3	Unidade	11,00	33,00

10	TÔNICO REVIGORANTE: VITAMINA E ACETATO VITAMINA B12 MONOGLUTAMATO DE SÓDIO CLORIDRATO DE L-LISINA GLICINA DL-METIONINA CLORIDRATO DE L-ARGININA L-VALINA L-TRIPTOFANO CLORIDRATO DE L-HISTAMINA L-LEUCINA SELENITO DE SÓDIO ANIDRO SULFATO DE COBRE CLORETO DE COBALTO CLORETO DE SÓDIO CLORETO DE ZINCO IODETO DE POTÁSSIO HIPOFOSFITO DE CÁLCIO CLORETO DE MAGNÉSIO EM ÁGUA DE INJEÇÃO EM FRASCOS DE 100 ML.	80	Unidade	6,00	480,00
11	IVERMECTINA 1% EM FRASCOS DE 50ML	30	Unidade	6,00	180,00
12	DORAMECTIN EM FRASCO DE 50ML	40	Unidade	15,00	600,00
13	ALBENDAZOL MICRONIZADO VIA ORAL EM FRASCOS DE 1 L	4	Unidade	42,00	168,00
14	VITAMINA K HIDROSSOLÚVEL VIA ORAL EM FRASCOS DE 20 ML	15	Unidade	6,00	90,00
15	BOROGLUNATO DE CÁLCIO GLICEROFOSFATO DE SÓDIO CLORETO DE MAGNÉSIO CAFEÍNA DEXTROSE EM FRASCOS DE 200ML	30	Unidade	7,00	210,00
16	ACETIL-D-L METIOMINA CLORETO DE COLINA CLORETO DE TIAMINA CLORIDRATO DE PIRIDOXINA CLORETO DE L-ARGININA RIBOFLAVINA NICOTINAMINA PANTOTENATO DE CÁLCIO GLICOSE EM FRASCO DE 100ML	100	Unidade	17,00	1.700,00
17	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA EPINEFRINA EM FRASCOS DE 50 ML	100	Unidade	8,00	800,00
18	SULFADIAZINA PRATA CIPERMETRINA DDVP = ALUMÍNIO BUTANO EXCIPIENTE EM FRASCOS SPRAY DE 500 ML	25	Unidade	14,00	350,00
TOTAL R\$ 11.899,00					

Valor total: R\$ 11.899,00 (onze mil oitocentos e noventa e nove reais).

Data da Assinatura: 31/10/2013 - Vigência: 31/10/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N°. A17/2013 - FMS

TERMO ADITIVO N°. A17/2013 – FMS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 42/2012-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de

direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OLOS TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 85.260.354/0001-28, estabelecida na Rua Tufie Mahfud, nº 210, salas 301, 303 e 304, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-080, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alfredo Roeder Junior, inscrito no CPF sob o nº 516.083.089-87 e Carteira de Identidade nº. 1.041.162-3-SSP-SC.

Considerando o Contrato n°. 42/2012-FMS, celebrado em 20 de julho de 2012, decorrente Processo de Licitação n°. 19/2012-FMS, Tomada de Preço n°. 03/2012-FMS, para contratação de empresa especializada em serviço de processamento de dados para a secretaria municipal de saúde e assistência social, incluindo a administração do banco de dados, assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados, consultoria e treinamento para uso da ferramenta, sem limites de quantidade de estações de trabalho, conforme ANEXO VIII – TERMO REFERÊNCIA, do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditar o prazo de vigência do contrato de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, no valor total de R\$ 28.240,00 (vinte e oito mil duzentos e quarenta reais).

Considerando o disposto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Primeira “Cláusula Primeira - do objeto do contrato, e descrição” passando a vigorar com o valor total de R\$ 28.240,44 (vinte e oito mil duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), divididos em 12 (doze) meses, repassados no período de vigência desse contrato, conforme segue:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITARIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL ADITIVO
01	12	Mês	SERVIÇO MENSAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS E GERENCIAMENTO DO BANCO DE DADOS, CONFORME CONDIÇÕES DEFINIDAS NO PROJETO BÁSICO (ANEXO I) E COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS FUNCIONAIS DO ANEXO II. SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA AO USUÁRIO NA UTILIZAÇÃO DE TELAS DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS E CONFORME DEFINIDO NO PROJETO BÁSICO (ANEXO I), INCLUINDO TREINAMENTO EM GRUPO PARA AS ÁREAS DEFINIDAS, ONDE SERÁ NECESSÁRIO UM MÊS, PARA ESTE TREINAMENTO.	2.353,37	28.240,44

Cláusula 2ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Quarta “Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato” passando o valor global do contrato de R\$ 66.407,29 (sessenta e seis mil quatrocentos e sete reais e vinte e nove centavos).

Cláusula 3ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta “Cláusula Décima Quarta – Da Vigência” no item 14.1 do contrato nº 42/2012-FMS, prorrogando-se o a vigência do contrato de 01 de janeiro de 2014 até dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2012-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 30 de outubro de 2013.

CONTRATADA:

OLOS TECNOLOGIA LTDA
ALFREDO ROEDER JUNIOR
CPF nº 516.083.089-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME: ORLANDO TECILLA
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
NOME: DANIELA SAMULESCKI
CPF nº. 053.350.739-18

Termo de Rescisão Contratual - Contrato N.º 23/2013-PMS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO DE PRESTÃO DE SERVIÇO
Contrato nº. 23/2013-PMS
Dispensa de Licitação nº. 09/2013-PMS
Processo nº. 24/2013-PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC, CNPJ N.º 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Bairro Centro, Schroeder/SC, aqui representada pelo Exmo. Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município; e do outro lado como a empresa TIRONI CONSULTORA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.654.705/0001-34, estabelecida na Rua Padre Francken, nº. 174, sala 02, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Daniele Tironi, inscrita no CPF sob o nº. 041.015.359-14 e Carteira de Identidade nº. 19/R.2.760.020-SSP-SC, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 78, XII, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 23/2013-PMS, celebrado no dia 05 de março de 2013, para contratação de empresa especializada para serviços de engenharia e assessoria, correspondentes às atividades necessárias para viabilização do processo de licenciamento ambiental (LAP e LAI) da abertura da Av. dos Imigrantes no Município de Schroeder/SC, pois foi detectada a existência do contrato anterior idêntico, nº 125/2011-PMS, Dispensa de Licitação nº 37/2011-PMS, Processo nº 107/2011-PMS.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 31 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:





ORLANDO TECILLA
CPF N.º 311.753.079-34
Testemunha 01

IVANDRA DE SOUZA
CPF N.º 047.563.299-00
Testemunha 02

PEGAS 

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



-  Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
-  Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
-  Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
-  Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 77/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/4

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2013****Número do Registro de Preços: 62/2013****Data do Registro: 31/10/2013****Válido até: 31/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para utilização na assistência médica veterinária da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ENROFLOXACINO 10% EM FRASCO DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Floxiclin 50ml	0	15,0000	1
2	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI + BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA + DIITREPTOMICINA BASE + ESTREPTOMICINA BASE COM 15 ML DE ÁGUA PARA INJEÇÃO PARA DILUIÇÃO	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Multibiótico P.F	0	12,0000	1
3	OXITETRACICLINA-LA BASE EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Biogental LA 5	0	10,0000	1
4	DIACETURATO DE 4,4' DIAZOAMINO DIBENZAMIDINA EM FRASCOS DE 30 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Beroseg 30ml	0	15,0000	1
5	DICLOFENACO SÓDIO EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Vetflogin 50ml/	0	15,0000	1
6	FLUNIXINA MEGLUMINA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Flunixin 50ml	0	36,0000	1
7	DIPIRONA SÓDICA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Febrax 50ml/Li	0	9,0000	1
8	OCITOCINA EM FRASCOS DE 50ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Ocitocina 50ml	0	9,0000	1
9	CLORIDRATO DE XILAZINA EM FRASCOS DE 10 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Xilazin 10ml/Sj	0	11,0000	1
10	TÔNICO REVIGORANTE: VITAMINA E ACETATO + VITAMINA B12 + MONOGLUTAMATO DE SÓDIO + CLORIDRATO DE L-LISINA + GLICINA + DL-METIONINA + CLORIDRATO DE L-ARGININA + L-VALINA + L-TRIPTOFANO + CLORIDRATO DE L-HISTAMINA + L-LEUCINA SELENITO DE SÓDIO ANIDRO + SULFATO DE COBRE + CLORETO DE COBALTO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE ZINCO + IODETO DE POTÁSSIO + HIPOFOSFITO DE CÁLCIO + CLORETO DE MAGNÉSIO EM ÁGUA DE INJEÇÃO EM FRASCOS DE 100 ML.	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Organovit 100r	0	6,0000	1
11	IVERMECTINA 1% EM FRASCOS DE 50ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Biomectina 50i	0	6,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2013**Número do Registro de Preços: 62/2013****Data do Registro: 31/10/2013****Válido até: 31/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para utilização na assistência médica veterinária da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	DORAMECTIN EM FRASCO DE 50ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Exceller 50ml/	0	15,0000	1
13	ALBENDAZOL MICRONIZADO VIA ORAL EM FRASCOS DE 1 L	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Calbendazole	0	42,0000	1
14	VITAMINA K HIDROSSOLÚVEL VIA ORAL EM FRASCOS DE 20 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Hipovita K 20rr	0	6,0000	1
15	BOROGLUNATO DE CÁLCIO + GLICEROFOSFATO DE SÓDIO + CLORETO DE MAGNÉZIO + CAFEÍNA + DEXTROSE EM FRASCOS DE 200ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Calfoz 200ml/C	0	7,0000	1
16	ACETIL-D-L METIOMINA + CLORETO DE COLINA + CLORETO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CLORETO DE L-ARGININA +RIBOVLAVINA +NICOTINAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + GLICOSE EM FRASCO DE 100ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Mercepton 100	0	17,0000	1
17	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + EPINEFRINA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Anestt 50ml/Sy	0	8,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 62/2013**Número do Registro de Preços: 62/2013****Data do Registro: 31/10/2013****Válido até: 31/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para utilização na assistência médica veterinária da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	SULFADIAZINA PRATA + CIPERMETRINA + DDVP = ALUMÍNIO + BUTANO + EXCIPIENTE EM FRASCOS SPRAY DE 500 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Bactrovet Pra !	0	14,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 62/2013**Número do Registro de Preços: 62/2013****Data do Registro: 31/10/2013****Válido até: 31/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para utilização na assistência médico veterinária da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2013****PROCESSO N° 179/2013**

(12710) - VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP

Schroeder, 31 de Outubro de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 78/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 61/2013**Número do Registro de Preços: 61/2013****Data do Registro: 30/10/2013****Válido até: 30/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e G

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, turbinada, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação . (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	80,0000	1
2	Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 1995 em excelente estado de conservação.(Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	130,0000	1
3	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira emborrachada, peso mínimo 2.700 Kg e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2006 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço)	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	85,0000	1
4	Serviço de hora máquina escavadeira hidráulica peso mínimo 13.000 kg, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	123,0000	1
5	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de saibro ou seixo, no município de Schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	M3	TRANSTEB TRANSPORTES LTDA (12262)		0	6,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2013**Número do Registro de Preços: 61/2013****Data do Registro: 30/10/2013****Válido até: 30/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e G

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg	H	PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)		0	117,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2013**Número do Registro de Preços: 61/2013****Data do Registro: 30/10/2013****Válido até: 30/10/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e G

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2013****PROCESSO Nº 180/2013**

(8849) - PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA.

(8922) - PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME

(12262) - TRANSTEB TRANSPORTES LTDA

Schroeder, 30 de Outubro de 2013.



Serra Alta

PREFEITURA

Decreto N° 147/2013

DECRETO N°. 147 DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

"INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO CONFORME EDITAL N° 003/2013"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo Seletivo Municipal conforme Edital n° 003/2013, da Prefeitura Municipal de Serra Alta, composta pelos seguintes membros:

JANETE PETRY CERISOLI- Coordenadora

CLAIR ANDREIS- Membro

VANDERLEA PRIOR MARTINELI - Membro

PEDRO MENEGAT - Membro

JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA - Membro

Art. 2º. À Comissão compete resolver casos não previstos no Edital n° 003/2013 e acompanhar todo processo para contratação de profissional, bem como o resultado da homologação das inscrições dos candidatos inscritos, apreciar os recursos previstos no item Edital n° 003/2013.

Art. 3º. As decisões da Comissão de Acompanhamento de Edital do Processo Seletivo serão tomadas pela maioria, cabendo ao coordenador o desempate.

Art. 4º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

Lei 2084/2013

LEI N°. 2084 DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II, A TOMAR EMPRÉSTIMOS JUNTO AO BADESC AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A Adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento da Pavimentação de Ruas, Drenagem e redes pluviais, saneamento básico, Aquisição de Terrenos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Parágrafo único - Em atendimento aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes de ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio, 12 de Setembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 193/2013

DECRETO N°. 193, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICI PAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o art. 22, § 3º da Lei no 1415 de 20 de maio de 2003, combinado com as disposições contidas na Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e considerando o art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário especial para o funcionamento das repartições públicas do Município de Sombrio da Administração Direta e Indireta, fixando turno único de trabalho.

§ 1º O horário de trabalho nas repartições públicas do Município, será das 13h00 as 19h00, de segunda a sexta feira, a partir do dia 04 de novembro de 2013 até o dia 28 de fevereiro de 2013.

§ 2º As Secretarias Municipais de Educação e Saúde e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Sombrio - SC, atenderão em horário normal.

§ 3º As unidades Escolares e CEIs vinculadas a Secretaria municipal

de Educação e os servidores a disposição de outros órgãos públicos, ficam excluídos do presente Decreto.

§ 4º A Unidade de Saúde Central, os Serviços Administrativos e de Vigilância Sanitária, bem como as Unidades de Saúde que integram o Programa de Saúde da Família-PSF, permanecerão com atendimento em horário normal.

§ 5º As Secretarias Municipais de Obras e de Agricultura atenderão no horário das 07h00 as 13h00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 22 de outubro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Lei N° 2681, de 1° de Novembro de 2013

LEI N° 2681, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2013, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 100.300,00 (cem mil e trezentos reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2607 de 10/12/2012):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

03.05.028.845.0007.0004.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.845.0007.0004.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.845.0007.0004.	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP PMT	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
06.02.011.334.0032.2066.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.2066.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.2066.	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	36.000,00
	TOTAL	36.000,00

	RESUMO	56.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	56.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC, OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	28.000,00
	TOTAL	28.000,00
	RESUMO	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	28.000,00
21.01.023.695.0036.1207.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.023.695.0036.1207.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.1207.	REVITALIZAÇÃO DOS PARQUES E PRAÇAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.300,00
	TOTAL	16.300,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.300,00

Art. 2ºO Prefeito Municipal fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 100.300,00 (cem mil e trezentos reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2607 de 10/12/2012):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00
	TOTAL	36.000,00
	RESUMO	56.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	56.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	28.000,00
	TOTAL	28.000,00
	RESUMO	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	28.000,00
21.01.023.695.0036.1211.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.023.695.0036.1211.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.1211.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE AREAS DE TURISMO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	11.600,00
	TOTAL	11.600,00
21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.700,00
	TOTAL	4.700,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.300,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3.289 de 21 de Outubro de 2013

DECRETO N° 3.289 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "MIRANDA BLOEDORN", situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 434,21 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110, nesta Cidade, com a área de 6.874,41m² (Seis mil, oitocentos e setenta e quatro metros e quarenta e um decímetros quadrados), processo D-020/2013 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente MIRANDA BLOEDORN, acompanhando o requerimento protocolado sob n° 5.910, datado de 04 de setembro de 2013.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob n° 19.442, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob n° 01.08.031.2476.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 03 (três) lotes;

01 - Lote n° 01 (um) - com área de 2.291,85m² (Dois mil, duzentos e noventa e um metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 434,21 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 18,34 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 18,34 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula n° 16.324, livro 2; lado direito estrema em 124,95 metros com o lote n° 14 de propriedade de Paulo Bloedorn, matrícula n° 19.441, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 124,96 metros com o lote n° 02. Neste imóvel está incluída uma faixa sanitária non aedificandi de 3,00 metros de largura por 18,34 metros de comprimento, situada nos fundos do imóvel;

02 - Lote n° 02 (dois) - com área de 2.291,05m² (Dois mil, duzentos e noventa e um metros e cinco decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 452,55 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 18,33 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 18,33 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula n° 16.324, livro 2; lado direito estrema em

continuação do Decreto n.º 3.289/2013, fls. 02

124,96 metros com o lote n° 01; e, lado esquerdo estrema em 124,96 metros com o lote n° 03. Neste imóvel está incluída uma faixa sanitária non aedificandi de 3,00 metros de largura por 18,33 metros de comprimento, situada nos fundos do imóvel;

03 - Lote n° 03 (três) - com área de 2.291,51m² (Dois mil, duzentos e noventa e um metros e cinquenta e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 470,88 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 18,33 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 18,33 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula n° 16.324, livro 2; lado direito estrema em 124,96 metros com o lote n° 02; e, lado esquerdo estrema em 125,03 metros com o lote n° 16 de propriedade de Miranda Bloedorn, matrícula n° 19.443, livro 2. Neste imóvel está incluída uma faixa sanitária non aedificandi de 3,00 metros de largura por 18,33 metros de comprimento, situada nos fundos do imóvel;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar

n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 21 de outubro de 2013.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ata Propostas Tomada de Preço N.º 38 2013 SAMAE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO N.º 38/2013 DO SAMAE

Às nove horas, do trigésimo dia, do mês de outubro de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA DE TIMBÓ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria n.º. 32/2013 alterada pela Portaria n.º. 338/2013 para análise do parecer técnico relativo as propostas apresentadas pelas empresas participantes.

Diante da análise do parecer emitido pelo diretor da empresa BSA Bureau de Serviços em Eng. Ambiental Ltda., Sr. Cesar Augusto Arenhart, foi constatado que os valores e os quantitativos apresentados nas propostas estão de acordo com o edital.

Sendo que a empresa TERRABASE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. apresentou o melhor preço R\$ 302.348,71 (trezentos e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).

Diante das considerações acima mencionadas decide-se classificação das propostas das empresas Terrabase Terraplanagem e Construtora Tertel Ltda ME, declarando vencedora do certame a empresa TERRABASE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. com o valor de R\$ 302.348,71 (trezentos e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Intimem-se as empresas participantes.

DEISE A. N. MENDES BARBARA HOCHHEIM
Presidente Secretária

ALINE BURGER
Membro

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 43 2013 SAMAE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 43/2013 - SAMAE
ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de copos plásticos para acondicionar/envazar água tratada do SAMAE, destinada a distribuição gratuita em eventos públicos.

EMPRESA FORNECEDORA: ADL Comercial Eireli EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/10/2014.

Timbó, 30/10/2013
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro 80 2013 - Merenda Escolar

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 80/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Panificadora Bom Dia LTDA.

OBJETO: Aquisição de frutas, verduras, e pães destinados à merenda escolar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (NEIS, UPES e escolas) durante o período de agosto a dezembro.

ACRÉSCIMO: 226 kg ao item 10.1 (pão francês com fibras) e 259 kg ao item 10.2 (pão para cachorro quente).

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Md N° 7/2013

Resolução MD N° 7/2013

Estabelece horário especial de trabalho e expediente na Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó, com fulcro no disposto no art. 16. III, da Lei Orgânica, no art. 212, § 1º, da Lei Complementar n° 1/1993 e no art. 48. I, do Regimento Interno, Considerando a particularidade dos serviços desenvolvidos pela Secretaria da Câmara Municipal de Timbó, Considerando o recesso nas atividades legislativas da Câmara Municipal no período de 16 de Dezembro a 31 de Janeiro, Considerando a necessidade da adoção de medidas que atendam ao princípio da economicidade na administração pública, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que o expediente na Câmara Municipal de Timbó dar-se-á das 7h às 13h, de segunda à sexta-feira, em turno único e ininterrupto de trabalho.

Art. 2º O horário especial de expediente vigorará de 4 de Novembro de 2013 a 14 de Fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação na imprensa oficial.

Timbó, 30 de Outubro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI

Secretário

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 08/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2013

A Câmara Municipal de Timbó, por meio de seu Presidente, ao final firmado, torna público edital de licitação, a qual realizar-se-á na modalidade pregão, forma presencial, observando-se os termos das Leis n° 10.520/2002; n° 8.666/1993; n° 8.078/1990 e Lei Complementar n° 123/2006, conforme as especificações e condições a seguir:

OBJETO: Aquisição de móveis: armários, mesas e gaveteiros para equipar gabinetes e persianas para o auditório da Câmara de Vereadores de Timbó (SC)

Critério de Julgamento: menor preço por item

Prazo limite para impugnação do edital:

Até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas

Recebimento do credenciamento, do envelope da proposta e do envelope da habilitação:

Data: 14/11/2013

Hora: 9 horas

Local da entrega: Câmara Municipal de Timbó

Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas:

Data: 14/11/2013

Hora: 9 horas

Local da abertura: Auditório da Câmara Municipal de Timbó.

Informações e o Edital poderão ser obtidos na Câmara Municipal de Timbó, localizada na Rua Germano Brandes Sênior, 711, salas 10/11, Centro, Timbó(SC), e-mail: administrativo@camaratimbo.sc.gov.br, das 8h as 12h e das 14h as 17h ou pelo site: <http://www.camaratimbo.sc.gov.br>.

Timbó(SC), 31 de Outubro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente.

SAMAE

Portaria N. SAMAE- 102, de 11 de Outubro de 2013

PORTARIA N. SAMAE- 102, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCOS STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	07/05/1972	765.043.289-00	44 horas	11/10/2013 a 31/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de Outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria N. SAMAE- 104, de 14 de Outubro de 2013

PORTARIA N. SAMAE- 104, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde em pessoa na Família à Servidora Beatris Zoboli Campregher

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA NA FAMÍLIA à servidora BEATRIS ZOBOLI CAMPREGHER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, por dez dias, a contar de 14/10/2013, conforme Processo RH 109/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria N. SAMAE- 105, de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA N. SAMAE- 105, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Margarida Steffen

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARGARIDA STEFFEN, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por dezessete (17) dias, a contar de 18/10/2013, conforme Processo RH 108/2013, sendo:

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 18/10/2013 a 03/11/2013 (17 dias)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-100 de 02 de Outubro de 2013

PORTARIA No SAMAE-100 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Ivonei Osti, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 02 de setembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal IVONEI OSTI, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-002, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 02 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-103 de 11 de Outubro de 2013.

PORTARIA No SAMAE-103 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

Concede Exoneração a Servidora Pública Municipal Eliane Martins da Silva, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 11 de outubro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal ELIANE MARTINS DA SILVA, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº 057, de 31 de maio de 2013, a contar de 11 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-106 de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA No SAMAE-106 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Nelson Sprung, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 18 de outubro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal NELSON SPRUNG, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-081, de 01 de agosto

de 2013, a contar de 18 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-107 de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA No SAMAE-107 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Nelson Cordeiro, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 18 de outubro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal NELSON CORDEIRO, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-069, de 02 de julho de 2013, a contar de 18 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 101, de 02 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº SAMAE - 101, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Beatris Zoboli Campregher

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e com fundamento nos artigos 90 e 91 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993, regulamentados pela Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Beatris Zoboli Campregher, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, por dez (10) dias, a contar de 30/09/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH 109/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação N° 35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 35/2013
Edital de Pregão Presencial n° 22/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, COM RECURSOS PMAQ .
Entrega das propostas até às 14h30 min do dia 14/11/2013
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 31 de outubro de 2013.
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Videira

PREFEITURA

Decreto N° 10.642/13

DECRETO N° 10.642/13, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional n° 41/2003, a servidora PAULA BELUSSO DOS SANTOS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID n° 047/2013,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional n° 41/2003, a servidora PAULA BELUSSO DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n° 485.741.809-63, no RG n° 1.339.682 e no PIS/PA-SEP n° 108.1430070-4, detentor da matrícula funcional n° 1824, ocupante do cargo de provimento efetivo de Viveirista Florestal, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.378,59 (um mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal n° 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/11/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto N° 10.643/13

DECRETO N° 10.643/13, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.
Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo n° 16696/13,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida pela Portaria n° 1313/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2013.

Videira, 30 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria N° 0786/13

PORTARIA n° 0786/13

Nomeia servidora para realizar os trabalhos de secretária da comissão eleitoral do INPREVID/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta no Processo Administrativo n° 16.800/13;

RESOLVE,

Art. 1º Nomear a servidora EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA, para realizar as atividades de secretária da Comissão Eleitoral do INPREVID 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09.



Videira, 30 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0786/13

PORTARIA nº 0786/13

Nomeia servidora para realizar os trabalhos de secretária da comissão eleitoral do INPREVID/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 16.800/13;

RESOLVE,

Art. 1º Nomear a servidora EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA, para realizar as atividades de secretária da Comissão Eleitoral do INPREVID 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0787/13

PORTARIA nº 0787/13

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 129/12, bem como no Processo Administrativo nº 16616/2013,

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 21 de outubro de 2013, o servidor TIAGO SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Trabalhador Braçal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2013.

Videira, 30 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0788/13

PORTARIA nº 0788/13

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel para fins de locação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.878/13;

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, MIGUEL VIECELLI e MARCELO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de até 10 (dez) dias, para fins de locação, um imóvel, com 04 (quatro) salas e 01 (um) banheiro, perfazendo uma área aproximada de 60 m² e 01 (uma) garagem com aproximadamente 18 m², localizada na Rua XV de Novembro, Bairro Centro, Videira-SC, de propriedade de Odilon Sebastião Salmória, inscrito no CPF nº 006.104.459-87, e Plínio Salmória, inscrito no CPF nº 004.312.499-20 a ser utilizado pelo Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 698/13.

Videira, 31 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2013.

Edital de Convocação Nº 077/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 077/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 – Maria Irene Rodrigues da Silva Koehler	Auxiliar de Serviços Gerais
2 – Michelle Antunes	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

Realização de Exame Médico Admissional;

Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

Uma foto 3x4;

Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;

Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;

Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

Comprovante do tipo sanguíneo;

Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;

Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;

Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;

Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;

Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de

função pública as penalidades previstas em Lei;
Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
Declaração de bens;
Certidão negativa de antecedentes criminais;
Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 30 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Edital de Convocação Nº 077/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 077/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 - Maria Irene Rodrigues da Silva Koehler	Auxiliar de Serviços Gerais
2 - Michelle Antunes	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 30 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Edital de Leilão Público 034/2013

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 034/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

O Município de Vitor Meireles, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, Vitor Meireles, Fone (47) 3258 0211, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.372.520/0001 85, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 14h 30 min do dia 20 de NOVEMBRO de 2013, tendo como local o AUDITÓRIO DA PREFEITURA, na Rua Santa Catarina, Nº 2.266, Centro, cidade de Vitor Meireles, SC. O leilão será conduzido pelos LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC 162, JUCESC, para venda à vista dos seguintes bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 GM/CELTA, ano 2003, modelo 2004, Placas MCN 1936, gasolina, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 6.400,00. LOTE 02: 01 Caminhonete GM/ENVEMO SAN FRANC.M, ano/modelo 1994, Placas LWR 0049, diesel, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 17.400,00. LOTE 03: 01 Caminhonete GM/CHEVROLET A10 CUSTOM, ano 1985, modelo 1986 Placas BHD 9368, diesel, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 5.600,00. LOTE 04: 01 Motocicleta YAMAHA/YBR 125K, ano 2006, modelo 2007, Placas MEY 1769, gasolina, cor prata. LANCE INICIAL R\$ 5.600,00. LOTE 05: 01 Automóvel GM/ASTRA SEDAN CONFORT, ano 2004, modelo 2005, Placas MMM 7640, álcool/gasolina, cor bege. LANCE INICIAL R\$ 10.900,00. LOTE 06: 01 Automóvel RENAULT/SCENIC RXE 2.0, ano 1999, modelo 2000, Placas CTA 8046, gasolina/GNV, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 4.900,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.VITORMEIRELES.COM.BR ou WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3258 0211 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com os Leiloeiros. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vitor Meireles, SC, em 31 de outubro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

Xavantina

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato 157/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Contratado: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

Número do Contrato ou Aditivo: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Data da Assinatura: 03/10/2013.

Vigência: 02/10/2014.

Valor: Aditivo de Prazo.

Associações

AMMVI

Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi: RESOLUÇÃO nº 21/13

Autoriza a contratação de candidatas aprovadas em Processo Seletivo, por prazo determinado.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e no artigo 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e, no que couber, o Regulamento de Pessoal da AMMVI – Resolução nº 06/08; e

Considerando-se o disposto no art. 4º da Resolução nº 19/13 e a observância da classificação das candidatas nos Processos Seletivos de que tratam os Editais nº 03/2013 e nº 04/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a contratação temporária por prazo determinado das candidatas abaixo identificadas:

I - para o exercício das funções do emprego de Auxiliar de Contabilidade, de que trata o Edital nº 03/2013, com início em 21 de Outubro de 2013:

Nome	CPF	RG	Salário Mensal
Luciane Bernardino	029.730.029-66	3714819	R\$ 1.556,08

II - para o exercício das funções do emprego de Auxiliar Administrativo, de que trata o Edital nº 04/2013, com início em 22 de Outubro de 2013:

Nome	CPF	RG	Salário Mensal
Beatriz Padilha	003.577.259-05	3545363	R\$ 1.556,08

Parágrafo Único – Além do salário mensal, as contratadas receberão ainda auxílio-alimentação de acordo com a carga horária, na forma da Resolução nº 08/02 e art. 11 do Regulamento do Quadro de Pessoal – Resolução nº 06/08.

Art. 2º - O período de contratação será de 09 (nove) meses.

Parágrafo Único – O Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e poderá passar a vigorar por prazo indeterminado após o decurso do prazo de contratação temporária, acaso a Assembleia Geral Ordinária da AMMVI delibere favoravelmente a declaração de necessidade de preenchimento de vaga de pessoal permanente no(s) emprego(s) de que trata esta Resolução.

Art. 3º - As contratadas ficarão submetidas ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, observada as regras do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal.

Art. 4º - As contratadas estarão submetidas à carga horária semanal de quarenta (40) horas, cumpridas das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs, em dias úteis.

Parágrafo Único – As contratadas terão horário fixado nos respectivos Contratos de Trabalho para jornada de oito horas, podendo ser convocados para labor extraordinário, inclusive em horário noturno, mediante pagamento de hora extra ou compensação de horários.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 18 de Outubro de 2013; 44º Ano de Fundação.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO nº 22/13

Abre Crédito Especial por conta do Superávit do Exercício Anterior, no valor de R\$ 75.000,00.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2013 no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

15.122.0002.2005 – Manutenção Secretaria Engenharia e Arquitetura	
3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 25 de outubro de 2013; 44º Ano de Fundação.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO nº 23/13

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 2.000,00, no Orçamento-Programa da Secretaria Executiva Contábil e Orçamentária.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013 no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

01.001.0004.0122.0002.2001 – Manutenção da Secretaria Executiva Contábil e Orçamentária	
3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2013:

01.001.0004.0122.0002.2001 – Manutenção da Secretaria Executiva Contábil e Orçamentária	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 25 de outubro de 2013; 44º Ano de Fundação.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO nº 24/13

Autoriza pagamento de horas-extras para os profissionais contratados pela Resolução nº 10/13.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 29, letra “r”, do Estatuto Social e art. 13, III, do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI:

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento, nos termos da Lei, das horas extras trabalhadas pelos profissionais de Arquitetura, contratados na forma da Resolução nº 10/13 para atuarem no Grupo Especial de Trabalho de que trata a Resolução nº 05/13, no corrente ano.

Parágrafo Único - As horas-extras acima foram devidamente autorizadas em face de necessidade urgente e inadiável para realização de reuniões e audiências públicas para revisão, atualização e integração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios associados.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 28 de Outubro de 2013; 43º Ano de Fundação.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi:

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS ATOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI:

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

CONTRATADA: BEATRIZ PADILHA, CPF no 003.577.259-05.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Unidade de Apoio Administrativo da AMMVI.

VALOR: R\$ 1.556,08 (um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oito centavos) mensais, acrescido de auxílio-alimentação de acordo com a carga horária.

PRAZO/VIGÊNCIA: nove (09) meses. Início na data de 21 de outubro de 2013 e término no dia 20 de julho de 2014.

BASE LEGAL: Lei no 8.666, de 21/06/93.

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

CONTRATADA: LUCIANE BERNARDINO, CPF no 029.730.029-66.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Unidade de Apoio Administrativo da AMMVI.

VALOR: R\$ 1.556,08 (um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oito centavos) mensais, acrescido de auxílio-alimentação de acordo com a carga horária.

PRAZO/VIGÊNCIA: nove (09) meses. Início na data de 21 de outubro de 2013 e término no dia 20 de julho de 2014.

BASE LEGAL: Lei no 8.666, de 21/06/93.

Consórcios

AGIR

Decisão Procedimento Administrativo Nº 016/2013 - AGIR

Procedimento Administrativo nº 016/2013

OBJETO: Apreciação do pedido de reajuste do Contrato nº 22/2010, firmado entre a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o SAMAE de Gaspar, cujo objeto é a execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comerciais-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

INTERESSADO: Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.

DECISÃO

Relatório:

Do Pleito:

Por intermédio do Ofício 14/2013 – Compras, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE (Gaspar), na qualidade de CONTRATANTE, solicitou a esta agência reguladora a ratificação do reajuste de 4,8439% (IGP-DI-FGV) ao Contrato nº 22/2010, envolvendo a citada autarquia e a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. (CONTRATADA), tendo como objeto a execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comerciais-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, em Aterro Sanitário ou local ambientalmente licenciado que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente, nos termos da Cláusula 1.1.

Que o reajuste está previsto na Cláusula 7.7 do Contrato nº. 22.2010, quando deverá ser utilizado o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), como se extrai da cópia do Contrato, ora juntado para análise. Referido contrato foi firmado em 02 de agosto de 2010, sendo aditado em outras oportunidades, sendo o último aditivo de reajuste foi firmando em 09.08.2013.

Portanto, o Contrato está em vigor e, de acordo com a legislação pertinente pode ser reajustado depois de transcorrido um ano e como no caso, tanto a possibilidade de reajuste como o índice foram contratualmente previstos.

O índice aplicado foi o percentual acumulado relativo a 12 (doze) meses, ou seja, do mês de agosto de 2012 até o final do mês de julho de 2013, conforme pode ser comprovado pelo documento juntado pela AGIR e que corresponde ao percentual de 4,8439% (quatro vírgula oito mil, quatrocentos e trinta e nove por cento).

Há de ser observado também que os reajustes dos Contratos, obedecidas às regras pactuadas, estas em observação ao Edital, uma vez aplicados, não há necessidade de expressa manifestação antecipada desta Agência, devendo, contudo, uma vez publicados os atos, estes serem encaminhados para fins de acompanhamento e observação das medidas legais aplicáveis.

Assim, obedecidas as normativas vigentes, temos como correto o percentual aplicado a título de reajuste ao Contrato nº. 22/2010

firmado entre o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, de Gaspar/SC (Contratante) e a empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. (Contratada), retroativo à data de 01 de agosto de 2013.

A Diretora Administrativa apresentou o seu parecer, que não necessita observações e da mesma forma o Parecer Jurídico. Ambos traduzem com fidelidade, tanto os fatos como as disposições legais que devem e foram observados pela Contratante SAMAE quando da assinatura do Sexto Aditivo, cuja cópia repousa neste Procedimento Administrativo e estes servem como base e fundamentos para essa Decisão, sendo descabida a repetição dos argumentos e fatos relatados.

Da Decisão:

Diante dos documentos e relatórios técnicos apresentados, REGISTRA-SE O DEFERIMENTO ao pedido de RATIFICAÇÃO ao reajuste do Contrato nº22/2010 firmado entre SAMAE – Gaspar e a empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., conforme evidenciado no processo, INDICA-SE e RATIFICA-SE a atualização anual de agosto/2012 à julho/2013 (período de doze meses) através do índice de 4,8439% (quatro vírgula oito mil, quatrocentos e trinta e nove por cento), conforme tabela do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna).

Extraia-se cópia desta decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHA-SE ÀS PARTES para conhecimento. Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo.

Blumenau (SC), em 28 de outubro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

ARIS

Aviso de Licitação N° 042/2013

Aviso de Licitação nº 042/2013

Pregão nº 09/2013

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) torna público que fará realizar no dia 13 de novembro de 2013, às 9 horas, licitação na modalidade pregão presencial, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEL, para o município de Florianópolis conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço eletrônico www.aris.sc.gov.br ou disponível pelo e-mail juridico@aris.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 8h30min do dia 13/11/2013.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 8h50min do dia 13/11/2013.
- Limite para impugnação ao edital: 17h30min do dia 07/11/2013.
- Abertura da sessão pública do pregão: 9h00min do dia 13/11/2013.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: juridico@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 30 de outubro de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CISAM

Resolução CISAM/Mo N° 03/2013

RESOLUÇÃO Nº 03/2013

“Dispõe sobre alteração no Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições e considerando a Assembléia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, de 25 de outubro de 2013, que APROVOU as alterações no Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º - O parágrafo 1º, do artigo 30, do Estatuto, passa a ter a seguinte redação: “O Conselho Fiscal será eleito em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio, com o início do mandato no dia seguinte ao término do mandato do Conselho Fiscal vigente.”

Art. 2º - O parágrafo 3, do artigo 54 do Estatuto passa a ter a seguinte redação: “As atribuições e/ou funções dos empregos públicos são as constantes do ANEXO 4, que passa a integrar o presente estatuto.”

Art. 3 - Alterar a carga horária e códigos de vencimento inicial de empregos constantes do ANEXO 1, e cria novo Emprego Público de Livre Provisão em Comissão, denominado Assessor Jurídico, com carga horária de 16 horas e vencimento equivalente ao nível 122 do ANEXO 2, conforme novo ANEXO 1, apenso a essa Resolução.

Art. 4 - Atualizar os vencimentos dos empregos públicos constantes do ANEXO 2, de acordo com a variação do INPC-IBGE do período Novembro/2006 à Dezembro de 2012, equivalente ao índice acumulado de 41,28%.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 29 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA
Presidente CISAM-MO

ANEXO 1

(Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste)

(Anexo da Resolução 03/2013)

dos empregos públicos

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador/40	154
1	Advogado/20	137
5	Assistente Administrativo/40	105
5	Auxiliar Administrativo/40	85
2	Auxiliar de Serviços Gerais /40	56
1	Contador/40	137
1	Engenheiro Civil/40	154
1	Engenheiro Sanitarista/40	154
1	Químico/40	137
1	Bioquímico/40	137
1	Biólogo/40	137
3	Laboratorista/40	114
1	Técnico em Saneamento/40	114
1	Assistente Técnico/40	114
3	Operador de Máquinas/40	100

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente/40	165
1	Assessor Jurídico/16	122

DAS FUNÇÕES ADICIONAIS

Nº de vagas	Denominação da Função	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro	
1	Diretor Técnico Operacional	

ANEXO 2

(Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste)
(Anexo da Resolução 03/2013)

NÍVEL	VENCIMENTO	NÍVEL	VENCIMENTO	NÍVEL	VENCIMENTO	NÍVEL	VENCIMENTO
1	395,58	46	773,05	91	1.510,70	136	2.952,23
2	401,51	47	784,64	92	1.533,36	137	2.996,51
3	407,54	48	796,41	93	1.556,36	138	3.041,46
4	413,65	49	808,36	94	1.579,71	139	3.087,08
5	419,85	50	820,48	95	1.603,40	140	3.133,39
6	426,15	51	832,79	96	1.627,45	141	3.180,39
7	432,54	52	845,28	97	1.651,86	142	3.228,09
8	439,03	53	857,96	98	1.676,64	143	3.276,52
9	445,62	54	870,83	99	1.701,79	144	3.325,66
10	452,30	55	883,89	100	1.727,32	145	3.375,55
11	459,09	56	897,15	101	1.753,23	146	3.426,18
12	465,97	57	910,61	102	1.779,53	147	3.477,57
13	472,96	58	924,27	103	1.806,22	148	3.529,74
14	480,06	59	938,13	104	1.833,31	149	3.582,68
15	487,26	60	952,21	105	1.860,81	150	3.636,42
16	494,57	61	966,49	106	1.888,73	151	3.690,97
17	501,99	62	980,99	107	1.917,06	152	3.746,34
18	509,52	63	995,70	108	1.945,81	153	3.802,53
19	517,16	64	1.010,64	109	1.975,00	154	3.859,57
20	524,92	65	1.025,80	110	2.004,62	155	3.917,46
21	532,79	66	1.041,18	111	2.034,69	156	3.976,22
22	540,78	67	1.056,80	112	2.065,21	157	4.035,87
23	548,89	68	1.072,65	113	2.096,19	158	4.096,41
24	557,13	69	1.088,74	114	2.127,63	159	4.157,85

25	565,48	70	1.105,07	115	2.159,55	160	4.220,22
26	573,96	71	1.121,65	116	2.191,94	161	4.283,52
27	582,57	72	1.138,47	117	2.224,82	162	4.347,78
28	591,31	73	1.155,55	118	2.258,19	163	4.412,99
29	600,18	74	1.172,88	119	2.292,07	164	4.479,19
30	609,19	75	1.190,48	120	2.326,45	165	4.546,38
31	618,32	76	1.208,34	121	2.361,34	166	4.614,57
32	627,60	77	1.226,46	122	2.396,76	167	4.683,79
33	637,01	78	1.244,86	123	2.432,72	168	4.754,05
34	646,57	79	1.263,53	124	2.469,21	169	4.825,36
35	656,27	80	1.282,48	125	2.506,25	170	4.897,74
36	666,11	81	1.301,72	126	2.543,84	171	4.971,20
37	676,10	82	1.321,25	127	2.582,00	172	5.045,77
38	686,24	83	1.341,06	128	2.620,73	173	5.121,46
39	696,54	84	1.361,18	129	2.660,04	174	5.198,28
40	706,98	85	1.381,60	130	2.699,94	175	5.276,25
41	717,59	86	1.402,32	131	2.740,44	176	5.355,40
42	728,35	87	1.423,36	132	2.781,54	177	5.435,73
43	739,28	88	1.444,71	133	2.823,27	178	5.517,26
44	750,37	89	1.466,38	134	2.865,62	179	5.600,02
45	761,62	90	1.488,37	135	2.908,60	180	5.684,02

ANEXO 4

(Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste)
(Anexo da Resolução 03/2013)

Descrição das atribuições dos Empregos Públicos e Empregos Públicos de Livre Provimento em Comissão do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste

ADMINISTRADOR

Nível: 154

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de Bacharel em Administração, com registro no CRA
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental



DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Planejar, organizar, controlar e assessorar as áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Supervisionar a aplicação de leis e regulamentos;
- Elaborar planos e programas de trabalho e pesquisar novas técnicas e métodos;
- Promover a simplificação de rotinas de trabalho, objetivando maior produtividade;
- Elaborar proposta do PPA, LDO e LOA;
- Coordenar o comportamento do orçamento em relação à sua execução, analisando o comportamento da receita e da despesa;
- Planejar estudos com vistas à padronização, especificação, compras, recebimentos, guarda, estocagem, suprimentos e alienação de material;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades, apresentando relatórios periódicos;
- Programar, controlar, planejar e executar as atividades de administração de recursos humanos;
- Organizar e executar as atividades de administração financeira, preparar, coordenar e executar as atividades de administração de produção e do setor comercial;
- Elaborar programas para as atividades inerentes a administração de serviços gerais, como: arquivo, transporte, patrimônio e manutenção de máquinas e equipamentos;
- Realizar pesquisas e estudos analíticos, emitindo pareceres e laudos sobre assuntos de sua especialização;
- Programar e orientar trabalhos executados por servidores em todos os setores;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas, e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ENGENHEIRO CIVIL

Nível: 154

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Possuir curso de Engenharia Civil com registro no CREA, Carteira Nacional de Habilitação.
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar

a qualidade de empreendimentos. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento. Prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- Elaborar projetos e especificações;
- Supervisionar, planejar, fiscalizar e coordenar a execução de construção, reformas ou ampliação de prédios necessários às atividades do serviço e obras de saneamento básico;
- Desenvolver estudos para a racionalização de processos de construção;
- Prestar assistência técnica administrativa aos serviços de água e esgoto;
- Estabelecer normas para a manutenção preventiva de veículos, máquinas e equipamentos;
- Emitir Laudos e pareceres;
- Fornecer dados estatísticos;
- Elaborar orçamentos e estudos sobre viabilidade econômica e técnica;
- Efetuar estudos dos projetos dos sistemas de água e esgoto, identificando e propondo necessidades de ampliação, melhorias, reformulações, evolução tecnológica em partes ou em todos os sistemas;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Relatar as atividades desenvolvidas, e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios do Consórcio;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ENGENHEIRO SANITARISTA

Nível: 154

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Possuir Certificado ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Engenharia Sanitária, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, e registro no Conselho de Classe correspondente, Carteira Nacional de Habilitação.
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Coordenar, supervisionar, planejar e executar trabalhos no campo da engenharia, em especial, a engenharia sanitária, voltados para o saneamento básico e ambiental. Coordenar a operação e manutenção de empreendimentos na área do saneamento básico. Prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Planejar, executar e supervisionar trabalhos de engenharia voltados para saneamento básico e saúde pública;
- Elaborar laudos, pareceres e informes técnicos;
- Realizar perícias e visitas técnicas e prestar assistência técnico-gerencial aos serviços de saneamento do consórcio e dos entes consorciados;
- Coordenar, orientar e executar estudos, projetos e fiscalização de obras;
- Elaborar, coordenar e executar projetos de saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico;
- Elaborar projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares; analisar, avaliar e monitorar convênios, gerenciar obras relacionadas ao saneamento básico.
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

QUÍMICO

Nível 137

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de engenheiro químico, ou químico industrial ou bacharel em química com registro no CRQ, Carteira Nacional de Habilitação
- Aptidão em Informática: Editor de textos e planilhas eletrônicas
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Realizar ensaios, análises químicas e físico-químicas, selecionando metodologias, materiais, reagentes de análise e critérios de amostragem, homogeneizando, dimensionando e solubilizando amostras. Produzir substâncias, desenvolver metodologias analíticas, interpretar dados químicos, monitorar impacto ambiental de substâncias, supervisionar procedimentos químicos, coordenar atividades químicas laboratoriais e industriais.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Elaborar pareceres, laudos e atestados referentes às análises realizadas nos laboratórios;
- Realizar ensaios e pesquisas na área de atuação;
- Realizar ensaios e análises químicas e físico-químicas, químico-biológica, toxicológicas;
- Pesquisa de tratamentos prévios e complementares, bem como de destinação adequada dos resíduos gerados;
- Operação e manutenção de equipamentos e instalações;
- Realizar estudos de viabilidade técnico-econômica, planejamento e projeto de aquisição e instalação de equipamentos na área de sua atuação;
- Montar, operar, fiscalizar e manter equipamentos e instalações no âmbito do CISAM;
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;

- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ADVOGADO

Nível: 137

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 20 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de bacharel em Direito, com registro na OAB
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Prestar assistência jurídica, examinar processos específicos, emitir pareceres e elaborar documentos jurídicos, interpretar leis, decretos e regulamentos, e demais assuntos pertinentes.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Postular, em nome do Consórcio, em juízo, propondo ou contestando ações;
- Solicitar providências junto ao magistrado ou ministério público, avaliando provas documentais e orais;
- Realizar audiências trabalhistas, penais comuns e cíveis, instruindo a parte e atuando no tribunal de júri, e extrajudicialmente;
- Mediar questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, assistindo o Consórcio;
- Assessorar nas negociações internacionais e nacionais;
- Zelar pelos interesses do cliente na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios;
- Preservar os interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito.
- Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, petições, replicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica;
- Emitir parecer de acordo com sua área de atuação sobre assunto de sua especialidade.
- Prestar informação jurídica a diretoria e a assembléia do Consórcio;
- Realizar as atribuições que lhe competem, no que diz respeito a lei de licitações e outras leis que regem a administração pública;
- Desempenhar outras atividades específicas da profissão de advogado.

CONTADOR

Nível: 137

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: Contador com nível superior com registro no CRC
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Registrar atos e fatos contábeis; controlar a contabilidade; gerenciar custos; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administrar o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária;
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- Fazer acompanhamento da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos;
- Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes;
- Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;
- Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial do Consórcio;
- Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese;
- Prestar as informações contábeis, necessárias para a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
- Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Prestar assistência a supervisão e à auditoria externa e interna;
- Organizar boletim de receita e despesas;
- Participar de perícias contábeis;
- Examinar empenhos de despesas verificando a classificação e a existência de saldo nas dotações;
- Elaborar demonstrativos relativos à execução orçamentária e financeira;
- Realizar a prestação, acertos e ajustes de contas em geral;
- Realizar cálculos financeiros e de custos;
- Conciliar contas;
- Analisar balanços;
- Elaborar folha de pagamento;
- Informar sobre consignações em favor de entidades consignatárias;
- Elaborar prestações de contas aos entes consorciados;
- Proceder o arquivamento e guarda de todos os documentos atinentes ao setor contábil;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;

- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Auxiliar na elaboração e registrar as informações do PPA, LDO e LOA;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré-estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Executar todas as atividades relacionadas com a contabilidade.

BIÓLOGO

Níveis 137

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: Certificado ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Biologia, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, e registro no Conselho de Classe Correspondente, Carteira Nacional de Habilitação.
- Aptidão em Informática: Editor de textos e planilhas eletrônicas
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Planejamento, coordenação e execução especializada de trabalhos relacionados às investigações científicas e atividades laboratoriais, no campo da Biologia.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, gerenciar, implantar e executar atividades relacionadas a laboratório de análise e controle de qualidade físico-química e microbiológica de águas de abastecimento, efluentes e de meio ambiente.
- Desenvolver atividades de sua competência de acordo com as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, com relevância para preservação das águas.
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Executar outras atividades correlatas.

BIOQUÍMICO

Nível 137

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos

- Formação específica: curso de engenheiro químico, ou químico industrial ou bacharel em química com registro no CRQ, Carteira Nacional de Habilitação
- Aptidão em Informática: Editor de textos e planilhas eletrônicas
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Coordenação, supervisão e execução de trabalhos e estudos relativos a métodos e técnicas de produção, controle e análise, em laboratório ou em campo, envolvendo águas, efluentes, produtos químicos e biológicos.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Coordenar aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de insumos;
- acompanhar, supervisionar e executar ações relacionadas com laboratório de controle de qualidade da água para consumo humano; controle de qualidade de efluentes;
- monitorar ações voltadas para estocagem, transporte, distribuição insumos para análises laboratoriais e potabilidade da água.
- Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de controle da qualidade da água para consumo humano;
- Orientar e executar atividades relativas a análises clínicas, toxicológicas, biológicas, bromatológicas, físico-químicas e microbiológicas;
- Supervisionar e acompanhar o funcionamento dos laboratórios de referência no atendimento do controle da qualidade da água para consumo humano;
- Elaborar relatórios e apresentar dados estatísticos;
- Desenvolver atividades de sua competência respeitando as diretrizes do Consórcio;
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Executar outras atividades correlatas.

LABORATORISTA

Nível: 114

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade: ensino médio
- Possuir formação específica: Curso Técnico na área com registro no CRQ, Carteira Nacional de Habilitação
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Pesquisar e executar trabalhos laboratoriais, análises físico-químicas, microbiológicas e assemelhadas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Coletar amostras; preparar ensaios; preparar amostras de acordo com as especificações; realizar ensaios; calcular ensaios; elaborar planilhas dos ensaios realizados; elaborar relatórios; controlar a qualidade dos produtos e serviços e realizar análises físico-químicas e microbiológicas;
- Preparar soluções químicas necessárias ao controle de qualidade da água e esgoto;
- Documentar análises e exames realizados, registrar resultados e manter cópias;
- Interpretar resultados de análises, preparar e fornecer laudos e boletins;
- Proceder esterilização de material de uso;
- Zelar pela conservação e guarda de materiais e aparelhos de laboratório;
- Comunicar a chefia imediata as avarias apresentadas nos aparelhos e solicitar reposição de estoque de materiais;
- Fornecer dados estatísticos de atividades próprias;
- Manter a limpeza e ordem do laboratório;
- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

TÉCNICO EM SANEAMENTO

Nível: 114

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Formação Específica: Curso Técnico na área de Saneamento, Carteira Nacional de Habilitação

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar e programar os serviços, supervisionar equipes de trabalho, fazer vistorias técnicas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Dimensionar recursos (humanos, materiais e equipamentos); especificar materiais; -
- Programar a execução dos serviços; elaborar cronograma; preparar o local de trabalho; requisitar materiais.
- Programar os serviços; elaborar escalas de horários de trabalho; treinar equipes; verificar a utilização de equipamentos de proteção; contatar órgãos municipais, estaduais ou federais para possibilitar a execução do trabalho; fiscalizar aplicação de normas e regulamentos; supervisionar o cumprimento de tarefas.
- Fazer vistoria técnica; planejar a forma de obtenção dos dados; instalar equipamentos para coleta de dados; elaborar croqui; analisar dados coletados.
- Efetuar levantamento topográfico; elaborar anteprojeto; empregar normas técnicas; elaborar projetos de infra-estrutura; solicitar

projetos complementares; discutir o projeto; fiscalizar a elaboração e análise final de projetos terceirizados; compatibilizar possíveis interferências de projetos; revisar os projetos; detalhar o projeto; submeter o projeto à aprovação; elaborar memorial descritivo; pesquisar novas tecnologias.

- Diagnosticar a realidade do local; Identificar as características dos resíduos; elaborar roteiro de coleta e, ou varrição; aprovar roteiro de coleta; planejar campanhas educativas para coleta de resíduos sólidos; supervisionar campanha educativa; Implantar roteiros de coleta e, ou varrição; ajustar modificações nos roteiros; emitir relatório final; controlar parâmetros desejados.

- Analisar contrato de obras; levantar dados quantitativos de projetos; elaborar composições unitárias; elaborar memória de cálculo, planilhas de custos diretos e indiretos; cotar insumos e serviços; elaborar cronograma físico-financeiro.

- Realizar vistorias técnicas; Analisar origem das solicitações; verificar tipo de vistoria; identificar possíveis causas do problema; elaborar registro do problema (croqui, fotografias, imagens e medições); propor soluções para resolução de problemas; emitir parecer técnico.

- Preservar o meio ambiente, implantar projetos de reflorestamento e recuperação de matas participar da elaboração de planos de segurança das áreas de mananciais; estruturar campanhas de prevenção e combate a incêndios; propor ações preventivas; aplicar ações corretivas.

- Realizar inspeções técnicas de materiais e, ou equipamentos; contatar fornecedores e, ou usuários; realizar demonstração técnica do produto; realizar visitas técnicas junto a fornecedores e, ou usuários;

- Padronizar procedimentos técnicos, fixar parâmetros técnicos; identificar procedimentos técnicos; participar da elaboração e revisão das normas e procedimentos; participar da montagem e revisão de manuais técnicos; gerenciar arquivo técnico; participar do desenvolvimento das normas e procedimentos.

- Providenciar os materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento de suas atribuições;

- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;

- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;

- Participar de comissões, sempre que designado;

- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;

- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ASSISTENTE TÉCNICO

Nível: 114

Grupo: Técnico

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado

- Ter idade mínima de 18 anos completos

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio

- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)

- Formação específica: curso de nível técnico em edificações ou saneamento ou em meio ambiente; Carteira Nacional de Habilitação.

- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar trabalhos rotineiros, destinados à operação e a manutenção de laboratório, e sistemas de saneamento básico.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Orientar e/ou proceder o planejamento, coordenação e implantação do cadastro técnico de redes de água e esgoto;

- Orientar e/ou levantar dados em campo para elaboração de projetos;

- Levantar informações de expansão de redes, crescimento vegetativo, substituição de redes de água e redes de esgoto e unidades operacionais;

- Elaborar relatórios específicos dos cadastros;

- Elaborar mapas temáticos e croquis por meio do sistema de geoprocessamento;

- Elaborar desenhos hidráulicos com base nos estudos, esboços e croquis; modificar, reduzir;

- ampliar, corrigir, complementar e efetuar acabamento nos desenhos;

- Interagir com responsáveis pelas ampliações de rede de água e esgoto para atualização dos cadastros;

- Elaborar e executar roteiros de serviços;

- Preparar registros e relatórios periódicos em relação à trabalhos realizados e suas ocorrências relevantes;

- Inspecionar, coordenar e executar os trabalhos locais;

- Orientar e executar trabalhos de manutenção e operação no sistema de água e esgoto;

- Elaborar termos de referência para compras de material, contratação de obras e serviços na área de saneamento básico;

- Participar de comissões, sempre que designado;

- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;

- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;

- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;

- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;

- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;

- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão, e;

- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nível: 105

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada normal de trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado

- Ter idade mínima de 18 anos completos

- Formação específica: Nível médio, com certificado ou diploma de Conclusão de curso fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)

- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Exercer atividades administrativas e de logística, de Nível Intermediário, relativas às competências legais do Consórcio.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Executar atividades de apoio administrativo relacionadas à redação de documentos oficiais, elaboração de pareceres, relatórios, textos, planilhas e gráficos;

- Atender e orientar o público interno e externo;

- Organizar arquivos e documentos;

- Prestar suporte administrativo à gestão;
 - Registrar informações;
- Operar sistemas informatizados e proceder às rotinas administrativas;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;
 - Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
 - Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
 - Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
 - Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
 - Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão, e;
 - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

OPERADOR DE MÁQUINAS

Nível: 100

Grupo: Técnico

Processo de Seleção para Ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada Normal de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Formação Específica: Carteira Nacional de Habilitação tipo "C" ou superior
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Operar e manter em condições de trabalho retro-escavadeira, pás-carregadeiras e outros equipamentos e máquinas pesadas.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Operar retro-escavadeiras, pás-carregadeiras e outras máquinas pesadas, destinadas à abertura de valas e fazer terraplenagem;
- Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação;
- Realizar reparos de emergência em máquinas e equipamentos;
- Zelar pela limpeza e conservação da máquina operada;
- Comunicar, ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina operada;
- Preencher relatório diário de funcionamento da máquina;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Relatar as atividades desenvolvidas e preenchimento de ordens de serviço;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Participar e executar serviços de sobreaviso diurnos e noturnos;
- Participar de comissões, sempre que designado; e
- Executar, enfim, todas as tarefas inerentes ao cargo.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nível: 85

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada Normal de Trabalho: 40 horas/semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS

- Escolaridade mínima: Ensino Médio
- Idade mínima: 18 anos completos
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Auxiliar os setores administrativos, no desenvolvimento de todas as atividades administrativas, executando dentre outras, as seguintes atividades:
- buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos;
- efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, entre outros;
- atender telefone, rádio amador e retransmitir as mensagens aos interessados, efetuar ligações quando solicitado, anotar recados e repassar os interessados, passar fax, atendimento ao público em geral;
- Classificar, organizar e arquivar expedientes e documentos recebidos;
- Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe,
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Participar de comissões, sempre que designado; e
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nível: 56

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção para ingresso: Concurso Público de Provas

Jornada Normal de Trabalho: 40 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos
- Formação específica: não exigida
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar serviços de conservação e limpeza dos diversos setores, recepção e copa. Serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservar vidros e fachadas, limpar recintos e acessórios. Preparar e servir café, água, chá, etc.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Efetuar todas as atividades necessárias à limpeza das instalações, compreendendo escritório, almoxarifados e garagens, área de convivência e demais dependências, seus arredores e pátios;
- Polir objetos, peças e placas metálicas;
- Preparar e servir café, chá, água, etc.
- Remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos;
- Guardar e organizar objetos, bem como transportar pequenos objetos;
- Buscar e entregar correspondências na agência local dos correios e outros órgãos públicos e privados;
- Buscar e entregar documentos nas agências bancárias;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas e os colegas;
- Utilizar os EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Receber, transmitir e distribuir documentos, sempre que solicitado;
- Participar de comissões, sempre que designado; e
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Descrição das Atribuições de Emprego Público de Livre Provimento em Comissão

ASSESSOR JURIDICO

Nível: 122

Grupo: Administrativo

Processo de Seleção e Ingresso: Livre Provimento em Comissão

Jornada normal de trabalho: 16 horas semanais

Horário: Conforme Quadro de Horário de Trabalho

REQUISITOS:

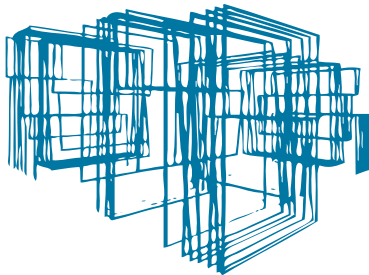
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Formação específica: curso de bacharel em Direito, com registro na OAB
- Aptidão em Informática (editor de texto e planilhas eletrônicas)
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Prestar assistência jurídica, examinar processos específicos, emitir pareceres e elaborar documentos jurídicos, interpretar leis, decretos e regulamentos, e demais assuntos pertinentes.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- Postular, em nome do Consórcio, em juízo, propondo ou contestando ações;
- Solicitar providências junto ao magistrado ou ministério público, avaliando provas documentais e orais;
- Realizar audiências trabalhistas, penais comuns e cíveis, instruindo a parte e atuando no tribunal de júri, e extrajudicialmente;
- Mediar questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, assistindo o Consórcio;
- Assessorar nas negociações internacionais e nacionais;
- Zelar pelos interesses do cliente na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios;
- Preservar os interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito.
- Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, petições, replicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica;
- Emitir parecer de acordo com sua área de atuação sobre assunto de sua especialidade.
- Prestar informação jurídica a diretoria e a Assembléia do Consórcio;
- Realizar as atribuições que lhe competem, no que diz respeito a lei de licitações e outras leis que regem a administração pública;
- Desempenhar outras atividades específicas da profissão de advogado.



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br